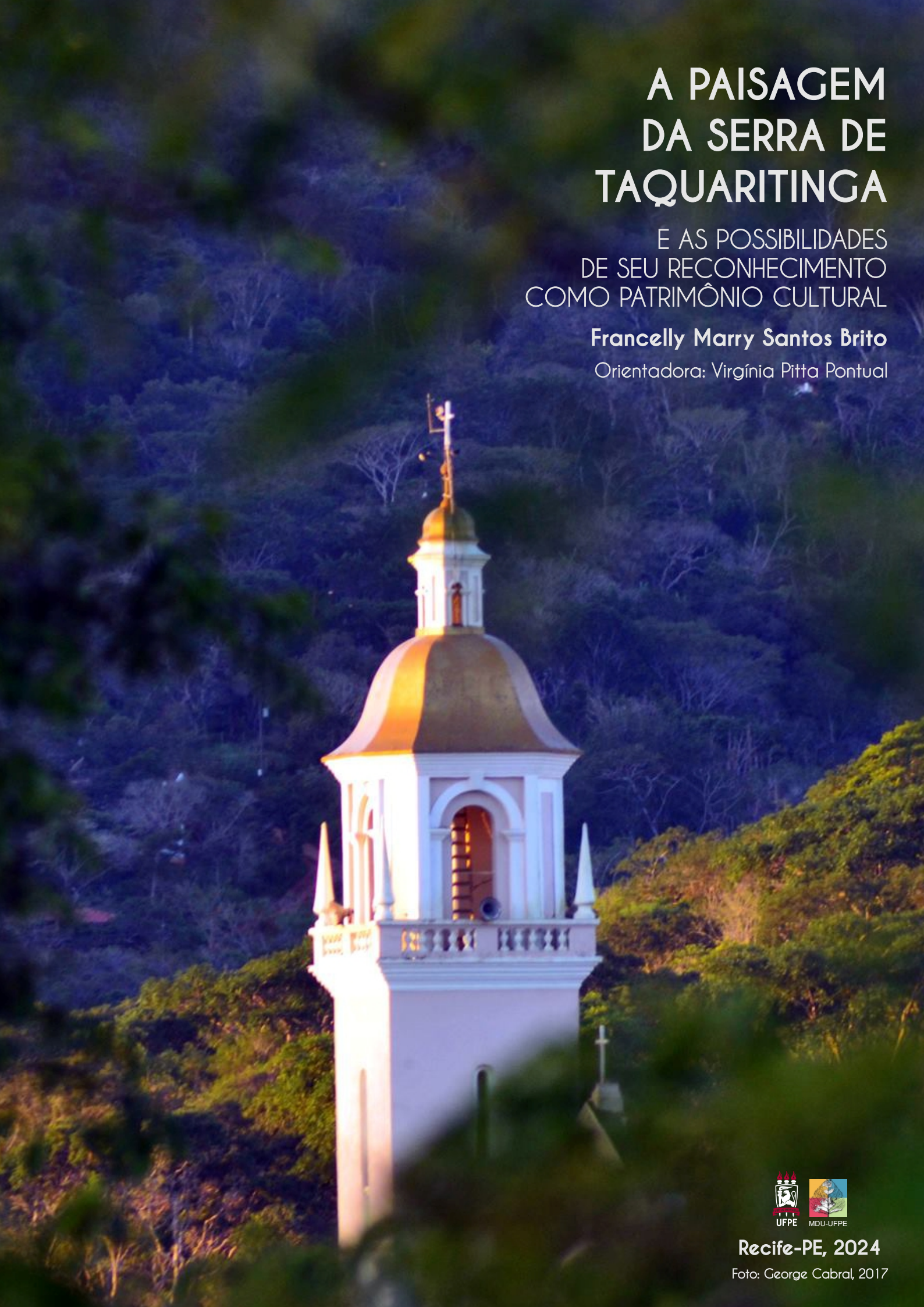


A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

E AS POSSIBILIDADES DE SEU RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Francelly Marry Santos Brito

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual

UFPE MDU-UFPE

Recife-PE, 2024

Foto: George Cabral, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

FRANCELLY MARRY SANTOS BRITO

A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA E AS POSSIBILIDADES DE SEU RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Recife - PE
2024

FRANCELLY MARRY SANTOS BRITO

A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA E AS POSSIBILIDADES DE SEU RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Linha de Pesquisa: Conservação Integrada.

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual

Recife - PE
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Brito, Francelly Marry Santos.
A paisagem da serra de Taquaritinga e as possibilidades de seu reconhecimento como patrimônio cultural / Francelly Marry Santos Brito. - Recife, 2024.
149f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2024.
Orientação: Virgínia Pitta Pontual.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Paisagem; 2. Patrimônio Cultural; 3. Serra de Taquaritinga; 4. Atributos; 5. Conservação da Paisagem. I. Pontual, Virgínia Pitta. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

FRANCELLY MARRY SANTOS BRITO

A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA E AS POSSIBILIDADES DE SEU RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 30/08/2024

BANCA EXAMINADORA

Dra. ANA PAULA MOTA DE BITENCOURT DA COSTA LINS
Examinadora Externa à Instituição

Dra. ANA RITA SÁ CARNEIRO RIBEIRO
Examinadora Interna
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dra. JULIANA MELO PEREIRA
Examinadora Interna
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dra. VIRGINIA PITTA PONTUAL
Presidente
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico esta pesquisa à Celina,
o melhor capítulo da minha história.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder tantas bênçãos. Aos meus pais, Josiane e Fabiano, por serem meu maior exemplo de amor, sabedoria, fé e coragem. A minha tia Joselma, que é luz a iluminar meus caminhos. Às minhas irmãs Fabelly e Júlia, que são parte de mim. A Benício, por ser o meu raio de sol dourado. A Yuri, a quem escolho amar todos os dias. A Bruno, que me adotou como irmã. À Camilla, por toda presteza em ajudar. À professora Virgínia, por toda a dedicação em me formar como pesquisadora. A Tomás Lapa, por ter me colocado de volta ao eixo e me proporcionar um fôlego necessário para concluir o mestrado. Às professoras Mirela Duarte e Ana Rita, por desdobrarem a paisagem em minha mente. À Juliana Melo, pelo apoio e por todas as caronas-trocas que me impulsionaram a seguir em frente. Ao professor Ruskin (*in memoriam*), por ainda no início de tudo me fazer acreditar na pesquisa. À Carine, que está comigo em todas as aventuras. À Milena Oliveira, que é exemplo de mulher, mãe e pesquisadora. À Isabela Dutra, que foi o melhor presente do MDU. Aos colegas Jonatas, Bruna Peralva, Gabi, Allyson, Polly, Sabino e Letícia da UnB, por todas as bagagens compartilhadas, deixando a caminhada acadêmica mais leve. À Renatinha do MDU, por ser tão incrível e amável. À Winhne, tia Sandra e tio Carlos, por me acolherem tão bem em seu lar na capital pernambucana. A Paulo da Fonte, por toda sensibilidade e apoio na luta pela preservação de Taquaritinga do Norte. A seu David Peebles, por ter se tornado um grande entusiasta desta pesquisa e por ter me mostrado que podemos ver mais além. Aos meus amigos, Angélica e Pedro, por estarem sempre presentes em minha vida.

Enfim, agradeço a todos que me fizeram acreditar que seria possível a realização desta pesquisa.

MANIFESTO AO BREJO SAGRADO

No Nordeste Brasileiro têm-se, desde o alvorecer da história, lugares fincados na terra que crescem até às nuvens.
Nestes lugares, leves chuvas transformam a terra em luminosas e úmidas matas verdes.
Nestes lugares, revoadas de pássaros semeiam sucupira, cedro, ipê, copaíba, pau-brasil.
Nestes lugares, as onças marcam trilhas, carcarás e gaviões riscam o céu, sagüis brincam nas árvores, orquídeas e bromélias agarram-se ao musgo verde das pedras.
São lugares sagrados para todos.
Nestes lugares vivem os "encantados" – espíritos daqueles que fazem a conexão da energia ao tempo, à mãe terra e ao céu.
São estes "encantados" que desde sempre acalentam e transmitem a semente da sabedoria que ilumina nosso futuro.
Os "encantados" –Xukuru de Ororubá, Tupi-Guarani, Tabajara, Tupinambá, Caetés, Cariri, Pankaru e Kalanko– batizaram estes lugares sagrados com os nomes de Taquaritinga do Norte, Gravatá, Garanhuns, Caruaru, Baturité, Ibiapina.
Hoje, acadêmicos e geógrafos nomeiam estes lugares sagrados BREJOS DE ALTITUDE.
Estes lugares sagrados têm alma, têm história, têm voz e vida.
Hoje, estes lugares sagrados clamam por socorro.
As práticas predatórias, os interesses monetários, uso de fogo e motosserras, transformam suas matas em lenha e carvão para fornalhas e caldeiras industriais, sua água é drenada e vendida às cidades, a terra destes lugares sagrados é parcelada e repartida em anônimos loteamentos.
Estes lugares sagrados não querem ser abandonados.
Estes lugares sagrados buscam guardiões com mãos carinhosas e voz de apoio, que proclamem a sabedoria indígena que respeita os mistérios da natureza.
Estes lugares sagrados, com seus panoramas singulares, seu ar puro, suas chuvas suaves, sua severa fertilidade e a eternidade de seus ‹encantados›, não querem desaparecer.
Estes lugares sagrados pedem compreensão, cuidado, proteção.
Estes lugares sagrados querem conviver com a comunidade que vive, cultua e cuida da sua cultura e do território.
Estes lugares sagrados querem repartir com todos a sua beleza e fartura e a fertilidade que fortalece o corpo e o espírito.
Estes lugares sagrados trazem à sociedade a 'cultura do cuidado'.

Estes lugares sagrados querem fortalecer a relação entre o "encantado", o homem e o seu sentido de pertencimento a terra.
Estes lugares sagrados praticam a Economia Ecológica.
Estes lugares sagrados querem o apoio da sociedade contra invasores, especuladores e predadores.
Estes lugares sagrados querem compartilhar com a sociedade a sua natureza, a sua cultura, identidade e sua vitalidade.
Nós chamamos de LAR, estes lugares sagrados dos encantados, de Gaia e Mãe Terra.

Yaguara Ecológico
Taquaritinga do Norte, PE
Julho, 2022.

RESUMO

Os estudos sobre o tema da paisagem, na contemporaneidade, têm permitido seu reconhecimento, proteção e gestão na condição de patrimônio cultural. Contudo, conservar as paisagens tem sido um dos desafios mais complexos com que a área do patrimônio tem se deparado. Dentro desta temática, a pesquisa refere-se à paisagem da Serra de Taquaritinga e suas relações com o ser humano, no tempo e no espaço, seus significados, suas alterações e a necessidade de sua conservação. Situada no município pernambucano de mesmo nome, há aproximadamente 195 km da capital Recife, a Serra de Taquaritinga apresenta características geográficas peculiares, expressas pelo conjunto de montanhas e serras com altitudes elevadas de até 1.020 metros, presença de mata atlântica, abundância de nascentes de água doce, solo fértil, pequenas e médias propriedades rurais e aglomerados urbanos que lhe conferem um alto valor paisagístico e cultural. Somando-se a estas características, a Serra apresenta diferentes camadas de significados que caracterizam a identidade e memória de seus habitantes. Em contrapartida, além das transformações espontâneas da natureza, a paisagem da Serra de Taquaritinga vem enfrentando sérias modificações. Em grande parte, isso ocorre devido ao crescente e inadequado processo de urbanização que se agravou na última década com o surgimento de loteamentos e construções irregulares em áreas de floresta remanescente. Além disso, a dicotomia posta ao conceito de paisagem nas políticas públicas de conservação no âmbito estadual e municipal também contribui para o atual estado de modificações, colocando em risco não apenas os aspectos tangíveis como também contextos de vida e tradições locais. A presente pesquisa identificou três camadas principais da paisagem da Serra de Taquaritinga que revelaram importantes atributos e significados. Para isso, foi adotada uma metodologia apoiada na pesquisa bibliográfica voltada ao campo da paisagem bem como na exploração de fontes documentais, fotográficas e trabalho de campo. Dessa maneira, além de vislumbrar as possibilidades da paisagem da Serra de Taquaritinga como patrimônio cultural, foi possível suscitar reflexões sobre a temática da paisagem no campo da conservação patrimonial.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio Cultural. Serra de Taquaritinga. Atributos. Conservação da Paisagem.

ABSTRACT

Studies on the theme of landscape in contemporary times have allowed its recognition, protection and management as cultural heritage. However, preserving landscapes has been one of the most complex challenges that the heritage area has faced. Within this theme, the research refers to the landscape of the Serra de Taquaritinga and its relationships with human beings, in time and space, its meanings, its changes and the need for its conservation. Located in the municipality of the same name in Pernambuco, approximately 195 km from the capital Recife, the Serra de Taquaritinga has peculiar geographical characteristics, expressed by the set of mountains and ranges with high altitudes of up to 1,020 meters, the presence of Atlantic Forest, an abundance of freshwater springs, fertile soil, small and medium-sized rural properties and urban agglomerations that give it a high scenic and cultural value. In addition to these characteristics, the Serra presents different layers of meanings that characterize the identity and memory of its inhabitants. On the other hand, in addition to the spontaneous transformations of nature, the landscape of the Serra de Taquaritinga has been undergoing serious changes. This is largely due to the growing and inadequate urbanization process that has worsened in the last decade with the emergence of subdivisions and irregular constructions in areas of remaining forest. In addition, the dichotomy imposed on the concept of landscape in public conservation policies at the state and municipal levels also contributes to the current state of changes, putting at risk not only tangible aspects but also contexts of life and local traditions. This research identified three main layers of the Serra de Taquaritinga landscape that revealed important attributes and meanings. To this end, a methodology was adopted based on bibliographic research focused on the field of landscape as well as on the exploration of documentary and photographic sources and fieldwork. In this way, in addition to envisioning the possibilities of the Serra de Taquaritinga landscape as cultural heritage, it was possible to raise reflections on the theme of landscape in the field of heritage conservation.

Keywords: Landscape. Cultural heritage. Taquaritinga Mountains. Attributes. Conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de inserção do Município de Taquaritinga do Norte no Estado de Pernambuco 20

Figura 2: Conjunto Serra de Taquaritinga no município de Taquaritinga do Norte-PE 22

Figura 3: Sede do município de Taquaritinga do Norte-PE situada entre os vales e montanhas 23

Figura 4: Caverna de Lascaux 27

Figura 5: Delimitação da APA Serras e Brejos do Capibaribe 48

Figura 6: Mapa Planialtimétrico do município de Taquaritinga do Norte 52

Figura 7: Mapa Ortofoto/Zoneamento do município de Taquaritinga do Norte 53

Figura 8: Imagem 3d da Serra de Taquaritinga 55

Figura 9: Delimitação espacial – Serra de Taquaritinga 56

Figura 10: Desenho esquemático da unidade geoambiental Planalto da Borborema 60

Figura 11: Escarpas a barlavento no maciço serrano de Taquaritinga do Norte 61

Figura 12: Escarpas a sotavento no maciço serrano de Taquaritinga do Norte 61

Figura 13: Cortes esquemáticos da Serra de Taquaritinga - 1 - declives acentuados, 2 - relevo ondulado 62

Figura 14: Delimitação do Brejo de Taquaritinga do Norte-PE 64

Figura 15: Mapa Reconhecimento dos solos do município de Taquaritinga do Norte 65

Figura 16: Floresta Subperenifólia nas encostas da Serra de Taquaritinga no sítio Várzea Grande 66

Figura 17: Terreiro de secagem de café na fazenda Terral Ecológico, situado no sítio Conceição na Serra de Taquaritinga 67

Figura 18: Marcas de café da Serra de Taquaritinga, 1 - Yaguara, 2 - Terral, 3 - Takwar 68

Figura 19: Diversidade das flores encontradas nas matas 69

Figura 20: Diversidade de aves. 70

Figura 21: Açude Santo Amaro 71

Figura 22: Nascente no sítio Cumbe, propriedade Yaguara Ecológico 72

Figura 23: Vista do cume da Serra da Taquara 74

Figura 24: Painel de pinturas rupestres - Pedra da Figura, Taquaritinga do Norte-PE 75
Figura 25: Pedra da Figura 76
Figura 26: Pedra de Boca, entre os municípios de Taquaritinga do Norte e Vertentes-PE 77
Figura 27: Capela dedicada a Santo Amaro no vilarejo de Taquaritinga do Norte, por volta de 1970 78
Figura 28: As primeiras construções do vilarejo de Taquaritinga do Norte por volta de 1938 79
Figura 29: Feira livre em frente ao mercado público, por volta de 1980 80
Figura 30: Procissão de Santo Amaro no dia 15 de janeiro de 1- 1945, 2 - 1960 e 3 - 2020 81
Figura 31: Fazenda de café que pertencia a Coronel Tejo, no sítio Conceição - Serra de Taquaritinga 83
Figura 32: 1 - Folhas e fruto do café arábica typica, 2 - Plantação de café arábica typica em meio a floresta 84
Figura 33: Painel de fotos, 1- Construção das praças centrais 1960; 2 - Construção da praça Otto Sailer e reforma da Igreja Santo Amaro 1960; 3 - Construção do Cine Teatro Santo Amaro década de 1960; 4 - Inauguração do Hotel Jorge Eduardo, 1972 86
Figura 34: Rodovia PE. 130 na cidade de Taquaritinga do Norte, 1981 87
Figura 35: Inauguração do Hospital Geral Severino Pereira da Silva em 1983 87
Figura 36: Morfologia urbana nas encostas da Serra da Taquara, década de 1980 88
Figura 37: Mansão de Severino Pereira em Taquaritinga do Norte 88
Figura 38: Inauguração da Rampa do Pepê em 1991 89
Figura 39: Traçado urbano na Serra de Taquaritinga, 1- 1945, 2 - 1960, 3 - 2022 92
Figura 40: Mapa de Tendência de Expansão Urbana ao longo dos caminhos existentes 94
Figura 41: Mapa de Densidade - População Urbana 95
Figura 42: Topografia Urbana 96
Figura 43: Topografia Urbana - Áreas “Non Edificandi” 96
Figura 44: Zoneamento - Circulação 97
Figura 45: Plano Geral Proposto 98
Figura 46: Mapa de Evolução Urbana 99
Figura 47: Mapa de Tendência Expansão Urbana 101
Figura 48: Skyline do conjunto de serras que compõem a Serra de Taquaritinga 103

Figura 49: Incêndio na Serra da Taquara em 2016 105
Figura 50: Mutirões de combate ao incêndio na Serra da Taquara em 2016 105
Figura 51: Incêndio no Morro do Cruzeiro na Serra de Taquaritinga em 2021 106
Figura 52: Ações de Reflorestamento do Curta Taquary 107
Figura 53: Prédio com mais de 2 pavimentos no centro histórico de Taquaritinga do Norte 108
Figura 54: Mapa de Zoneamento Sede 112
Figura 55: Delimitação da APA Cumbe/Várzea Grande, Conceição 114
Figura 56: Perfil do Arquipélago Borborema no final da tarde vista da Serra de Taquaritinga 119
Figura 57: Pintura em tela, Serra de Taquaritinga 122
Figura 58: Pintura em tela, releitura de Taquaritinga em 1970 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Legislação Federal Brasileira - Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural 41

Tabela 2: Loteamentos que se prolongaram aos sítios e áreas “non aedificandi” na Serra de Taquaritinga 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese de definições da CEP 36

Quadro 2: Evolução Demográfica do Município de Taquaritinga do Norte 1920 – 2022 90

Quadro 3: Zona do Ambiente Natural - (ZAN) Serra da Taquara 109

Quadro 4: Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA 110

Quadro 5: Zonas Especiais Histórica e Cultural - ZEHC 111

Quadro 6: Síntese das ações/políticas de conservação da Paisagem voltadas à Serra de Taquaritinga 115

Quadro 7: Síntese dos atributos da Paisagem da Serra de Taquaritinga 118

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CPA	Carta da Paisagem das Américas
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DOFSP	Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
PET	Programa de Educação Tutorial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEHC	Zona Especial Histórica e Cultural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **17**

2 OS DESDOBRAMENTOS DA PAISAGEM NO CAMPO DO PATRIMÔNIO **27**

2.1 O CONCEITO DE PAISAGEM 27

2.2 CARTAS, RECOMENDAÇÕES E AÇÕES ACERCA DA PAISAGEM 33

2.3 PAISAGEM COMO CATEGORIA OPERACIONAL 36

3 AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NO BRASIL E EM PERNAMBUCO **41**

3.1 QUINTA SUPERINTENDÊNCIA IPHAN/PE 42

3.2 FUNDARPE 44

3.3 CPRH 46

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 49

4 A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA COMO BEM CULTURAL **52**

4.1 METODOLOGIA PARA O RECONHECIMENTO DA PAISAGEM 58

4.2 ELEMENTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS DA PAISAGEM 61

4.3 CAMADAS DA PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA 74

4.3.1 TABA INDÍGENA 74

4.3.2 TERRAS DE SANTO AMARO 78

4.3.3 CIDADE ENTRE SERRAS 92

5 OS ATRIBUTOS E SIGNIFICADOS DA PAISAGEM **119**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **129**

REFERÊNCIAS **133**

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA **137**

APÊNDICE B: “QUEM CUIDA TEM” **139**

ANEXO A - TABELA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA - INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL **140**

ANEXO B: FICHA CATALOGRÁFICA DE ESPÉCIES VEGETAIS DA FAZENDA YAGUARA - VÁRZEA DA ONÇA NA SERRA DE TAQUARITINGA **142**

ANEXO C: EMENDAS Nº 003/2021 E Nº 001/2021 **145**

Foto: Aldo Rocha, 2022

1 INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio está em constante ampliação devido às discussões realizadas internacionalmente que promovem o alargamento disciplinar e a reestruturação conceitual reconhecendo a dimensão e a diversidade cultural a ele associadas. É nessa perspectiva que a noção de paisagem inaugura um novo capítulo no campo da preservação patrimonial, no qual, as relações entre o construído e o natural, homem e território, passam a ser vistas como unidade indissociável dotada de valor cultural.

Desenvolvido pelos adeptos da geografia desde o final do século XIX, o conceito de paisagem vem sendo alvo de amplos debates, que têm como objetivo comum sua identificação, descrição e interpretação (Melo, 2010). Já no campo da conservação, esse debate tem como principal marco a categoria de Paisagem Cultural, incorporada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no início da década de 1990. Esta nova categoria de bem cultural suscitou novos critérios de seleção à Lista de Patrimônio Mundial, na qual estão inscritos os sítios que expressam valor universal excepcional, por meio da combinação significativa entre o homem e a natureza.

Posteriormente, em 2000, a Convenção Europeia da Paisagem (CEP)[1] implantou contribuições críticas à abordagem da UNESCO, reconhecendo que a paisagem é em todo o continente um elemento importante da qualidade de vida da população. Portanto, deveria englobar as áreas urbanas e rurais, áreas degradadas ou da vida cotidiana, e não apenas as paisagens excepcionais e de grande qualidade (Council of Europe, 2000).

No Brasil, o conceito surge nos debates acadêmicos e institucionais a partir de 1937, com o Decreto Lei nº 25, integrando a paisagem como componente do patrimônio passível de proteção, como consta no inciso 2,

> Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e **paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pelo natureza ou agenciados pelo indústria humana (Decreto Lei nº 25, § 2º, 1937, grifo nosso).

Em abril de 2009, a proteção da paisagem no âmbito patrimonial tem seu marco através da Portaria nº 127, que cria a Chancela da Paisagem Cultural. Alguns estudos para a implantação da nova categoria foram desenvolvidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e

[1] Proclamada pelo Conselho da Europa, reunido em Florença em 2000, é o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem.

Artístico Nacional (IPHAN), no entanto, devido às dificuldades de operacionalização, a Chancela encontra-se suspensa. Mais recentemente, em 2018, foi publicada a Carta da Paisagem das Américas, da qual o Brasil é signatário, que trouxe uma perspectiva mais subjetiva e voltada para aqueles que fazem parte, formam e apreciam a paisagem.

Mesmo diante da complexidade e dos desafios para o amadurecimento sobre o conceito da paisagem, sua inserção no âmbito do patrimônio surge como uma possibilidade abrangente e enriquecedora, podendo ampliar a visão sobre culturas tradicionais e as relações das pessoas com o território. Tendo isso em mente, a pesquisa volta-se à Paisagem da Serra de Taquaritinga, uma região marcada tanto pelos seus aspectos tangíveis, a topografia com formação de serras e montanhas, a densa cobertura vegetal e o núcleo urbano, como pelos seus aspectos intangíveis ligados principalmente à relação com a natureza, a religiosidade e a longa tradição rural, conformando uma rica paisagem cultural.

Apoiando-se no que compreende a Carta da Paisagem das Américas (2018), a paisagem da Serra de Taquaritinga se apresenta como uma superposição de camadas no espaço e no tempo, como um palimpsesto cultural. Para esta pesquisa, são abordadas três camadas principais da paisagem. Na primeira camada, a paisagem primária está estritamente ligada às influências da natureza sobre os povos indígenas que criaram vínculos e interações com a "mãe terra". Essa relação homem-natureza imbuída de crenças e valores espirituais perpetua até os dias atuais, como pode ser identificada pelo Grupo Yaguara Ecológico[2] em seu "Manifesto ao Brejo Sagrado"[3] citado no início desta pesquisa.

Buscando vestígios dessa primeira camada, são relatados pela história oral que os povos originários habitavam as montanhas, cavernas e vales da Serra de Taquaritinga, estabelecendo uma relação sagrada com esse território e a natureza. A própria toponímia do nome Taquaritinga faz parte do vocabulário indígena trazendo duas versões com significados que traduzem características singulares da relação do homem com seu habitat natural.

A primeira versão "itacoaratetinga", "grande buraco da pedra branca" , indica a forte presença de rochas de cor clara nos topos da serra que se destacam em meio às densas matas

[2] Yaguara Ecológico - Empresa familiar de fazendeiros e artesãos que criam produtos ecológicos: café sombreado, derivados suínos e mel, na fazenda Várzea da Onça, na Serra de Taquaritinga do Norte em Pernambuco.

[3] O "Manifesto ao Brejo Sagrado" de autoria de David Peebles proprietário do Yaguara Ecológico foi escrito com objetivo de alertar sobre a importância e significância dos Brejos de Altitude no agreste de Pernambuco - como lugares sagrados e que necessitam de proteção. (Fala concedida em entrevista).

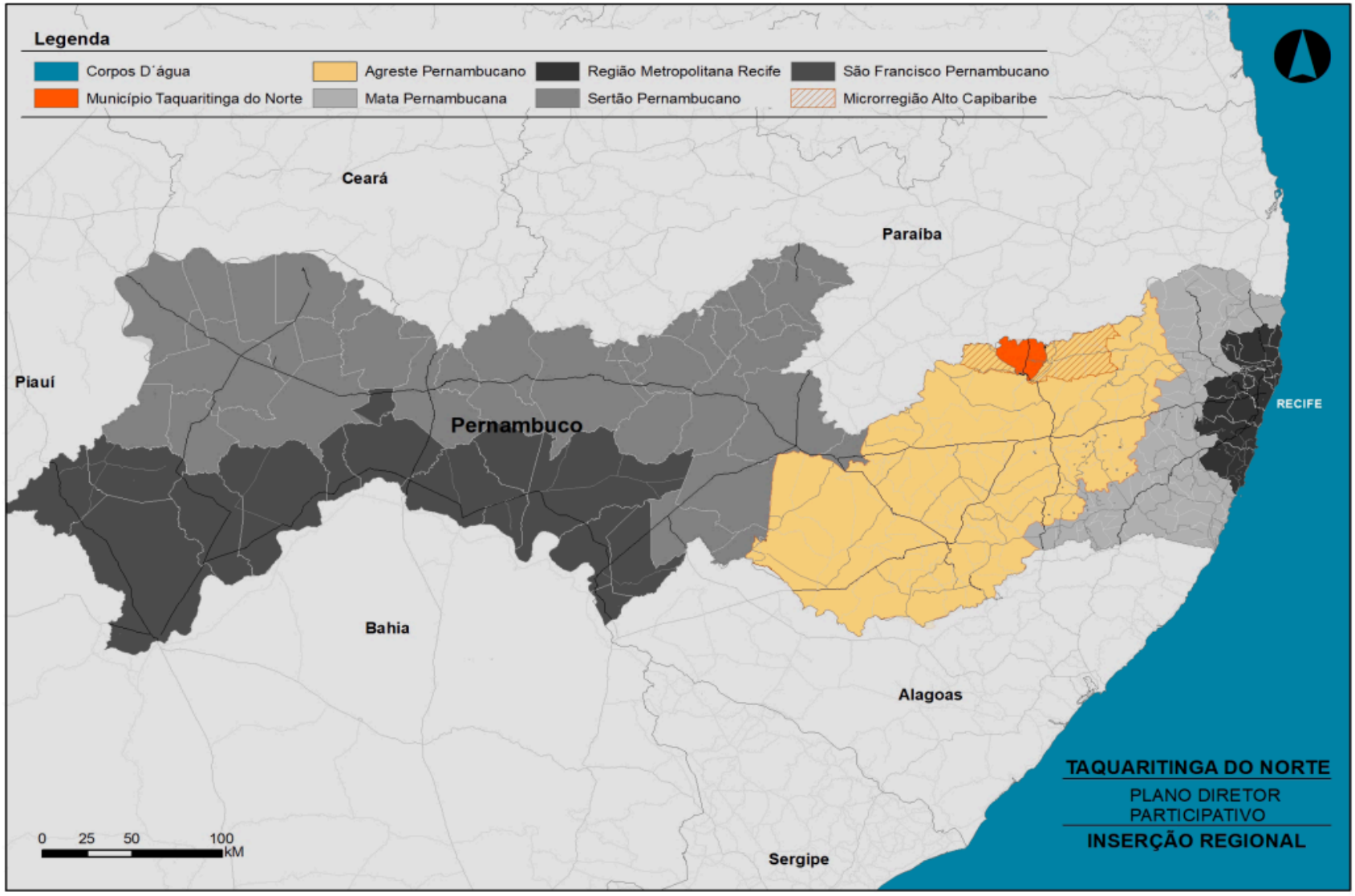
verdes. Já a segunda versão, taquari+tinga, “taboca branca” aponta para característica do elemento vegetal chamado de “taboquinha”, um tipo de bambu nativo do Brasil que pode ser encontrado em diversos lugares da Serra. Essa espécie vegetal é muito utilizada para a confecção de cestas artesanais e flautas típicas do Nordeste, conhecido como o pife. No hino do município, pode-se destacar o trecho que indica a importância dessa planta na confecção de instrumentos musicais utilizados pelos povos indígenas que habitaram a Serra, “Da taboca se fez instrumento / Com que o índio louvava a Tupã” (Araújo. Hino do Município de Taquaritinga do Norte).

A segunda camada, a paisagem da Serra ocupada pelos colonizadores vai apresentar as primeiras propriedades rurais e o primeiro traçado do núcleo urbano que foram fortemente influenciados pela topografia e pelas condições morfoclimáticas que potencializaram as atividades agrícolas, principalmente o cultivo de frutas e do café. Essa camada também traz a forte influência religiosa na formação da cidade, com a chegada de missões religiosas e da construção da Igreja Matriz Santo Amaro como principal elemento estruturador, pois é a partir dela que surgem as primeiras ruas e construções, conformando o vilarejo.

Já a terceira camada, a paisagem contemporânea, é possível identificar a relação com as demais camadas, podendo ser acessadas tanto as matas nativas e os topos das serras onde habitaram os povos indígenas, como o centro histórico ainda bem demarcado como primeiro traçado urbano que resguarda o conjunto arquitetônico dos séculos passados. Em conflito com estas camadas, visualiza-se o processo de urbanização acelerado e inadequado com as numerosas verticalizações e descaracterizações do centro histórico e a expansão da malha urbana que se espraia pelas serras e florestas causando grandes impactos ambientais e paisagísticos.

Geograficamente a Serra de Taquaritinga faz parte de um prolongamento do Planalto da Borborema, que se encontra no município de Taquaritinga do Norte na mesorregião do Agreste de Pernambucano, mais precisamente na microrregião do Alto Capibaribe, conhecido como Agreste Setentrional (Figura 1).

Figura 1: Mapa de inserção do Município de Taquaritinga do Norte no Estado de Pernambuco



Fonte: Plano Diretor (2021).

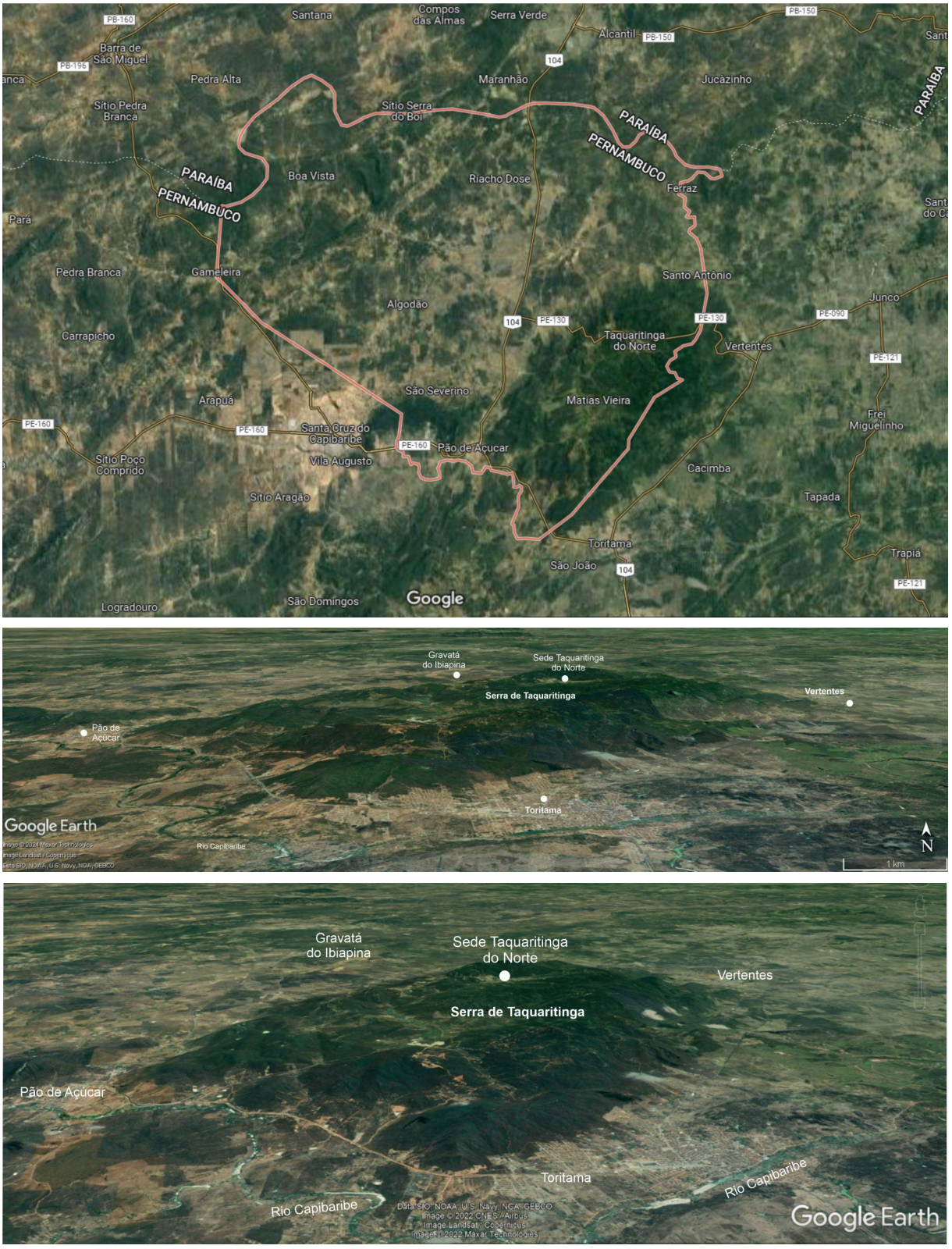
Denominada pelo Plano Diretor Municipal (2007), a Serra de Taquaritinga, apresenta-se como:

> O conjunto da parte sudeste do município, denominada Suíte Serra da Taquaritinga (CPRM[4]), com serras mais altas na parte norte e mais baixas na parte sul. É composto pelas Serra da Taquara, onde se encontra o pico mais alto do município, com 1025 metros, Serra do Jaburu e Serra dos Ossos. A sede municipal se encontra encravada nesta suíte entre a Serra do Jaburu, o Morro do Cruzeiro e a Serra da Taquara (Plano Diretor, 2007, p. 14).

A Serra de Taquaritinga é composta por um conjunto de montanhas e morros que surgem agrupados formando o maciço da Serra de Taquaritinga. Como pode ser observado na Figura 2, na primeira imagem tem-se a delimitação municipal de Taquaritinga do Norte e em destaque na porção sudeste a mancha em verde escuro, a Serra de Taquaritinga. Esse conjunto de montanhas tem uma pequena parte de suas encostas nos municípios de Toritama e Vertentes. A sede do município de Taquaritinga do Norte encontra-se inserida entre as serras e montanhas a uma altitude de aproximadamente 774 metros, conferindo à paisagem um contexto singular entre as interações dos habitantes com o território e os elementos naturais (Figura 2 e 3).

[4] Suíte Serra de Taquaritinga é uma denominação estabelecida pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM / Serviço Geológico do Brasil – SGB

Figura 2: Conjunto Serra de Taquaritinga no município de Taquaritinga do Norte-PE



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora, 2024.

Figura 3: Sede do município de Taquaritinga do Norte-PE situada entre os vales e montanhas

Fonte: George Cabral, 2015.

Inserida em uma topografia peculiar, o território que corresponde a Serra de Taquaritinga apresenta altitudes elevadas de até 1.020 metros que condiciona diversos fatores morfoclimáticos como a ocorrência de chuvas, o clima ameno, a presença de florestas que resguardam grande diversidade biológica, a abundância de recursos hídricos e a qualidade do solo propício à policultura. Somando-se a essas características, a Serra abriga pequenas e médias propriedades rurais e aglomerados urbanos que se integram ao espaço natural e caracterizam fortemente a identidade de seus habitantes.

Em contrapartida, na última década, além das transformações espontâneas da natureza, a Serra de Taquaritinga vem enfrentando sérias modificações, colocando em risco sua capacidade de suporte ambiental e paisagístico, bem como contextos de vida e tradições locais. Isso se deve, principalmente, ao crescente e inadequado processo de urbanização com o surgimento de loteamentos e construções irregulares em áreas de floresta remanescente nas encostas e topos serranos. Paralelamente, a ausência de políticas públicas de conservação da paisagem tanto no âmbito municipal como estadual, que reconheçam a dimensão cultural e natural que a Serra apresenta, agrava a situação atual de perdas das características identitárias e dos significados do território.

Desse modo, a pesquisa traz como inquietude e **problema**: quais as possibilidades da paisagem da Serra de Taquaritinga ser reconhecida como patrimônio cultural? A partir desse questionamento, se traça a **hipótese** de que a conservação da paisagem da Serra de Taquaritinga tem sido omitida, desconsiderada ou negligenciada pelos governos estadual e municipal reduzindo as possibilidades de seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Tem-se como **objetivo principal**, evidenciar os atributos e significados conferidos à paisagem da Serra de Taquaritinga visando as possibilidades de seu reconhecimento como patrimônio cultural. Para isso são assumidos como **objetivos específicos**: i) compreender a noção de paisagem, sua inserção no campo de salvaguarda do patrimônio e como categoria operacional da conservação; ii) identificar as práticas e instrumentos das instituições públicas de proteção patrimonial e ambiental voltadas para a conservação da paisagem; iii) estabelecer procedimentos necessários à identificação e interpretação da paisagem da Serra de Taquaritinga, evidenciando os atributos e significados que impulsionam as possibilidades de seu reconhecimento patrimonial.

A metodologia aporta-se na pesquisa bibliográfica voltada ao campo da paisagem, trazendo como principais autores do campo da paisagem, Georges Bertrand (1972), Eric Dardel (2011), Ribeiro (2007) e Jean Marc-Besse (2014). Também é realizada pesquisa documental, através da análise de Cartas e Recomendações Patrimoniais, de consultas a documentos e dados obtidos em sites oficiais, além de acervos pertencentes às instituições nacionais e estaduais responsáveis pela proteção das paisagens.

Para a apreensão do objeto empírico, foram realizados levantamentos históricos e documentais em acervos públicos, a exemplo dos Livros de Tombo da Paróquia Santo Amaro, fotografias antigas, literatura, poemas e canções de artistas locais ou com referências ao município norte taquaritinguense. Além de matérias de jornais, estudos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bem como os mapas cartográficos da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM.

Buscando identificar e analisar as camadas da paisagem, foram acessados os documentos do Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Taquaritinga do Norte de 1972, dos

Planos Diretores de 2006 e 2021 e registros de imóveis do Cartório Municipal. Para a identificação dos atributos e significados da paisagem foi realizado levantamento de campo através de visitas *in loco,* registros fotográficos, observações e aplicação de entrevista semiestruturada com três especialistas que vivenciam a Paisagem da Serra de Taquaritinga.

A pesquisa está estruturada em 6 capítulos, sendo esta introdução o **primeiro capítulo**. No **segundo capítulo** é apresentada uma abordagem do conceito de paisagem, principalmente no campo da geografia, sua inserção no campo do patrimônio, até sua consolidação como categoria operacional de preservação. O **terceiro capítulo** versa sobre as políticas preservacionistas e as práticas institucionais dos órgãos de proteção das paisagens no Brasil e em Pernambuco. É apresentado um panorama geral das legislações vigentes no país que interferem direta ou indiretamente nas paisagens. No âmbito regional, são apresentados três órgãos principais de preservação e suas práticas institucionais, a 5ª Superintendência do Iphan do Estado de Pernambuco, a Fundarpe - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, e a CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente

A fim de obter os dados necessários para as proposições descritas nos objetivos da pesquisa, o **quarto capítulo** apresenta as etapas metodológicas e a leitura e interpretação de três camadas da paisagem da Serra de Taquaritinga. Já o **quinto capítulo** compreende a identificação dos atributos da paisagem a partir de entrevistas com especialistas e a interpretação dos seus significados através de recursos da linguagem poética e imagética. Como resultado foram elencados os atributos mais significativos que caracterizam e individualizam a paisagem da Serra de Taquaritinga. Por fim, o **sexto capítulo** corresponde às questões propositivas percebidas ao longo da construção da pesquisa que corroboram para o reconhecimento da Paisagem da Serra de Taquaritinga como patrimônio cultural.

Foto: David Peebles, 2002

2 OS DESDOBRAMENTOS DA PAISAGEM NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Nos últimos anos, o interesse pela paisagem no campo da conservação do patrimônio cultural tem recebido especial atenção. Isso se deu, principalmente, com a consagração da categoria de Paisagem Cultural instituída em 1992, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, para inscrição de bens na lista do patrimônio mundial. Desde então, a relação entre paisagem e o conceito de patrimônio vem percorrendo um caminho que amplia a possibilidade de seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

A fim de delimitar o olhar neste amplo campo de conhecimento, serão discutidas a seguir algumas abordagens e reflexões de como o conceito de paisagem é introduzido nos processos de atribuição de valor na área da conservação patrimonial. Parte-se desde a abordagem do conceito no campo da Geografia, sua inserção no campo do patrimônio, fundamentado nas Cartas e Recomendações Patrimoniais, até a consolidação da paisagem como uma categoria operacional de preservação.

2.1 O CONCEITO DE PAISAGEM

Segundo Maximiano (2004), a noção de paisagem está presente na existência humana desde seus primórdios, tendo em vista que os seres humanos sempre dependeram da relação com o meio. Para a autora, a ideia embrionária de paisagem surge a partir das artes e ciências, nas diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos singulares do ambiente como animais, rios e montanhas. As pinturas rupestres, por exemplo, estão entre as principais referências da percepção consciente do ser humano sobre a paisagem (Figura 4).

Figura 4: Caverna de Lascaux

Fonte: Bayes Ahmed (CC BY), Disponível em: https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-15133/caverna-de-lascaux/.

Ao longo da história, devido às diferentes relações que os grupos humanos estabeleciam com o seu meio, a compreensão da noção de paisagem passou, e passa, por diferentes influências. Assim, as sociedades desenvolvem distintas percepções de paisagem, em razão de aspectos geográficos e culturais próprios de cada território. A paisagem nesta perspectiva se apresenta portanto, como um constructo social.

Partindo de uma perspectiva mais conhecida e disseminada na sociedade, Paul Metzger (2001), aponta que a noção inicial de paisagem está estritamente ligada à visão estética daquilo que um observador pode enxergar. Aparecendo pela primeira vez no Livro dos Salmos:

> A primeira referência à palavra "paisagem" na literatura aparece no "Livro dos Salmos", poemas líricos do antigo testamento, escritos por volta de 1000 A.C. em hebraico por diversos autores, mas atribuídos na maioria ao rei Davi. Esses poemas eram cantados nos ofícios divinos do Templo de Jerusalém, e depois foram aceitos pela Igreja cristã como parte de sua liturgia. No "Livro dos Salmos", a paisagem refere-se à bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão (Metzger, 2001, p.02).

Posteriormente a noção de paisagem é adotada pela literatura e pelas artes, principalmente pela pintura, no final do século XVIII. Importante citar que, neste momento, os artistas e pintores pré-românticos, além do retrato real da natureza, retrataram a paisagem também como um reflexo interior, imbuído de sentimentos, melancolia e solidão. Essa perspectiva primária aponta para a ideia da paisagem como elemento dotado de subjetividade, assumindo a possibilidade de unificação dos valores tanto materiais, como imateriais, objetivos e subjetivos (Salgado, 2017).

Como conceito científico, a paisagem deu seus primeiros passos através das investigações do naturalista alemão Alexander Von Humboldt, entre os séculos XVIII e XIX. Humboldt transitava entre o mundo científico e artístico, apresentando uma vasta e diversificada obra, na qual representava e descrevia uma visão original de paisagem, contribuindo para a caracterização tipológica das partes do mundo, através de seu rigor científico, em explorações *in loco* e visão estética (Schwerz, 2017).

Ribeiro (2007) aponta que apesar da inegável influência de Humboldt, para a definição da paisagem no final do século XIX, foi somente no século XX, com Otto Schlüter, na Alemanha, Siegfried Passarge e Carl Ortwin Sauer, nos Estados Unidos, que se passou a tratar a paisagem como conceito formal da Geografia Moderna.

Otto Schlüter ao desenvolver seus métodos de análises, utilizava o termo "geografia cultural" para designar a paisagem transformada pelas ações humanas, contribuindo para o entendimento do que hoje chamamos de Paisagem Cultural, termo que se opõe à paisagem natural da qual as ações do homem estão ausentes. Siegfried Passarge iniciou seus estudos considerando apenas os aspectos físicos da paisagem, passando mais tarde a incluir a sociedade como agente na configuração desta. Estes geógrafos foram responsáveis por introduzir uma base teórica metodológica que possibilitou estudar cientificamente os aspectos culturais da paisagem (Ribeiro, 2007).

Apesar destas contribuições, a categoria da Geografia Cultural só atingiu seu caráter como um subcampo da disciplina geográfica com o estadunidense Carl Sauer, ao colocar a paisagem como conceito central da geografia. Saur buscou uma reconstrução da paisagem cultural ao identificar que, a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado dessa relação. Desse modo, a paisagem se apresenta tanto objetivamente - pela presença de objetos, quanto subjetivamente - pela percepção e representação dos sujeitos.

Na França, a aplicação da paisagem como categoria foi bastante influenciada, sobretudo, pela Escola Francesa de Geografia, de Paul Vidal de la Blache, interessado pela fisionomia[5] dos lugares, ou seja, pela paisagem e pela morfologia (Ribeiro, 2007). Segundo Lage (2018), Vidal de la Blanche enfatizou os conceitos de região e meio, valorizando as marcas impressas do homem no espaço, provocando uma reflexão sobre a construção da paisagem através de uma dialética de ação, reação e interação entre os seres humanos e seu meio natural.

Na segunda metade do século XX, afloraram-se os debates em função da diversificação e multiplicação dos métodos, por meio dos quais as paisagens são analisadas. Nas bases da Nova Geografia Cultural, Ribeiro (2007) atribui importante contribuição para o entendimento da simbologia da paisagem a Augustin Berque, geógrafo francês, cuja ideia central é de que a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa de ambos.

[5] Conceito fundador para a Geografia do começo do século XX, encontrado frequentemente em Paul Vidal de la Blache. As expressões fisionomia e característica, eram utilizadas por Paul Vidal, como "realidades objetivas que identificam verdadeiramente um território, e que é necessário reconhecer, localizar, delimitar, tanto espacialmente como qualitativamente, a fim de reproduzi-las" (Besse, 2006, tradução de Bartalini 2014, p. 66).

Para Berque (1998, p. 239), “a paisagem é uma marca, pois expressa a civilização, mas também uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura.” Segundo o autor, a importância do estudo da paisagem está no fato de que, por meio dela, podemos perceber o mundo no qual vivemos.

Segundo Collot (2013), o interesse crescente pela paisagem tem se destacado nos últimos anos, não apenas como uma tendência ou como um fenômeno de sociedade, mas também como uma nova maneira de pensar o mundo. Para o autor, o “pensamento-paisagem”[6] opõe-se à atitude do “momento moderno”, que prevaleceu após a Segunda Guerra Mundial no planejamento das cidades e do território, ao fazer tábua rasa do contexto histórico, social, cultural e natural, com a inserção das novas construções e infraestruturas. O autor ainda aponta que evocar esse pensamento é compreender a relação recíproca entre o homem e o cosmos,

> A paisagem aparece assim, como uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, do econômico e do simbólico, do indivíduo e da sociedade. A paisagem nos fornece um modelo para pensar a complexidade de uma realidade que convida a articular os aportes das diferentes ciências do homem e da sociedade (Collot, 2013, p. 15).

Ainda segundo o autor, a paisagem se apresenta como uma estrutura fundamental da percepção humana que articula o visível e o invisível - conceito que abarca diferentes percepções dos fenômenos sociais ao buscar compreender as interações da natureza e da cultura, no tempo e no espaço.

Nessa perspectiva, Milton Santos (2006, p. 66), traz para discussão a multidimensionalidade da paisagem, ao entender que o conceito de paisagem e espaço estão imbricados. Assim, define a paisagem como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima ".

Para Santos (2006), a paisagem se apresenta como um conjunto de objetos reais-concretos que transcende o tempo, enquanto o espaço se estabelece sempre no presente. Nesta perspectiva, a paisagem se apresenta como um sistema material e pode ser

[6] O termo “pensamento-paisagem” que Michel Collot traz em sua obra, “Poética e Filosofia da Paisagem” propõe um modelo para invenção de um novo tipo de racionalidade, no qual a paisagem provoca o pensar e o pensamento se desdobra com a paisagem.

relativamente imutável, enquanto o espaço, como sistema de valores, se transforma permanentemente. Desse modo, entende-se que a paisagem aqui abordada se configura como um conjunto de possibilidades da relação concreta (material) homem-natureza, enquanto o espaço se dá a partir da relação temporal, sendo, portanto, abstrato.

O geógrafo francês Eric Dardel (2011) aponta a paisagem como a relação do homem com a Terra, sendo esta, o lugar, a base e o meio para as realizações humanas, ou seja, o homem exprime sua relação geográfica com o mundo a partir do ordenamento do solo.

Ainda segundo Dardel (2011, p. 31), a paisagem é a geografia envolta do homem, indo além de uma justaposição de detalhes pitorescos, uma ligação interna, uma impressão que une todos os elementos. "A paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento", não é apenas geográfica, pois se abre para além do olhar, "é um escape para toda a Terra, uma janela sobre possibilidades ilimitadas: um horizonte." Assim, o homem exprime uma maneira de se encontrar e de se ordenar individualmente ou coletivamente a partir da geografia, inscrita na paisagem. Partindo desse entendimento, o geógrafo Georges Bertrand (1972) aponta que:

> A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Bertrand, 1972, p. 141).

Desse modo, tratar a paisagem implica não só em considerar seus aspectos naturais, mas também as ações antrópicas, sendo fundamental para sua análise a noção de escala temporal (herança histórica) e escala espacial (aspectos geomorfológicos). Importante citar que Bertrand pontua que mesmo sendo importante estabelecer uma escala,

> "A delimitação não deve nunca ser considerada como um fim em si, mas somente como um meio de aproximação em relação com a realidade geográfica. Em lugar de impor categorias preestabelecidas, trata-se de pesquisar as descontinuidades objetivas da paisagem" (Bertrand, 1972, p.144).

No campo da filosofia, Jean-Marc Besse (2014), considera que, na atualidade, a paisagem traz preocupações sociais e políticas que visam à qualidade de vida das populações. A partir disso, o autor propõe a ampliação e reformulação dos conceitos de paisagem a partir da sua compreensão nas diversas áreas do conhecimento científico. Besse propõe cinco portas de entendimento.

A primeira porta, *a paisagem como representação cultural e social*, a paisagem é estabelecida a partir de uma interpretação, uma leitura, ou seja, ela "não existe em si, mas na relação com o sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da apropriação cultural do mundo" (Besse, 2014 p. 13). Na segunda porta, *a paisagem como território produzido e habitado pelas sociedades*, o autor vai buscar embasamento na teoria jacksoniana[7], segundo a qual, a paisagem é entendida como um "espaço organizado", sendo composto e desenhado pelo homem. Essa porta extrapola a representação mental e evidencia as relações culturais ao entender que a paisagem é uma obra coletiva das sociedades, que produzem e transformam o meio. Nesta perspectiva, a pesquisa pretende acessar essa porta de entendimento para compreender a paisagem a partir da leitura dos seus elementos estruturantes (sociedade e substrato natural).

Por meio da terceira porta, *a paisagem como meio ambiente material e vivo*, Besse identifica a paisagem como ecúmeno humano, isto é, como um conjunto complexo e articulado de objetos, mais amplo e mais profundo do que as representações podem acompanhar. Para o autor, a paisagem também é o vento, a chuva, a água, o clima, as rochas, ou seja, tudo que cerca o ser humano.

Por meio da quarta porta, *a paisagem como experiência sensível*, Besse (2014, p. 47) vai abordar a experiência fenomenológica, na qual a paisagem é o nome dado à presença do corpo e ao fato dele ser afetado, tocado fisicamente pelo mundo, suas texturas, estruturas e espacialidades. "A paisagem é primeiramente vivenciada" .

Por fim, a quinta porta, *a paisagem como projeto*, o autor recorre ao campo dos arquitetos e paisagistas como possível retomada da abordagem experimental da realidade paisagística, identificando que,

> (...) a paisagem é convocada de forma privilegiada quando se trata de imaginar soluções que permitam o "encontro", por assim dizer, entre a cidade e a "natureza". As preocupações ecológicas e ambientais são hoje determinantes, como sabemos. A natureza já não significa mais apenas o "outro" da cidade, essa coisa verde mais ou menos selvagem que é encontrada no exterior do universo urbano. A natureza está na cidade, e está presente, por um lado na forma de preocupações quanto à qualidade das águas e do ar por exemplo, por outro lado, na forma de projetos de parques e jardins públicos e, enfim, na forma de reflexões e experiências relativas à diversidade das essências vegetais que podem ser instaladas nela de forma sustentável.

[7] A teoria jaksoniana da paisagem é uma referência aos estudos do historiador e teórico John Brinckerhoff Jackson, que foi professor no departamento de arquitetura da paisagem em Harvard e Berkeley, sua obra é utilizada como referência no mundo anglo-saxônico.

> Em outros termos, a cidade é, hoje, um meio natural híbrido, de um tipo particular (Besse, 2014, p. 58-59).

Diante das reflexões apresentadas acerca do conceito de paisagem e buscando atingir as proposições desta pesquisa, considera-se a paisagem como um território conformado por suas características naturais e intervenções antrópicas, no qual, o ser humano encontrou uma forma de habitar e de se relacionar com o meio. Desse modo, para compreender a paisagem é preciso entendê-la enquanto ação conjunta da natureza e da cultura em incessante movimento, transformação e simbiose da materialidade e imaterialidade. É pensando nessa combinação que se fundamenta a paisagem no campo do patrimônio, como será visto adiante.

2.2 CARTAS, RECOMENDAÇÕES E AÇÕES ACERCA DA PAISAGEM

Nos últimos anos, a paisagem tem se tornado um campo de interesse dos especialistas em patrimônio, tanto a nível internacional como em âmbito nacional. Para Bezerra (2014), o campo da conservação integrada tem se firmado enquanto processo de proteção e salvaguarda dos bens patrimoniais, tendo em vista as ameaças e o risco de perda desses bens. A princípio tal processo era voltado estritamente aos aspectos materiais, como as obras de arte e monumentos históricos. Posteriormente ampliou-se a dimensão de proteção, passando a ser incluído o "ambiente" onde se inserem os bens. Essa compreensão é apresentada na Carta de Atenas de 1931, na qual o entorno das edificações ou a paisagem que esta integra deve ser preservada.

Essa perspectiva possibilitou a ampliação do campo da conservação patrimonial e a paisagem passou a ser inserida no contexto da preservação, ganhando grande repercussão internacionalmente com o aprofundamento da discussão acerca da tutela das belezas naturais. Esse debate começa a se fazer presente de modo constante nas recomendações e cartas patrimoniais nas quais a paisagem se apresenta com um bem passível de ser salvaguardado (Silva, 2022).

No âmbito brasileiro, desde 1937, com o Decreto Lei n. 25, a paisagem aparece como componente do patrimônio passível de preservação, independente dos monumentos e obras artísticas. Em 1940, na Convenção para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, é apontada a necessidade de proteção e conservação das "paisagens de grande beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os

objetivos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico, e os lugares caracterizados por condições primitivas" (Brasil, 1948, p. 01)

Vinte anos depois, a Recomendação de Paris de 1962 levantou a pauta do reconhecimento das paisagens como um importante meio regenerador físico, moral e espiritual, contribuindo para a vida artística, econômica e cultural dos povos. O documento ressalta a necessidade de salvaguardar as paisagens e, quando possível, sua restituição por entendê-la como de extrema importância para a vida humana.

Em 1964, a Carta de Veneza trará uma nova noção de monumento histórico, que passa a compreender tanto a edificação isolada, como o "sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico" (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964, p. 1-2). Segundo Aragão (2016), apesar da Carta de Veneza não fazer menção direta à paisagem, ela contribui sobre muitos aspectos para a sua conservação, pois assegura seu saneamento, sua valorização e manutenção, bem como a salvaguarda de sua integridade.

Quase dez anos depois, em 1972, a proteção da paisagem é lançada sobre as chancelas do meio ambiente, tendo uma tendência para visão ecológica, como foi o caso da Declaração de Estocolmo, que focou na preservação e melhoramento do ambiente humano. A Declaração tratou principalmente da preservação dos recursos naturais da Terra, que incluem o ar, a água, a fauna, a flora e parcelas representativas dos ecossistemas naturais, pensando na qualidade de vida das gerações atuais e futuras. No Brasil, esse documento foi bastante repercutido, levando à criação de parques e reservas naturais, bem como ao estabelecimento de estratégias voltadas à preservação de nossas florestas (Aragão, 2016).

Para Silva (2022), o entendimento da paisagem sob a perspectiva patrimonial se torna constante nas discussões internacionais, seja de forma direta ou indireta. Na Recomendação de Nairóbi (1976) e na Carta de Washington (1986), por exemplo, a paisagem aparece enquanto noção de ambiência e visibilidade. Já nas Normas de Quito (1967), encontra-se associada ao caráter estético da natureza.

Em 1995, com a Recomendação nº R(95)9 do Conselho da Europa ou Recomendação Europa, é retomada a discussão da paisagem como resultado da combinação das ações humanas e seu meio ambiente. Esse documento se torna um marco para compreensão da paisagem como totalidade do patrimônio a ser salvaguardado, pois é a partir dele que se institui uma nova categoria patrimonial, a de Paisagem Cultural, que traz a seguinte definição:

> Partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (Recomendação da Europa, 1995, Art. 1º).

No ano de 2000, é realizada a Convenção Europeia da Paisagem (CEP)[8], na qual a Recomendação R(95)9 foi assinada por todos os países-membros da União Europeia[9], consolidando o instrumento que subsidia as noções da paisagem enquanto patrimônio. Embora esse documento seja voltado para as paisagens europeias, ele se torna referência internacional, desencadeando a criação de outros documentos voltadas a este campo.

Segundo Veras (2021), a partir da CEP, surgiram novas cartas para os cinco continentes, a exemplo da Carta da Paisagem das Américas - CPA, que além da influência da CEP, tem sua construção pautada em outras doze Cartas da Paisagem Americana. Para a autora, a CPA é um documento recente que representa um marco conceitual para o continente americano. Ele traz a compreensão da paisagem sob um ponto de vista etnográfico, considerando cinco estratos (natureza, cultura, ética e "americanidade" como identidade) que permitem a compreensão da paisagem como parte de um todo, sob a perspectiva da cosmovisão.

Desse modo, através de uma visão sistêmica, a CPA sugere que todas as paisagens estão inter relacionadas de algum modo, em diferentes escalas, e são apropriadas e importantes - para alguém -, devendo ser inseridas no processo de conservação, planejamento e gestão.

Pode-se observar que a presença da paisagem nos documentos abordados revela um avanço contínuo acerca da importância do reconhecimento e conservação do patrimônio, seja por seu valor histórico, estético, ambiental ou cultural. Importa citar que, apesar do número expressivo, as cartas e as recomendações acerca da paisagem não alcançam meios para assegurá-las, faltando mecanismos operacionais de proteção e manutenção que é ainda uma problemática mais complexa de discussão como veremos adiante.

[8] A CEP será abordada e melhor detalhada no próximo item.
[9] Os países-membros no ano 2000 eram: Itália, Alemanha (na época República Federal da Alemanha), Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia.

2.3 PAISAGEM COMO CATEGORIA OPERACIONAL

Em 1992, influenciada pelo desenvolvimento da consciência ambientalista e cultural no âmbito internacional, a UNESCO incorporou a categoria de Paisagem Cultural. Esse foi o primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger paisagens como um bem patrimonial independente, suscitando novos critérios de seleção à Lista de Patrimônio Mundial. Nessa categoria, estão inscritos os sítios que expressam valor universal excepcional, por meio da combinação significativa entre o homem e a natureza (Ribeiro, 2007).

Em 2000, foi aprovada a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), na cidade de Florença, na Itália, o primeiro tratado internacional dedicado exclusivamente às dimensões da paisagem. Apresentando algumas contribuições críticas à abordagem da UNESCO, a CEP reconhece que a paisagem é, em todo o continente, um elemento importante para a qualidade de vida da população e, portanto, deveria englobar não apenas as paisagens excepcionais e de grande qualidade, como também as áreas urbanas e rurais, áreas degradadas ou da vida quotidiana (Council of Europe, 2000).

Visando à proteção, gestão e ordenamento da paisagem, fundamentando-se em princípios legais de todos os territórios dos Estados-membros, a CEP tem como objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável que estabeleça uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, econômicas e ambientais.

De natureza conceitual e orientadora, a CEP procurou homogeneizar os conceitos relativos à paisagem europeia, conforme síntese do Quadro 1, e criar subsídios para a cooperação entre os Estados-Membros que assumem a responsabilidade de implantar e complementar os objetivos ao contexto no qual se inserem, seja na escala nacional, regional ou local. Tal iniciativa se encontra em fase de execução e tem adesão de 38 países signatários.

Quadro 1: Síntese de definições da CEP

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Paisagem	designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos
Política da paisagem	designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem
Objetivo de qualidade paisagística	designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características

	paisagísticas do seu quadro de vida
Proteção da Paisagem	designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana
Gestão da paisagem	designa a ação visando a assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais
Ordenamento da paisagem	designa as ações com forte carácter prospectivo visando à valorização, à recuperação ou à criação de paisagens

Fonte: Council of Europe, 2000, tradução livre.

Segundo Gonçalves e Curado (2017), apesar de alguns países/regiões apresentarem dificuldades em sua implantação, já é possível identificar diversos casos de referência que adotaram políticas de paisagem baseadas na CEP. Isso leva a paisagem a assumir importância e relevância nos processos de proteção, gestão e planejamento territorial na Europa. As autoras citam a Inglaterra, Espanha e Portugal como bons referenciais.

Para Ribeiro (2007), a CEP reconhece que na busca pelo equilíbrio entre proteção e gestão, faz-se necessário pensar a paisagem como estado de longa evolução sempre em mutação, sob os efeitos dos processos naturais como também da ação humana. Seu objetivo central é acompanhar as mudanças ocorridas, reconhecendo a grande diversidade e as qualidades das paisagens que são herdadas. O autor apresenta que:

> A Convenção Europeia da Paisagem aparece no contexto de Unificação da Europa, na tentativa de estabelecer políticas públicas comuns, mas também de que o conceito seja entendido de uma maneira mais unívoca. Além disso, as paisagens sempre desempenham um papel importante na construção das identidades nacionais e, nesse sentido, trata-se também do esforço de construção de uma identidade europeia através do reconhecimento e valorização de suas paisagens. Trata-se assim de construir a ideia de Europa através das representações de suas paisagens (Ribeiro, 2007, p. 55).

Em 2009, o Rio de Janeiro foi inscrito na Lista da Paisagem Cultural da UNESCO[10], possibilitando a abertura de novas discussões sobre a categoria. Apesar do conceito de Paisagem Cultural só ganhar força no Brasil após o título concedido ao Rio de Janeiro, cabe destacar que desde 2007, o IPHAN promovia diversos encontros técnicos para debater o conceito de paisagem e sua aplicação no território nacional. Isso permitiu um avanço

[10] Rio de Janeiro é 1ª paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO | As Nações Unidas no Brasil: https://brasil.un.org/pt-br/75172-rio-de-janeiro-%C3%A9-1%C2%AA-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrim%C3%B4nio-mundial-da-unesco

conceitual por meio da Carta da Paisagem Cultural, também conhecida por Carta de Bagé, que trouxe o seguinte entendimento:

> A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras específicas e temporais (Brasil, 2007, Art. 2°).

A partir de então, as discussões e debates acadêmicos e institucionais sob a ótica da paisagem avançaram no país, e foram consolidados com a promulgação da Portaria nº 127, em 30 de abril de 2009. Tal portaria estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira definida como: "Porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (Brasil, 2009, Art, 1º, p. 17).

A chancela é uma espécie de "selo de qualidade", segundo o qual a região que recebe o título deve manter as características que a fizeram merecer a classificação. Com isso, é necessário um plano de gestão específico, regido com base num pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada. Trata-se de uma gestão reconhecida e compartilhada da porção do território. O Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados deve ser acompanhado pelo Iphan (Brasil, 2009).

Com base na chancela, o conceito de Paisagem Cultural foi institucionalizado no Brasil como instrumento de proteção patrimonial e de gestão territorial, trazendo novos horizontes e desafios no campo do patrimônio e do planejamento, sobretudo, na implantação do novo título. De acordo com a Coordenação da Paisagem Cultural do Iphan (2011), uma das premissas básicas para a aplicação do conceito de Paisagem Cultural Brasileira é:

> a busca pela preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana. Em tempos de "globalização" e pasteurização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, consequentemente, em maior qualidade de vida (Iphan, 2011, p. 03).

Ainda segundo a Coordenadoria, a chancela não resulta em mera declaração ou título, na realidade, torna-se necessário a definição prévia de um pacto de gestão entre os diversos agentes envolvidos. Busca-se, com isso, traçar um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, considerando essencialmente "o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as

porções do território a que se aplica". Sobre a participação do poder público, destaca-se que que por tratar-se de "porções territoriais", a gestão será sempre de competência do município. "O próprio Plano Diretor pode ser entendido como pacto, dispensando qualquer nova negociação, desde que contemple as medidas necessárias à preservação da paisagem cultural que se deseja chancelar" (Iphan, 2011, p. 5).

Em 2012, o Iphan passou por um processo de mudanças em sua gestão. As prioridades para a conservação patrimonial mudaram, passando a ser prioridade da instituição a organização interna de procedimentos técnicos, a gestão por processos organizacionais e a eficiência da gestão pública. Em 2013, foi firmado um acordo com o Ministério Público Federal para diminuir o número de processos abertos sem conclusão, o que levou ao sobrestamento dos processos de Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Pereira, 2020).

Pereira (2020) acredita que houve um desinteresse político de dar continuidade a uma política que incluía e valorizava os grupos sociais, historicamente ignorados e desprestigiados pela política de patrimônio. De fato, a chancela visava o reconhecimento e valorização de contextos de vida singulares, traduzidos pela relação harmônica do homem com a natureza. Assim, para o autor, a decisão pelo sobrestamento da chancela representa uma "estagnação" no que diz respeito às possibilidades de proteção da paisagem como patrimônio no Brasil. O seu insucesso acarreta uma perda da oportunidade de efetivação de uma política inovadora, que tinha como pilares centrais a democratização, a ampliação da representatividade em território nacional e o compromisso social.

Para Bezerra (2014), o que principalmente tem dificultado a operacionalização do conceito de paisagem no campo da conservação é a complexidade que o próprio conceito apresenta ao considerar suas dimensões multifacetadas (material e imaterial). Além do tratamento institucional dicotômico, que considera as dimensões natural e cultural apartadas, dispensado o processo de identificação dos atributos nelas reconhecidos.

Dessa forma, mesmo reconhecendo a importância dos esforços para tornar o conceito de paisagem em modo operacional de proteção, ainda se questiona de que forma os valores culturais, reconhecidos na paisagem podem induzir atributos a serem tratados como ferramenta de avaliação patrimonial, voltados à conservação. Essa questão é a que se pretende tratar ao lançar o olhar para a paisagem da Serra de Taquaritinga e as possibilidades do seu reconhecimento com um bem patrimonial passível de proteção.

Foto: David Peebles, 2013

3 AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Tendo em vista o sobrestamento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira citada anteriormente, inexiste no Brasil uma legislação específica que corresponda à proteção de paisagens nas suas dimensões naturais e culturais conjuntamente. Sendo assim, são utilizadas duas formas de instrumento legal: i) para as paisagens com funções preponderantemente ecológicas, a proteção se dá por meio da legislação de conservação da natureza sob a atribuição de órgãos ambientais; ii) para as paisagens de predominante valor histórico e cultural adota-se a mesma legislação utilizada na proteção de bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos, sob tutela do órgão cultural (Delphim, 2004).

No panorama geral da legislação brasileira, referente à proteção do patrimônio cultural e natural que interfere de forma direta ou indireta nas paisagens, Cittadin (2010) constroi um quadro relacionando a normativa e seu conteúdo (Anexo A). Cabe aqui destacar:

Tabela 1: Legislação Federal Brasileira - Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural

LEGISLAÇÃO		
	CATEGORIA	CONTEÚDO
Cultural	Decreto-Lei Nº. 25, de novembro de 1937.	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Lei Federal de 1988	O Art. 216. constituem **patrimônio cultural** brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.
Ambiental	Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	Código Florestal Brasileiro: define as Áreas de Preservação Permanente (APP) como área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, **a paisagem**, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
	Lei Federal Nº. 9.985 18 de julho de 2000.	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades.

Fonte: Elaborado por Ana Paula Cittadin (2010). Adaptado pela Autora, 2021.

No âmbito da conservação cultural, têm-se duas legislações pertinentes, a que cria e institui o Iphan e a própria Constituição Federal de 1988, que visam a conservação do patrimônio cultural nacional, englobando como visto anteriormente a paisagem como

elemento passível de proteção. Já no âmbito da conservação ambiental, a Lei Federal nº 12.651 de 2012, que institui o Código Florestal Brasileiro, define as Áreas de Preservação Permanentes - APP, como áreas a serem preservadas considerando a cobertura vegetal nativa. E a lei Federal nº 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, orientando a criação e gestão das unidades no território brasileiro.

Trazendo para o Estado de Pernambuco pode-se dizer que três órgãos principais apresentam instrumentos de proteção legal que incidem diretamente ou indiretamente nas paisagens. No âmbito da conservação do patrimônio tem-se a quinta superintendência do IPHAN, instituição de abrangência nacional, que iniciou sua atuação em 1937 com a criação do 1º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, criada em 17 de julho de 1973 vinculada à Secretaria de Cultura do Estado. Já no âmbito do meio ambiente, tem-se a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH, criada em 16 de dezembro de 1976, pela Lei nº 7.276.

Cada um desses setores públicos serão tratados a seguir, tendo como foco os limites e possibilidades de suas práticas institucionais relativas aos fundamentos e instrumentos das políticas patrimoniais da paisagem.

3.1 QUINTA SUPERINTENDÊNCIA IPHAN/PE

A atuação da Superintendência do Estado de Pernambuco está associada a própria criação do órgão Sphan[11]. Desde sua criação em 1937 até 1980, a superintendência regional não só abrangia o estado de Pernambuco, mas os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Atualmente a estrutura do Iphan comporta 27 superintendências estaduais que respondem pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do instituto em nível estadual, bem como a supervisão dos Escritórios Técnicos.

O Estado de Pernambuco, nomeado como a 5º Superintendência, tem sua sede instalada na capital Recife. Além disso, conta com três escritórios técnicos, Igarassu, Olinda e Fernando de Noronha juntamente com o Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Importa citar que os Parques Históricos Nacionais também funcionam sob supervisão das

[11] O Sphan foi idealizado por Mário de Andrade, Ministro da Educação e Saúde no governo de Gustavo Capanema. A proposta de Mário de Andrade era criar um órgão responsável por resguardar o patrimônio federal.

superintendências e a gestão do patrimônio material e natural é partilhada entre o Iphan e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama.

A superintendência é responsável por articular as esferas de poder local, organismos e instituições da sociedade civil e privada para estabelecer parcerias necessárias ao cumprimento de planos e políticas de gestão e promoção do patrimônio. Os escritórios técnicos, por sua vez, são responsáveis por chefiar e administrar através do corpo técnico, o patrimônio tombado e/ou registrado no local que estão instalados, como apontado pelo Ministério da Cultura[12].

Especificamente sobre a atuação da superintendência de Pernambuco, constam 79 bens tombados, incluindo Sítios, Conjuntos e Bens Isolados. Entre eles, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Recife, tombado em 1998, abrange uma área de inúmeras ruas e avenidas, edificações significativas, como igrejas, palácios, fortalezas, conventos e conjuntos urbanos que testemunham diferentes fases e características da capital pernambucana.

A cidade histórica de Olinda, uma das mais antigas do Brasil, tombada em 1968 e declarada pela UNESCO em 1982 como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, logo após o reconhecimento de Ouro Preto. O núcleo urbano de Igarassu originário do século XVII e XVIII, abriga uma arquitetura expressiva de cunho civil e religioso, considerado um dos mais importantes núcleos de ocupação portuguesa do litoral nordestino, marcado também por movimentos provinciais como a Revolução Praieira (1848 a 1950).

E o Arquipélago de Fernando de Noronha, que apresenta uma paisagem peculiar formada pelo topo de montanhas vulcânicas, declarado Parque Nacional em 1988 e Patrimônio Natural Mundial pela Unesco em 2001. Tem grande relevância ambiental, por apresentar uma diversa vida marinha que garante a reprodução e alimentação de diversas espécies exóticas, além de abrigar a maior concentração de aves tropicais do Oceano Atlântico. O arquipélago desenvolve diversos projetos ecológicos e segue normas de controle ambiental através da atuação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

No caso dos bens imateriais, são registrados bens que compreendem a diversidade de manifestações e tradições do patrimônio pernambucano, como o Frevo, o Cavalo-Marinho, a Feira de Caruaru, o Maracatu Nação, o Maracatu de Baque Solto e o Teatro de Bonecos

[12] Site: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/pernambuco> Acesso em: junho de 2024

Popular do Nordeste. Também são registrados através do Inventário Nacional de Referências Culturais, o Ilê Obá Ogunté (Sítio de Pai Adão), o Cabo de Santo Agostinho, a Feira de Caruaru, a Capoeira e os mestres Artífices da Construção Civil Tradicional.

No que tange à proteção da paisagem, para fins desta pesquisa, foi solicitado ao gabinete do Iphan/PE, através de mensagem por e-mail[13], trabalhos ou pesquisas que tratassem da perspectiva de reconhecimento e proteção das paisagens em Pernambuco. Constatou-se, no entanto, que a superintendência não realizou especificamente estudos voltados a proteção de paisagens, o que consta são:

- revisão normativa dos Bairros do Recife, Santo Antônio e São José, na qual abrange a perspectiva da paisagem a partir da definição das poligonais da área tutelada;

- conservação e manutenção da Praça Euclides da Cunha que faz parte do conjunto de praças e jardins de Burle Marx, trazendo a perspectiva da paisagem como projeto;

- proposta da Paisagem Cultural Porto do Recife, que trata da solicitação e recomendação de que a área onde se encontram os equipamentos de arquitetura portuária recifense, sejam inseridos como área de preservação histórica.

Como visto acima, percebe-se que a 5º superintendência do Iphan, apesar de utilizar a perspectiva da paisagem para delimitação de bens patrimoniais ou como projeto paisagístico, ainda não desenvolveu estudos que considerem as dimensão cultural desta, seja pela ausência de capacitação técnica ou até mesmo devido a suspensão da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, que seria a única categoria institucional a considerar a paisagem como bem patrimonial. Desse modo, a proposta da Paisagem Cultural do Porto do Recife dentre as demais é a que parece trazer à vista a problemática institucional ao tentar considerar a paisagem como bem passível de proteção.

3.2 FUNDARPE

Vinculado à Secretaria de Educação, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe é o órgão executivo da política cultural do Estado. Responsável por promover, apoiar, incentivar e divulgar as atividades e manifestações culturais de forma estruturadora e sistêmica, focando na inclusão social, na universalização das identidades e da

[13] Respostas obtidas no dia 22 de julho de 2024.

multiculturalidade e na integração e desenvolvimento de políticas públicas. Segundo a Portaria nº 05 de 24 de agosto de 2009, em seu Art. 2º, é dever da Fundarpe:

> preservar seu patrimônio histórico, **cadastrar os seus bens culturais materiais e imateriais**, apoiar e incentivar a valorização, a difusão e a fruição das suas manifestações, pluralidade da produção cultural e impulsionar a sua sustentabilidade econômica (Fundarpe, 2009, **grifo nosso**).

Segundo a mesma Portaria, constituem-se como bens culturais de natureza imaterial, "os lugares onde se inscrevem mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas" (Fundarpe, 2009, Art. nº 8); e bens culturais de natureza material:

> I – Os monumentos históricos, compreendendo edifícios urbanos isolados, igrejas, capelas e marcos religiosos, **conjuntos urbanos, sítios urbanos**, **espaços e equipamentos urbanos**, edifícios religiosos; obras públicas rodoviárias; obras públicas de abastecimento, engenhos, edifícios rurais isolados, complexos industriais, indústrias artesanais, edifícios militares, obras ferroviárias; **comunidades e vilas de representação do cotidiano da maioria da população urbana e rural**;
> II – Os sítios históricos e pré-históricos, arqueológicos e paleontológicos;
> **III – Reservas e atrativos ambientais** (Fundarpe, 2009, Art. nº 9, **grifo nosso**).

Em relação aos bens de natureza material, cabe a Fundarpe a abertura de processos de tombamento que é um importante instrumento de salvaguarda do patrimônio, ficando sob tutela do Estado os bens de reconhecido valor cultural. Vale ressalvar ainda que qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de um bem, porém este deve atender condições específicas que atestem seu valor.

Até a última relação disponibilizada pela Fundarpe[14], atualizada em 25 de julho de 2024, existem 110 bens tombados e 60 bens em exame distribuídos nas 12 Regiões de Desenvolvimento, sendo a Região Metropolitana do Recife com maior número de bens.

Desses bens, em resposta à solicitação feita pela pesquisadora, ao buscar identificar os processos em que a paisagem é considerada como passível de acautelamento, a Fundarpe indicou seis bens "em que a paisagem é considerada ao pensar a sua proteção"[15]: i) Monumento Natural, Geossítio e Sítio Arqueológico da Pedra Furada, em Venturosa; ii) Monumento Natural da Pedra; iii) o Conjunto Ambiental, Paisagístico e Histórico do Prata; iv) povoado de Vila Velha, no município de Itamaracá reconhecido como conjunto histórico que mantém presente em seu território exemplares do período colonial; v) Casa Grande, sua

[14] Planilha processos de tombamento - Fundarpe: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KoXvAGhqPj_Qe3Ucx4CwMSGGREnopFls/edit?gid=1944407470#gid=1944407470.
[15] Trecho da resposta obtida no dia 02 de agosto de 2024 via correio eletrônico.

área circundante e respectiva paisagem do antigo Engenho Camaragibe; e vi) Hospital Ulisses Pernambucano, em Recife.

Também foi observado, que existiu uma solicitação de reconhecimento de um bem material no município de Taquaritinga do Norte. Trata-se de uma pintura a óleo instalada no forro central da Igreja Matriz de Santo Amaro intitulada "A Cura do Cego", na qual se apresenta uma cena de um dos milagres atribuídos ao santo padroeiro com elementos que caracterizam a Serra de Taquaritinga como plano de fundo. Essa solicitação foi indeferida, sendo indicada pela instituição através de uma nota técnica o reconhecimento municipal, o que também não aconteceu.

Percebe-se que, a Fundarpe ainda que apresente um quantitativo de estudos maior que a 5º superintendência do Iphan, ao considerar a paisagem como elemento importante na identificação de bens, também não apresenta estudos específicos que considerem a paisagem como componente indissociável da cultura e da natureza. Assim como o Iphan, a instituição não apresenta suporte técnico e instrumentos de proteção específicos que abarquem as paisagens do estado. Notou-se também que apesar da solicitação de reconhecimento de um bem material na Serra de Taquaritinga por essa instituição, não se obteve resultados, o que de certa forma mostra o distanciamento de reconhecimento de bens culturais singelos, mas que possuem grande significado para o povo pernambucano.

3.3 CPRH

Vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, originalmente a Companhia Pernambucana de Controle da Poluição e de Administração dos Recursos Hídricos (CPRH), mas, atualmente Agência Estadual do Meio Ambiente, é o órgão responsável pela execução política estadual do meio ambiente. Sua finalidade é promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente, visando ao desenvolvimento sustentável mediante a racionalização do uso dos recursos ambientais, da preservação e recuperação do meio ambiente e do controle da poluição e da degradação ambiental.

Como competência da CPRH, destacam-se a seguir as que interferem diretamente nas paisagens, conforme Art. 3º:

> IV - Planejar, implantar e gerir unidades de conservação estaduais;
> V - Promover ações voltadas à conservação e à recuperação dos ecossistemas e sua biodiversidade;

> IX - Promover a educação ambiental orientada para a conscientização da sociedade no sentido de preservar, conservar e recuperar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da comunidade;
>
> XV - Celebrar acordos, convênios, consórcios e outros mecanismos associativos para o gerenciamento de recursos naturais, bem como para o desenvolvimento de pesquisas e atividades técnico-científicas, com instituições públicas ou privadas ou contratar serviços especializados;
>
> XVI - Administrar o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
>
> XVII - Monitorar a qualidade dos recursos ambientais em todo o território do Estado de Pernambuco;
>
> XVIII - Realizar o controle ambiental do uso dos recursos e atividades florestais, assim como do transporte, do beneficiamento e da comercialização de produtos e subprodutos florestais;
>
> XIX - Analisar e emitir pareceres em Estudos de Impacto Ambiental, bem como em outros estudos ambientais;
>
> XX - Estabelecer normas referentes ao processo de licenciamento ambiental;
>
> XXV - Celebrar Termo de Compromisso, para adoção de medidas específicas destinadas a prevenir, cessar ou corrigir dano ambiental (Governo do Estado de Pernambuco, 2016).

Como exposto, é função da CPRH a implantação e gerenciamento de Unidades de Conservação no Estado de Pernambuco. Essas unidades são divididas em duas categorias, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, não é permitido a coleta e uso dos materiais naturais dessas áreas. Essas Unidades estão agrupadas em cinco categorias: (I) Estação Ecológica, (II) Monumento Natural, (III) Parque Estadual, (IV) Refúgio de Vidas Silvestre e (V) Reserva Biológica.

As Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, ou seja, nessas áreas são permitidas a exploração do ambiente, porém garantindo a perenidade dos seus recursos renováveis e dos processos ecológicos para que seja mantida a biodiversidade. Estão divididas em oito categorias: (I) Área de Proteção Ambiental, (II) Área de Relevante Interesse Ecológico, (III) Floresta Estadual, (IV) Reserva Particular do Patrimônio Natural, (V) Reserva Estadual de Fauna, (VI) Reserva de Desenvolvimento Sustentável, (VII) Reserva de Floresta Urbana, (VIII) Reserva Extrativista.

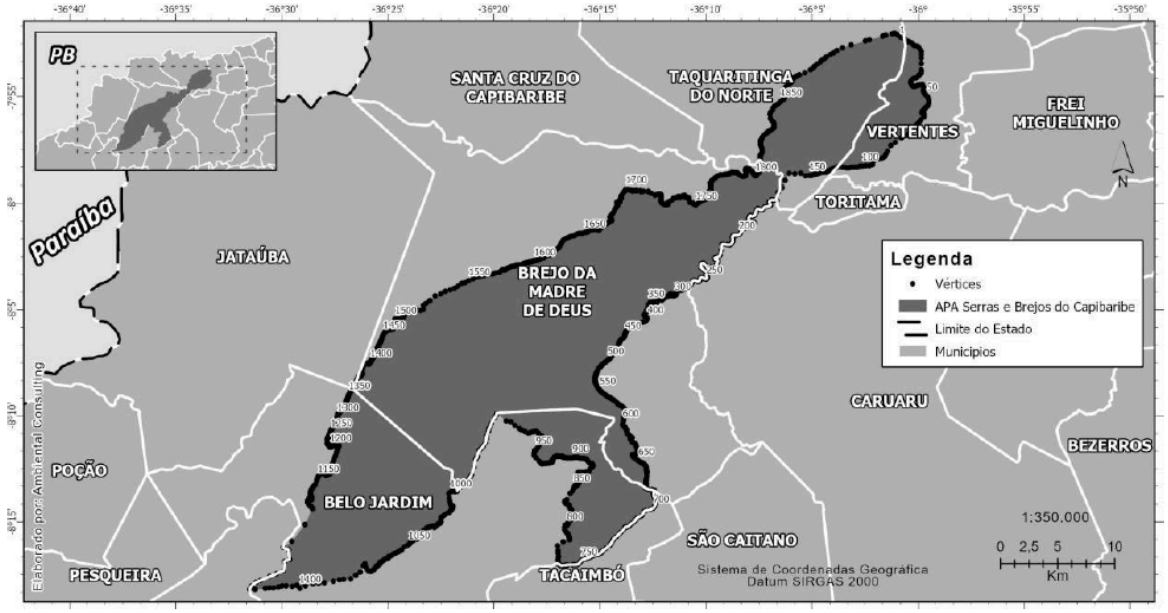
Entre as Áreas de Proteção Integral do Estado de Pernambuco, foi identificada a APA Serras e Brejos do Capibaribe[16], que é uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, na Bacia Hidrográfica do rio Capibaribe, compreendendo as serras e os brejos

[16] Criada pelo Decreto Estadual nº 49.976, em 16 de dezembro de 2020. Possui uma área de 73.781,65 hectares.

situados em cinco municípios pernambucanos[17], sendo um deles Taquaritinga do Norte (Figura 5). Essa UC é constituída em sua grande maioria territorial por terrenos com alta amplitude de relevo, incompatíveis com o uso intenso e ocupação humana, sendo áreas aptas para proteção e abrigo da fauna e da flora silvestre. Tem relevância hídrica e ambiental, uma vez que conserva várias nascentes da área, olhos d'água, rios e riachos. As serras localizadas entre Belo Jardim e Taquaritinga do Norte, além de abranger grandes áreas de vegetação nativa, abastecem duas bacias hidrográficas ao longo de todo o ano, mesmo no contexto de secas que predominam no agreste pernambucano (Decreto nº 49.976. 2020).

Dentre os objetivos da APA Serras e Brejos do Capibaribe, destaca-se (I) a promoção do desenvolvimento sustentável (respeito a capacidade de suporte ambiental dos ecossistemas) e (II) o incentivo a ações de restauro florestal (como exemplos: matas ciliares, entornos de nascentes, áreas degradadas). Não menos importante, objetiva-se também (III) a promoção de atividades de educação ambiental (que orientem a população local e os visitantes sobre o bioma e a biodiversidade existentes), (IV) o desenvolvimento de ações voltadas para conservação ambiental e o (V) apoio a atividades de pesquisas e conhecimentos sobre a biodiversidade, aspectos socioambientais e a gestão da área.

Figura 5: Delimitação da APA Serras e Brejos do Capibaribe



Fonte: CPRH, 2022.

No que corresponde à identificação de políticas de preservação voltadas à conservação da paisagem, o órgão Estadual, CPRH foi o que apresentou uma política direcionada

[17] Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Taquaritinga do Norte e Vertentes.

efetivamente à perspectiva da paisagem, ao buscar identificar os atributos físicos, biológicos e culturais das áreas que correspondem às APA's. Importa citar que, apesar da criação da APA Serras e Brejos do Capibaribe desde o ano de 2020, pouco se tem aplicado o que corresponde aos objetivos e diretrizes instituídos no Decreto nº 49.976. 2020, a exemplo do Plano de Manejo que ainda não foi elaborado, mas é um instrumento fundamental para a gestão e conservação dessa área. Tão pouco, existe o controle e fiscalização no que diz respeito a ocupações indevidas em áreas de floresta, estas cada vez mais suscetíveis às perdas da capacidade ambiental e paisagística.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Mesmo existindo uma vasta legislação que objetiva indiretamente a proteção da paisagem, as políticas patrimoniais no Brasil seguem a dicotomia entre as dimensões cultural e natural, superadas pelas cartas e recomendações como apresentadas anteriormente. A paisagem em sua complexidade não tem seu reconhecimento de forma completa, pois as suas dimensões patrimoniais são tratadas por órgãos distintos acarretando a salvaguarda parcial do bem, ou quando considerado pelos dois órgãos, ocorrem conflitos dos mecanismos de proteção e gestão.

Assim, segundo Delphim (2004, p. 08, 05), se faz necessário “uma interlocução única no país, sob a forma de uma comissão interministerial”. Enquanto a legislação não dispõe de aparato específico para a preservação e proteção das paisagens e a chancela da Paisagem Cultural Brasileira segue suspensa, faz-se necessário práticas de gestão que visem à conservação da paisagem, tendo em vista que esta, apresenta-se como “uma chave para a compreensão do mundo, do seu passado, do seu presente e futuro”.

Desse modo, é constatado parcialmente a hipótese levantada nesta pesquisa, de que os poderes públicos estaduais omitem, desconsideram ou negligenciam a conservação da paisagem. No caso, do IPHAN e da Fundarpe, que são os órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio cultural no Estado, a Serra de Taquaritinga é desconsiderada, pois não são registrados nenhuma análise, estudo ou processo de reconhecimento desta. Cabe ressaltar também que não existe nenhuma solicitação de pedido de reconhecimento de bens (materiais ou imateriais) na Serra de Taquaritinga por essas instituições, distanciando assim, as possibilidades de sua conservação no âmbito patrimonial. Já a CPRH, órgão de conservação ambiental, reconhece a paisagem da Serra de Taquaritinga com um bem passível

de proteção, instituindo a APA Serras e Brejos do Capibaribe, da qual a mesma faz parte, sendo que, na prática não são efetivados os objetivos e diretrizes decretados. Neste caso, a paisagem da Serra é omitida e negligenciada.

Foto: Camilla França, 2023

4 A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA COMO BEM CULTURAL

Dentro da discussão do conceito de paisagem, entendida como território produzido e habitado pelo homem que ao estabelecer a intrínseca relação com o meio ambiente cria diferentes significados culturais, a pesquisa volta seu olhar para o objeto empírico da Serra de Taquaritinga.

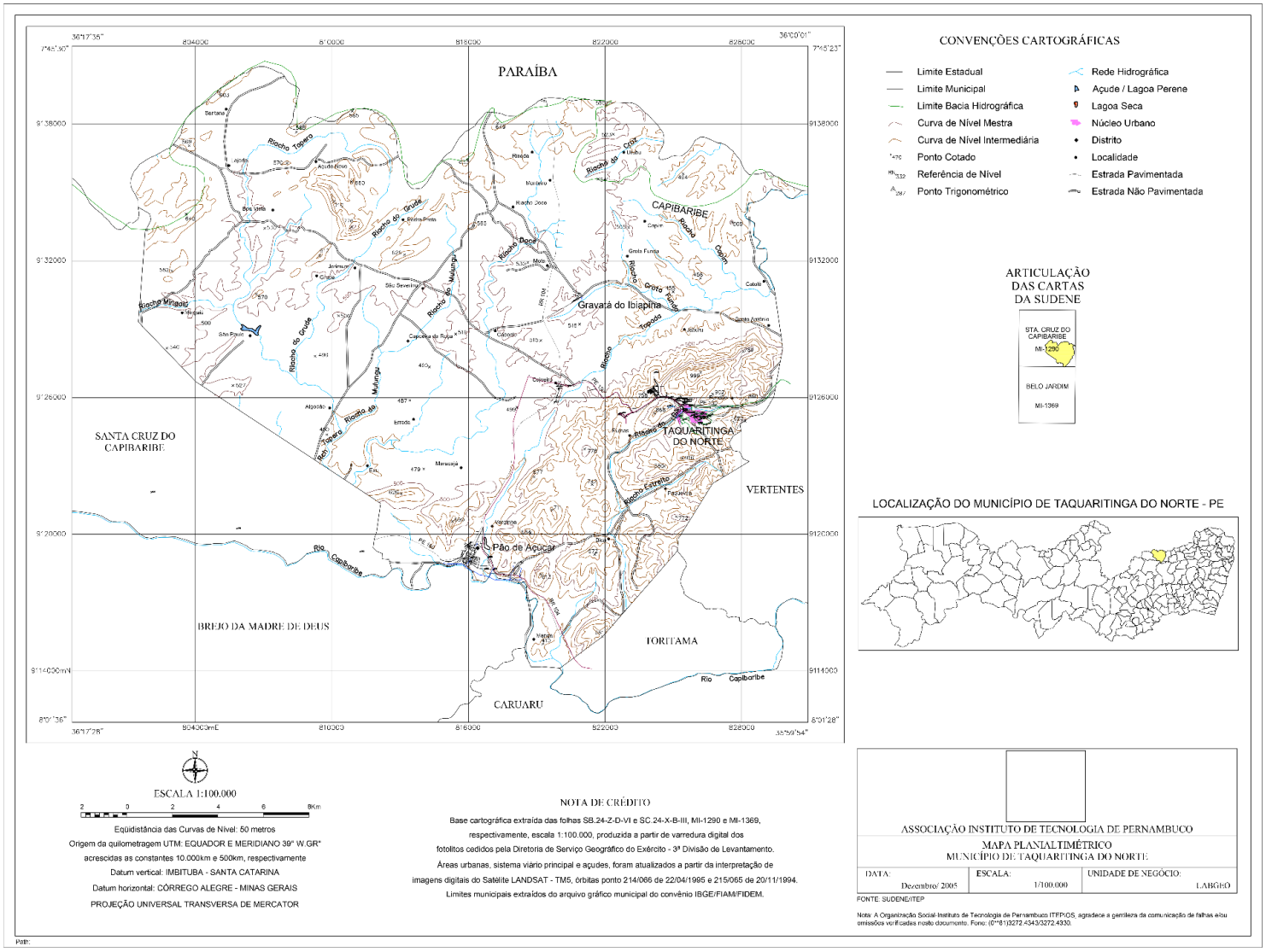
O capítulo se divide em três partes principais, no primeiro momento são apresentadas as etapas metodológicas voltadas à leitura e interpretação da paisagem da Serra de Taquaritinga. Inicialmente não foram constatados trabalhos sobre o município de Taquaritinga do Norte que abordassem a perspectiva da paisagem, deste modo, a presente pesquisa apresenta-se como um estudo primário, o que de certa forma trouxe muitos desafios na obtenção de dados e análises.

No segundo momento, é apresentada uma análise físico-geográfica a partir da configuração natural do sítio estudado e as fortes características de um território marcado pela topografia com formações de serras e montanhas, denominado Brejo de Altitude.

Por fim no terceiro momento, são apresentadas os processos de ocupação da Serra de Taquaritinga no tempo e no espaço, sendo identificada três camadas principais da paisagem: i) a paisagem primária, habitada pelos povos indígenas; ii) a paisagem antrópica, apresentando os primeiros resquícios urbanos a partir das obras dos colonizadores; e iii) a paisagem contemporânea trazendo a realidade atual da Serra de Taquaritinga e os diferentes conflitos com as demais camadas.

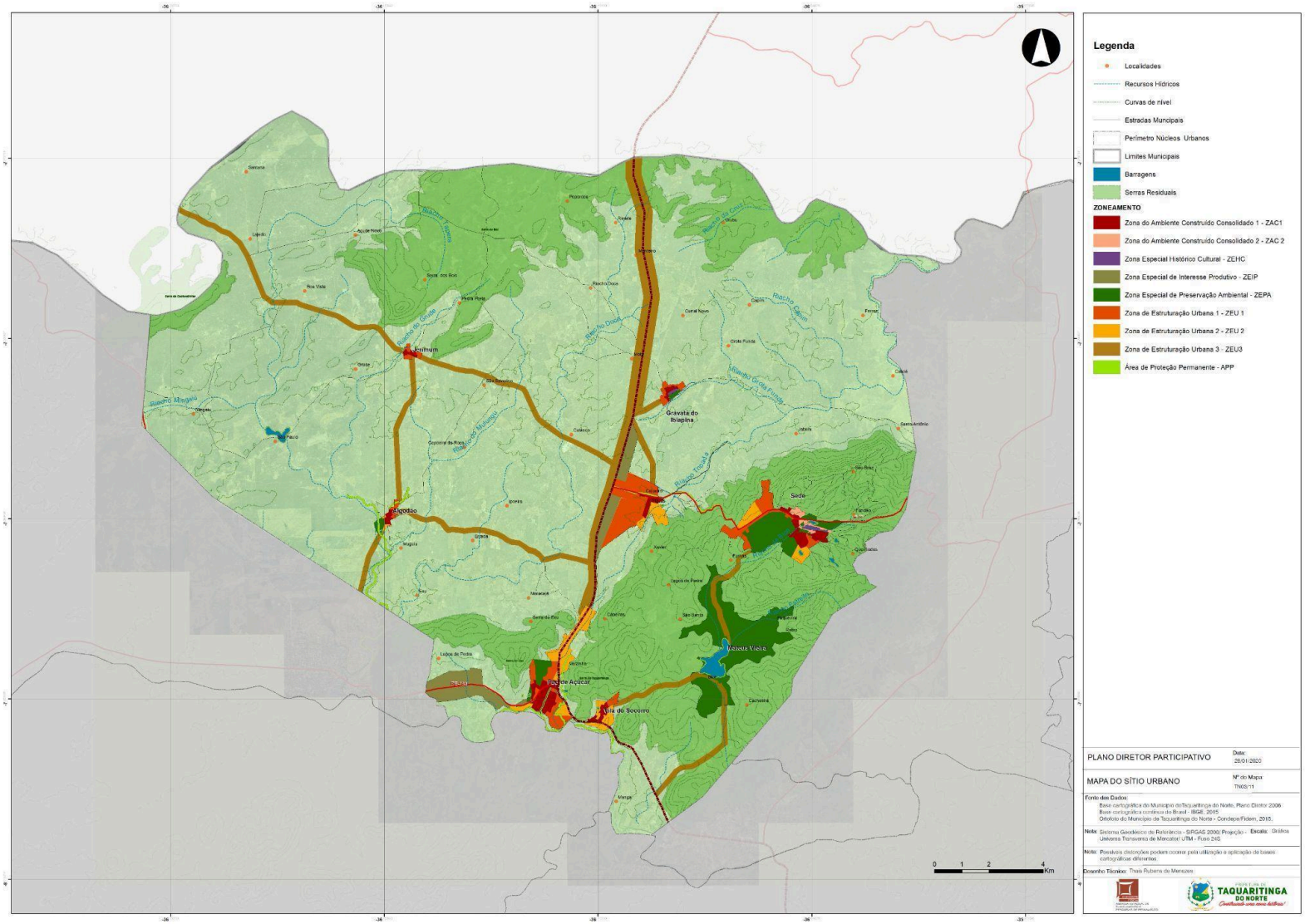
Para tais análises, foi estabelecido um recorte espacial-temporal, no qual se respalda a grande concentração de bens materiais (naturais e antrópicos) que representam o processo histórico de ocupação do território que hoje corresponde à Serra de Taquaritinga. Foram utilizados como mapas base, o mapa Planialtimétrico (SUDENE, 2015) - Figura 6, o Mapa Ortofoto (Plano Diretor, 2021) - Figura 7 e o mapa satélite do Google Earth, 2022 - Figura 8.

Figura 6: Mapa Planialtimétrico do município de Taquaritinga do Norte



Fonte: Sudene, 2015.

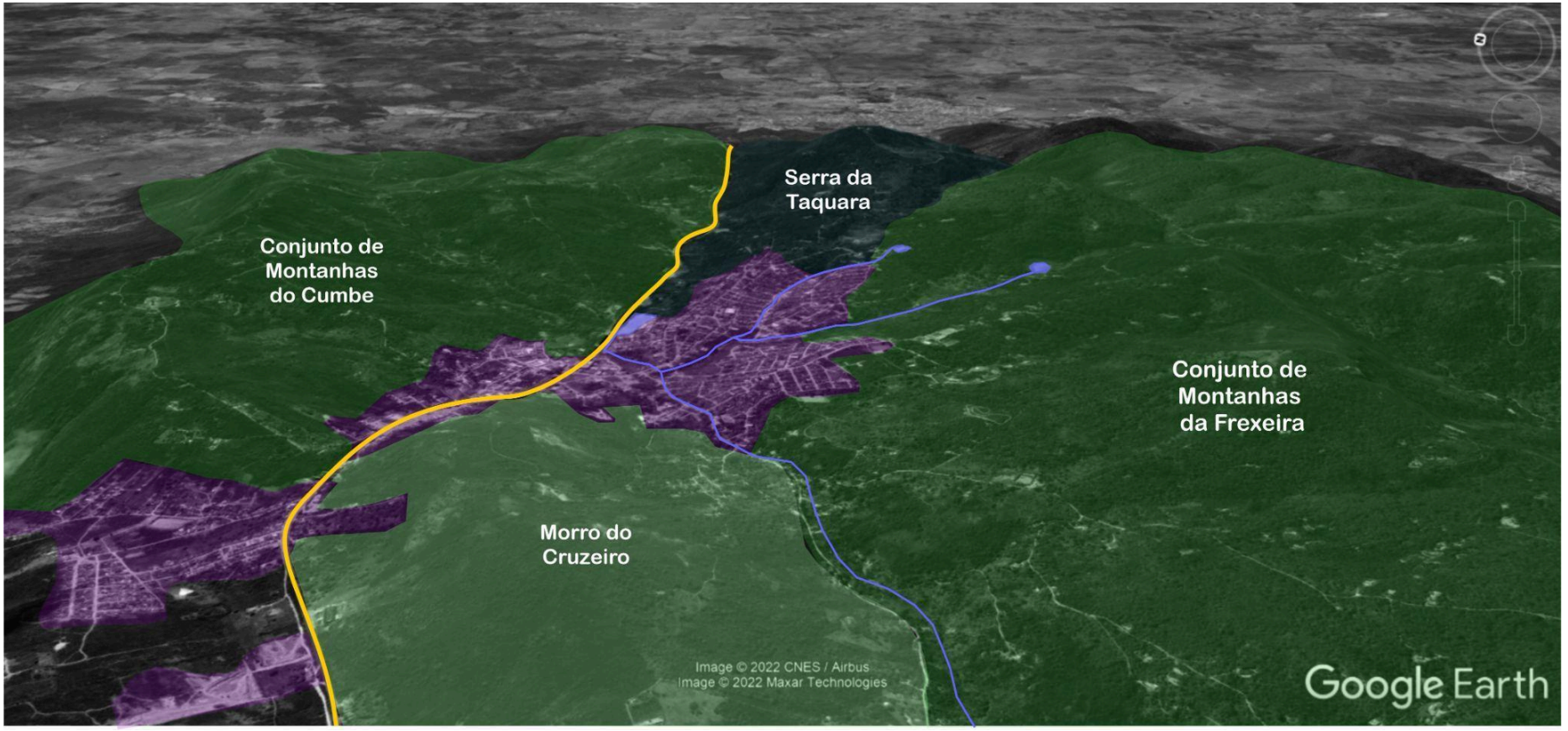
Figura 7: Mapa Ortofoto/Zoneamento do município de Taquaritinga do Norte



Fonte: Plano Diretor, 2021

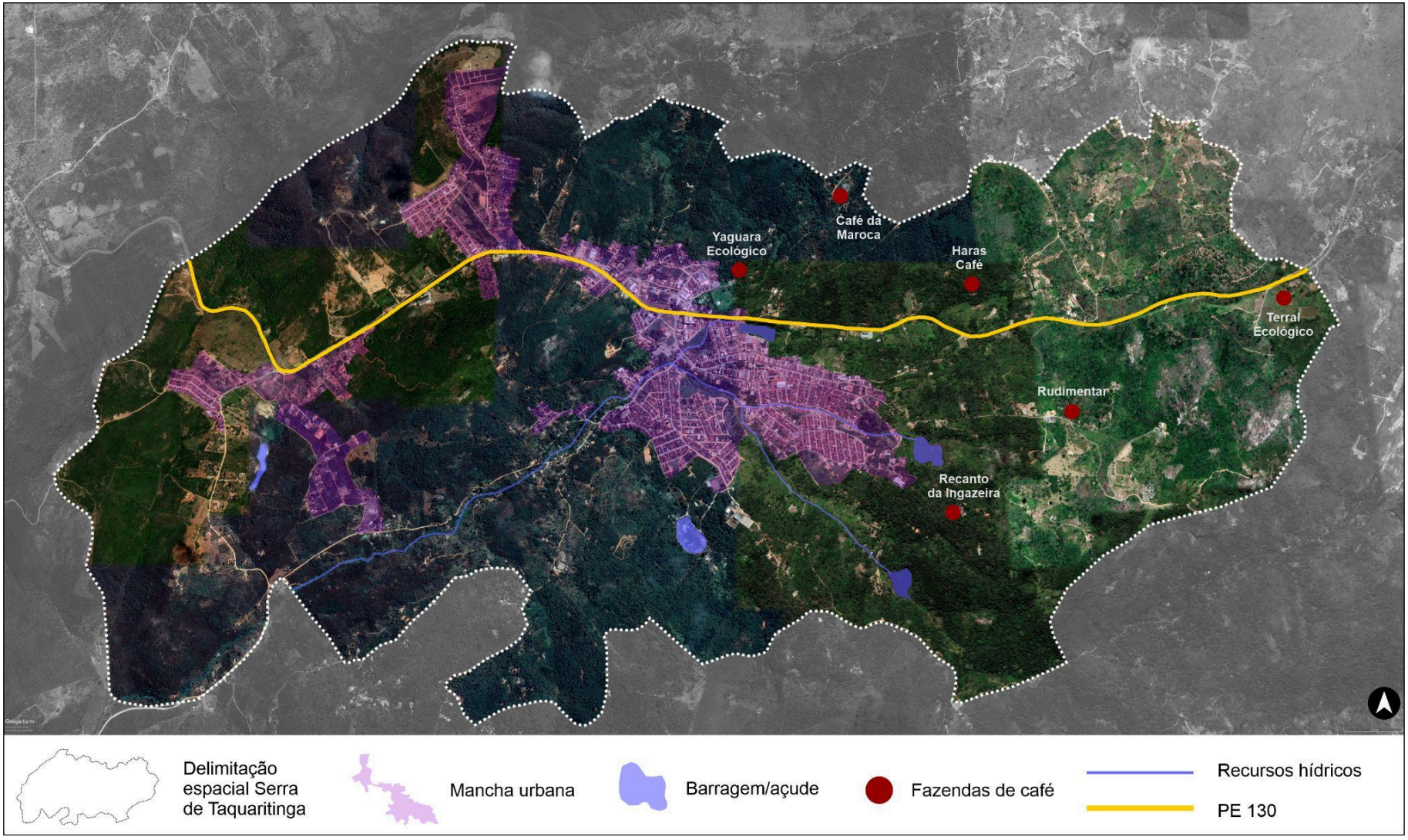
Para o desenho de delimitação da poligonal (Figura 8 e 9) foram estabelecidos 4 critérios: i) a topografia, escolhendo como contorno os cumes das serras que circundam o sítio urbano (sede do município), tomando como base as curvas de nível e as estradas existentes que dão acesso aos topos das serras e montanhas; ii) os recursos hídricos, como as nascentes e cursos de riachos, as barragens e o açude; iii) a malha urbana e as propriedades rurais, incluindo as principais fazendas de café; e iv) a cobertura vegetal correspondente a área mais adensada e conservada da Serra.

Figura 8: Imagem 3d da Serra de Taquaritinga



Fonte: Google Earth. Elaborado pela Autora, 2024.

Figura 9: Delimitação espacial – Serra de Taquaritinga



Fonte: Google Earth, elaborado pela autora, 2024

4.1 METODOLOGIA PARA O RECONHECIMENTO DA PAISAGEM

A fim de obter os dados descritos nos objetivos desta pesquisa, foi proposta uma metodologia de reconhecimento da Paisagem da Serra de Taquaritinga. Aportando-se na pesquisa qualitativa, foram utilizadas ferramentas de compreensão, percepção e interpretação do objeto de estudo, fundamentado em análises que levaram em consideração tanto o olhar de especialistas como a percepção dos habitantes.

A princípio foram investigados procedimentos metodológicos com foco na identificação e conservação de paisagens, como o desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial - PET do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sob coordenação da professora Soraya Nór, de Gabriel Camargo e de Maurício Storchi, em 2014. Com o objetivo de inventariar a paisagem cultural de Florianópolis, através da identificação e mapeamento das áreas de interesse e valor paisagístico, essa metodologia propõe uma forma simples e objetiva de análise da paisagem, levando em consideração tanto o olhar técnico como a percepção daqueles que a vivenciam, aproximando-se assim do interesse desta pesquisa.

Foram consultadas pesquisas do Laboratório da Paisagem do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU da Universidade Federal de Pernambuco, dentre as quais identificou-se a dissertação de Jonatas Medeiros, intitulado "A paisagem do Campo do Jiquiá: patrimônio que revela o Recife do Zeppelin, Recife", de 2022. Esse trabalho teve como objetivo desenvolver uma metodologia de identificação dos atributos da paisagem a partir do processo de construção histórica do território, utilizando-se de fontes historiográficas, como jornais e fotografias. Apesar de apresentar um foco diferente, a pesquisa se aproximou do objetivo proposto por contribuir para o entendimento do processo de reconhecimento da paisagem como um bem cultural e passível de proteção.

Também foi possível aprofundar os conhecimentos para elaboração dessa etapa a realização do estágio docência na disciplina de Projeto de Arquitetura Urbanismo e Paisagismo - P07, ministrada por Ana Rita Sá Carneiro, Ney Lima e Juliana Melo, no qual foi trabalhado a temática "O jardim de Casa Forte e sua relação com o sítio da Trindade e o Poço da Panela". Buscou-se exercitar procedimentos que orientassem os alunos a identificar e interpretar a área de estudo a partir de uma visão integrada, considerando seus aspectos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos. Desse modo, conduzir com os professores a

apreensão do lugar proporcionou para esta pesquisadora, um aprofundamento na prática para realização da metodologia.

A partir dessas análises e experiências, foi possível elaborar uma metodologia própria e exequível, tendo em vista a limitação de prazos e ferramentas. Assim, a metodologia foi dividida em quatro etapas principais: i) análise dos elementos naturais; ii) análise histórico-cultural; iii) análise dos conflitos da paisagem; e iv) identificação dos atributos e significados da paisagem.

Na primeira etapa, de análise dos elementos naturais conformadores da paisagem, são apresentadas as formas físico-geográficas do sítio que caracterizam e dão identidade ao lugar. Para isso, foram utilizados dados obtidos a partir de bases cartográficas, mapas temáticos e relatórios elaborados pelos seguintes órgãos: CONDEPE/FIDEM, IBGE, EMBRAPA e CPRM. Também foi consultada a pesquisa de dissertação de Sidney Gomes D. da Silva de 1982, do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE, intitulada "A Região Serrana de Taquaritinga do Norte, a influência do quadro natural na ocupação do solo", que proporcionou uma visão enriquecedora do ponto de vista geográfico e que até então era desconhecida.

Na segunda etapa, análise histórico-cultural da paisagem, buscou-se investigar a ocupação e a apropriação do território pelo homem ao longo do tempo. Para isso, foram realizados, revisão bibliográfica, a partir de livros de literatura sobre a história do município de Taquaritinga do Norte; levantamento documental, através de consultas a acervos públicos como os livros de tombo da Paróquia Santo Amaro, matérias do Arquivo Nacional e estudos arqueológicos da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Além dos acervos de instituições oficiais, foram acessados documentos e acervos fotográficos pertencentes aos moradores locais. Poder acessar fotografias e documentos das pessoas que vivenciam esta paisagem, em conjunto ao cruzamento de seus relatos e memórias, ou seja da história oral, permitiu uma visão mais rica.

Na terceira etapa, de análise dos conflitos da paisagem, são apresentados um breve panorama das transformações inerentes às ações e obras do homem no território. Nesta etapa foram analisados os mapas do Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Taquaritinga do Norte do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos

(DOFSP) de 1972[18], elaborados por Mônica Raposo de Andrade, os documentos do Plano Diretor (2007) e sua Revisão (2021), no qual a pesquisadora pôde participar ativamente de todo o processo. Também foram acessados registros no Cartório Municipal para obtenção dos dados de loteamentos nas áreas dos topos das serras e realizado levantamento de campo para elaboração de diários de bordo registrando a situação atual da paisagem através de fotografias e observações.

Por fim, na quarta etapa de identificação dos atributos e significados da paisagem, foram realizadas entrevistas com três especialistas que vivenciam a paisagem, um especialista em patrimônio cultural, um especialista em planejamento urbano regional e um especialista em planejamento agrícola regional. Para a interpretação dos atributos e busca dos significados da paisagem, foram selecionados além do olhar dos técnicos, olhares de artistas locais (poetas, pintor e compositor). Essa etapa foi de fundamental importância para compreender como os habitantes se relacionam com o território e lhe atribuem diferentes significados.

[18] Esse documento foi disponibilizado por David Peebles em abril de 2024. Vale ressaltar que esta pesquisadora não conseguiu o acesso do material completo (parte escrita), por ser um documento muito antigo e pela inexistência do DOFSP, sendo dessa forma analisados apenas os mapas indicados no item 4.5.

4.2 ELEMENTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS DA PAISAGEM

O município de Taquaritinga do Norte situado na extremidade setentrional do Agreste de Pernambuco se encontra em uma zona de transição entre a Mata e o Sertão, tendo em sua maior extensão territorial condições climáticas que se enquadram no bioma de semiaridez. No entanto, devido a sua topografia peculiar com formação de serras e montanhas resultado de um prolongamento da unidade geoambiental do Planalto da Borborema[19] e o seu posicionamento que condiciona a penetração dos ventos do Sudeste (Figura 10), o município é caracterizado por sua região serrana denominada Serra de Taquaritinga.

Figura 10: Desenho esquemático da unidade geoambiental Planalto da Borborema

Fonte: César. Geokratos, 2021, Disponível em: https://www.geokratos.ggf.br/2021/06/a-seca-do-nordeste.html.

Extremamente influenciado pelo relevo, o maciço serrano de Taquaritinga apresenta características morfoclimáticas peculiares que se justificam pelo fenômeno de escarpas a barlavento e sotavento. Nas encostas a barlavento do maciço serrano (Figura 11) acontece uma queda da temperatura até a condensação do vapor d'água em excesso, tendo como resultado abundantes precipitações, dominando o tipo climático quente e úmido, com estação seca no verão e chuvas no outono-inverno e presença de florestas. Já nas encostas a sotavento (Figura 12), "o efeito do fluxo umidificante desaparece, uma vez que o ar em movimento, ao elevar-se a barlavento em virtude do relevo, perde a umidade". Assim, ao descer a vertente

[19] "O Planalto da Borborema está localizado na porção oriental do Nordeste brasileiro, ocupando extensa área que abrange parte dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Trata-se de um relevo de degradação em um maciço cristalino pré-cambriano, de direção geral NNE-SSW, com vastas superfícies planálticas de relevos aplainados, intercalados com áreas francamente dissecadas em terrenos de morros amplos a montanhosos. Esse conjunto de terrenos elevados está alçado em cotas que variam entre 450 e 1.000 m de altitude, destacando-se nitidamente em relação às áreas circundantes". FERREIRA. Rogério et. al. Geodiversidade do Estado de Pernambuco. CPRM - Serviço Geológico do Brasil (2014, p. 60).

oposta, o vento quente e seco acentua a aridez das áreas circunjacentes, predominando o clima semiárido e a vegetação de transição para a caatinga (Silva, 1982, p. 19).

Figura 11: Escarpas a barlavento no maciço serrano de Taquaritinga do Norte

Fonte: Autora, 2023

Figura 12: Escarpas a sotavento no maciço serrano de Taquaritinga do Norte

Fonte: Autora, 2023.

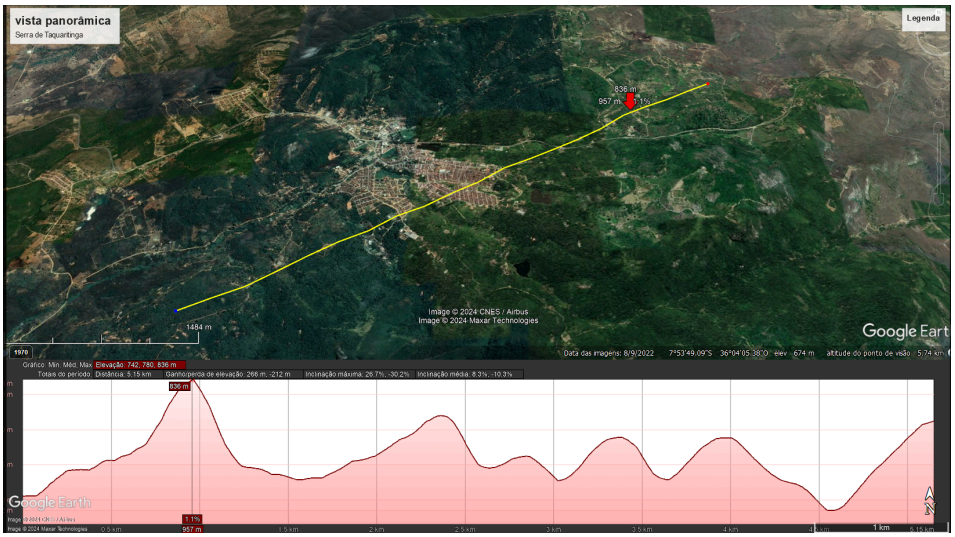
Devido ao relevo de maiores altitudes e da exposição aos ventos úmidos, a escarpa à barlavento do maciço serrano de Taquaritinga do Norte se apresenta como uma paisagem correspondente a uma zona de Brejo. Essa zona também pode ser denominada como uma paisagem de exceção. Segundo Freire e Souza (2006), as paisagens de exceção surgem nos

grandes domínios fisiográficos como contraste de paisagens e de ecologias, configurando pequenos quadros de exceção, representados pelos enclaves[20].

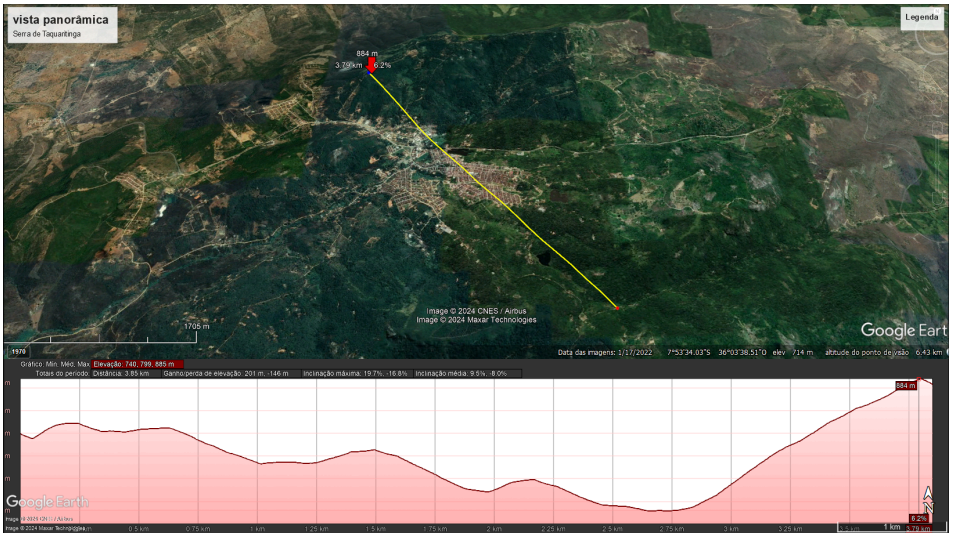
Segundo Ab'Saber (2003), as paisagens brasileiras de exceção são aquelas que apresentam topografias ruiniformes; pontões rochosos do tipo "pão-se-açúcar", penedos ou "dedos de Deus"; agrupamentos de *inselbergs* em forma de "montes de ilhas" rochosas; maciços elevados (900-1000 m) em plenos sertões secos, constituindo-se como verdadeiras ilhas de umidade, redutos de florestas tropicais; canyons brasileiros; e planícies.

Partindo desse entendimento, para Rodrigues et. al (2008, p. 21 - 24), os Brejos de Altitude são "áreas de exceção no contexto da Zona do Agreste, favorecidos por condições naturais mais amenas que aquelas das caatingas circundantes". Sendo o brejo de Taquaritinga conformado por um conjunto de elevações com relevo suave ondulado a forte ondulado com declives acentuados que apresentam altitudes entre 750 e 1000 metros, conforme pode ser observado nos cortes esquemáticos da Figura 13.

Figura 13: Cortes esquemáticos da Serra de Taquaritinga - 1 - declives acentuados, 2 - relevo ondulado



[20] Também pode ser entendido como ilhas, que apresentam características peculiares e diferenciadas do contexto geográfico o qual se encontram inseridos.



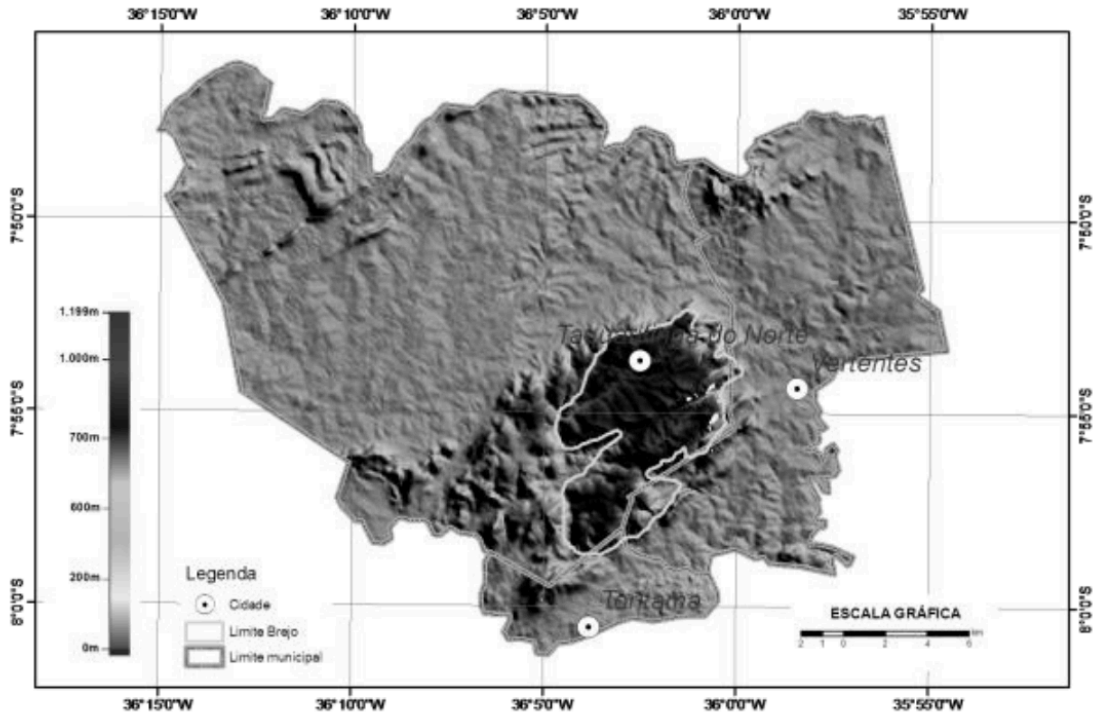
Fonte: Google Earth, Elaborado pela autora, 2023.

Essa região é classificada, segundo Ab' Saber, como um brejo de altitude ou de cimeira de alta encosta, passando pela floresta de transição, o que caracteriza sua importância como aquilo que deu origem ao agreste, "o agreste ou é caatinga ou é uma floresta de transição[21]".

O Brejo de Taquaritinga do Norte compreende uma área aproximada de 59 km² sendo possível observar na Figura 14, sua delimitação e a mancha em cor preta que se destaca indicando as cotas de nível mais altas, o que caracteriza essa região como enclave dentro do território municipal.

[21] Comentário do professor Ab' Saber sobre o trabalho de Sidney Silva, Possibilidades de subsistência nos "Brejos". Anais I Simpósio Pré-Hist. Nordeste – CLIO, n4, 1997, p.54.

Figura 14: Delimitação do Brejo de Taquaritinga do Norte-PE

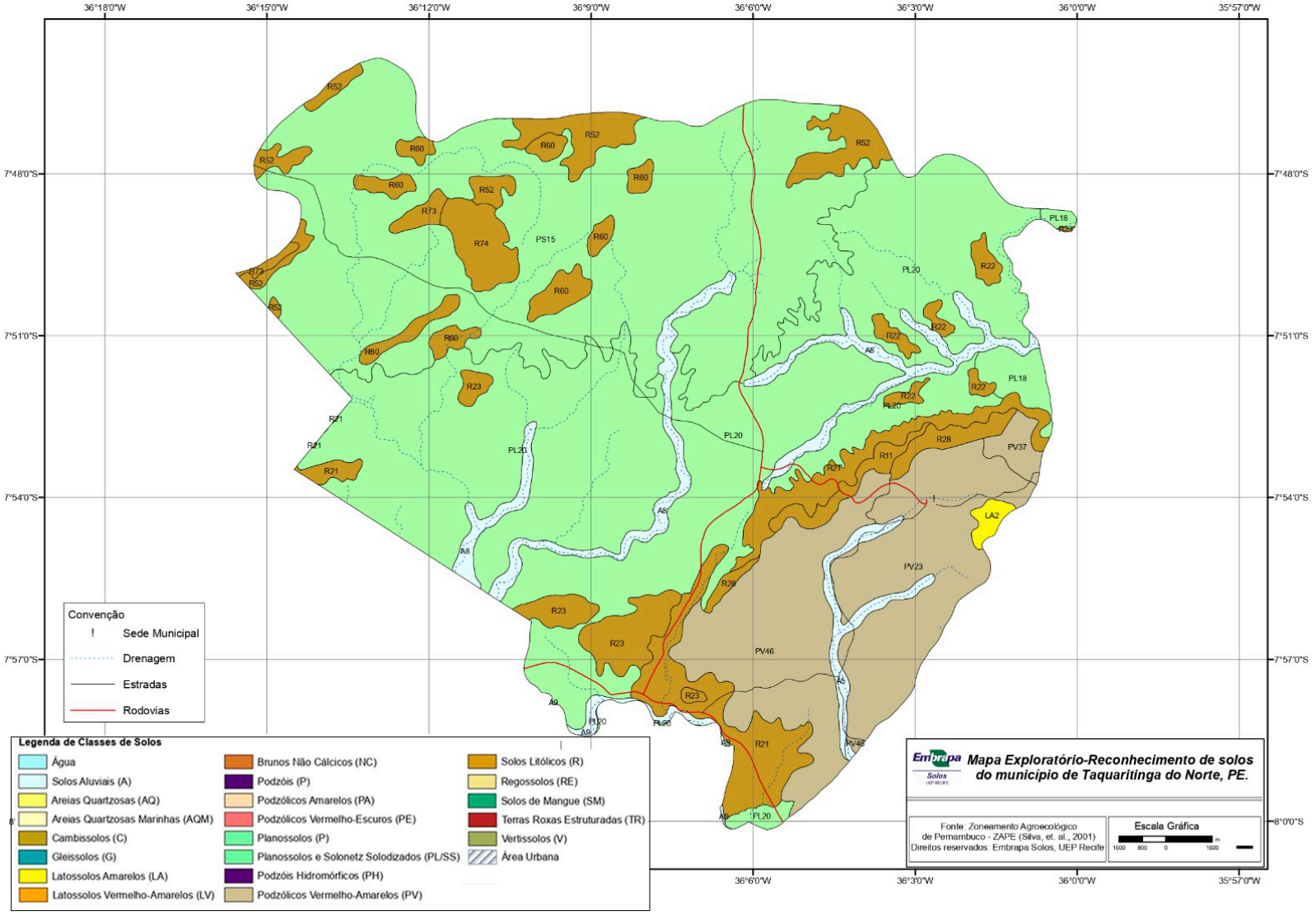


Fonte: Rodrigues, et. al, 2008, p. 27.

A cobertura pedológica do brejo de Taquaritinga é representada predominantemente pelos solos Podzólico Vermelho-Amarelo (PV) e Latossolos Amarelos (PA) como pode ser observado na Figura 15. Essa característica do solo, além de ser um importante elemento da conformação físico geográfica do brejo, reflete na apropriação diferenciada do espaço, pois juntamente com os fatores morfoclimáticos, condiciona o exercício de atividades produtivas possibilitando condições agroecológicas.

Segundo Rodrigues (2014), existe uma ampla diversificação das formas de uso nessas áreas, sendo desenvolvidas principalmente culturas permanentes como as de plantações de frutas diversas, assim como culturas temporárias, que incluem as hortaliças. Desse modo, nas áreas da Serra o uso do solo é predominante voltado para a agricultura, principalmente de espécies que se desenvolvem em áreas úmidas e sombreadas, com destaque para o cultivo do café orgânico, da banana, do cajá e da horticultura, com ênfase na agricultura de subsistência.

Figura 15: Mapa Reconhecimento dos solos do município de Taquaritinga do Norte



Fonte: EMBRAPA Solos, 2001. Editado pela autora, 2024.

Nos topos serranos de altitude superiores a 700 metros e condições climáticas amenas, há ocorrência de Floresta Subperenifólia (Figura 16). A floresta densa se expande pelas superfícies cimeiras e encostas úmidas, formando as manchas verdes que resguardam grande diversidade biológica de espécies florísticas e faunísticas

Figura 16: Floresta Subperenifólia nas encostas da Serra de Taquaritinga no sítio Várzea Grande

Fonte: Aldo Rocha, 2020.

Segundo Silva (1982), devido às variações térmicas de maior teor de umidade e a função do solo como fixador dos vegetais e armazenador da água e dos minerais necessários a atividade de metabolismo vegetal, a Serra apresenta vegetação natural em bom estado de conservação e que representam o máximo da exuberante vida vegetal que se instalou no passado e permanecem no presente, podendo ser traduzidas no porte, na densidade e na variedade de suas espécies.

Exemplificando essa variedade vegetal na serra de Taquaritinga, a autora cita, uma espécie arbórea sulina a "*Peltophorum dubium*", que se encontra em áreas de altitudes superiores aos 800 metros, também são encontradas espécies comuns das matas do Rio de Janeiro, árvores de grande porte de origem meridional e árvores típicas das matas do litoral paranaense. Outra diversidade de espécies são encontradas nas áreas de menores altitudes e consequentemente de menor umidade que constituem a formação da floresta subcaducifólia, como o Pau d'alho, Ingazeiro, Cedro, Mamaluco e Pau ferro (Silva, 1982). No Anexo B,

também podem ser consultadas fichas catalográficas de espécies de plantas da propriedade rural Várzea da Onça (Yaguara Ecológico), que está localizada entre o loteamento Amorim, o sítio Cumbe, o sítio Várzea Grande e o sítio Conceição.

Em meio às florestas, também são encontradas espécies frutíferas marcadas pela atividade tradicional da policultura que caracteriza fortemente o modo de vida dos habitantes da Serra de Taquaritinga. Apesar de atualmente se ter uma produtividade agrícola baixa, devido a diversos fatores socioeconômicos, que levaram muitas famílias a abandonar o campo em busca de trabalho no ramo da confecção, a Serra se apresenta como uma região de grande potencial devido às condições morfoclimáticas peculiares. Merece destaque o cultivo tradicional de café arábica típica nas matas serranas (Figura 17), acompanhados das laranjeiras, cajazeiros e abacateiros .

Figura 17: Terreiro de secagem de café na fazenda Terral Ecológico, situado no sítio Conceição na Serra de Taquaritinga

Fonte: Terral Ecológico, 2021.

Essa atividade de agrofloresta vem ganhando muita força no município, através da Associação dos Produtores Orgânicos de Taquaritinga do Norte - APROTAQ que busca e desenvolve projetos de capacitação, além de contar com uma sede e maquinários disponíveis para os associados. Segundo o ex-presidente da associação Toni Leonel[22], existem atualmente em Taquaritinga do Norte cerca de 200 produtores de café, sendo 25 associados e 17 marcas

[22] Respostas obtidas em conversa com Toni Leonel, via ligação telefônica.

de café. Também existem 3 fazendas que têm sua estrutura própria, o Yaguara Ecológico, o Terral Ecológico e a fazenda Takwary (Figura 18).

Como pioneiros do ramo, a ideia de produção ecológica na serra de Taquaritinga partiu do norte-americano David Peebles, que durante uma viagem ao interior de Pernambuco se encantou com a peculiaridade da região que abriga o importante bioma de Mata Atlântica. Segundo Tatiana Peebles[23], proprietária da fazenda Yaguara e filha de Seu David,

> A gente só faz aqui o que o pessoal já faz há gerações, que é a policultura diversa. E aqui tem um pouco de tudo: fruteiras, árvores, café e muitas outras culturas. O nosso trabalho aqui é cultivar, preservar a natureza de forma orgânica, ecológica e viver disso (Peebles, 2020).

Figura 18: Marcas de café da Serra de Taquaritinga, 1 - Yaguara, 2 - Terral, 3 - Takwar

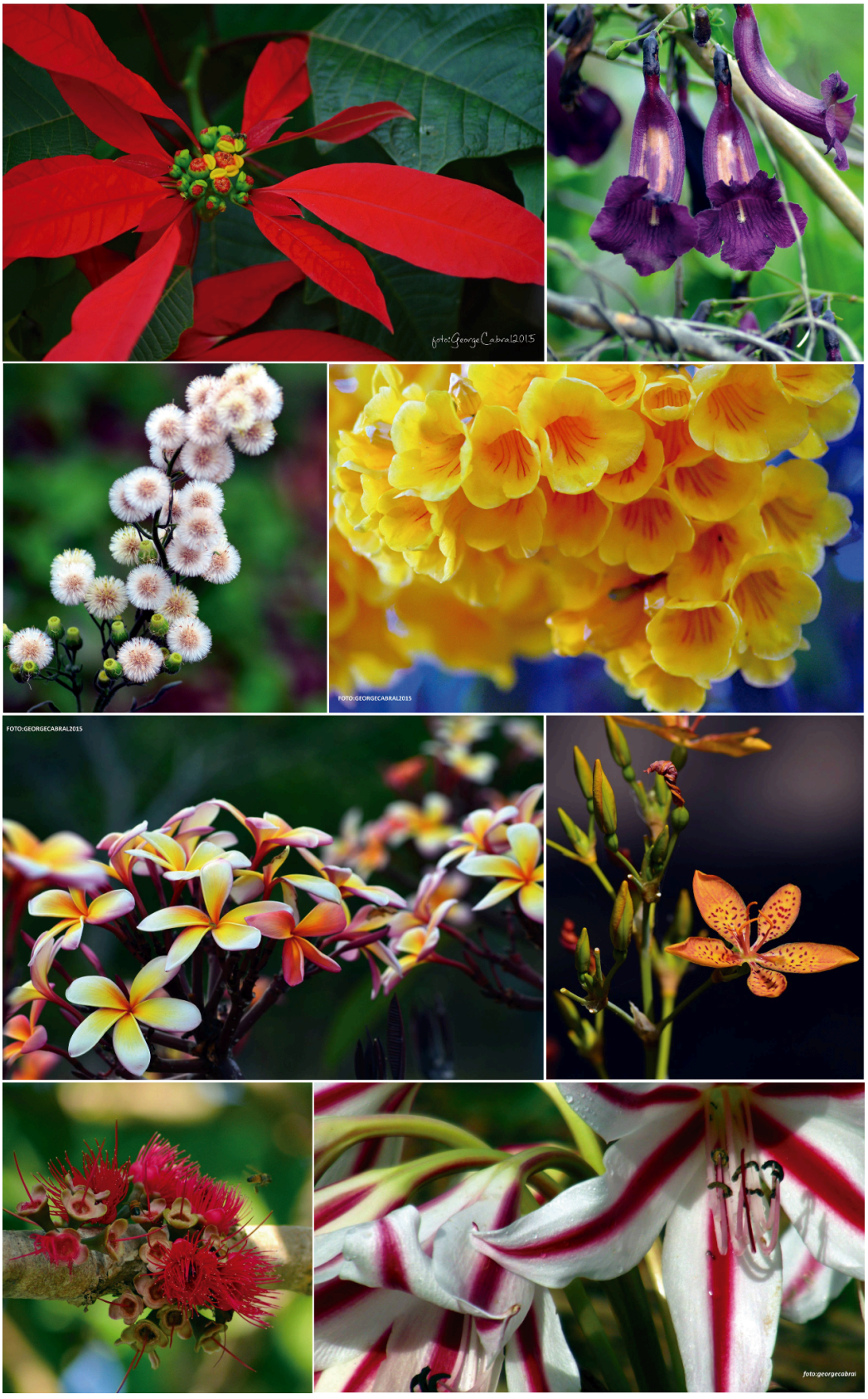
Fonte: Arquivo da Autora, 2024.

Ainda sobre a diversidade florística que se encontra na serra, uma incalculável variedade de flores podem ser encontradas nos sítios e jardins da cidade. Essa característica é muito apreciada por moradores e visitantes que se encantam com os campos e jardins coloridos e perfumados ao percorrerem as matas das serras. Procurada pela sua exuberante natureza, uma série de trilhas e atividades de lazer são desenvolvidas em busca de vivenciar tal paisagem. Como exemplo, tem-se os "Passeios Fotográficos[24]", que são trilhas com grupos de fotógrafos que registram a exuberância da fauna e flora da Serra de Taquaritinga, na Figura 19, foram selecionadas algumas fotos dessa atividade, onde podem ser constatadas a diversidade e beleza das flores encontradas nas matas.

[23] Fala de Tatiana Peebles em entrevista a Revista Negócio Rural, disponível em: https://www.revistanegociorural.com.br/especiais/fazenda-em-pernambuco-mostra-que-e-possivel-produzir-ecologicamente-correto/. Acesso em julho de 2024.

[24] Os "passeios fotográficos" foi uma iniciativa dos fotógrafos Aldo Rocha e George Cabral, com intuito de registrar as belezas naturais da Serra de Taquaritinga. A atividade é registrada e divulgada nas redes sociais dos fotógrafos.

Figura 19: Diversidade das flores encontradas nas matas



Fonte: George Cabral, 2015.

Figura 20: Diversidade de aves.

Fonte: Fotografias de Murilo Nascimento. 1-Saíra-militar (2021), 2-Rabo-branco-acanelado (2021), 3-Saí-azul (2021), 4-Marreca-caucau (2024), 5-Jacucaca (2021), 6-Saíra-viúva (2021), 7-Saracura-três-potes (2024), 8-Saíra-pintor (2017).

A serra também é um dos mais importantes abrigos da fauna no Estado de Pernambuco, pois nela se encontra uma grande diversidade de espécies animais típicas da mata atlântica, como cobras, aranhas, insetos, saguis e principalmente pássaros. Através de consulta ao site Wikiaves[25] para identificação de espécies de pássaros catalogados no município de Taquaritinga do Norte, foi possível constatar o registro de 229 espécies, incluindo aves raras e endêmicas, a exemplo do Saíra Viúva (Figura 20).

Outro elemento muito presente na Serra de Taquaritinga é a água. O município se encontra nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe, sendo os principais tributários o rio Capibaribe e seus afluentes, os riachos. No território que corresponde a Serra, existem dois riachos principais, o riacho Zamba e o riacho Bicas que foram por muitos anos fontes de água para as famílias que consumiam para alimentação e para serviços domésticos, além de um espaço de diversão e lazer. Infelizmente, atualmente foram canalizados o que impede totalmente o uso da água para consumo.

Como reservatórios têm-se três barragens, sendo o maior corpo d 'água a Barragem de Mateus Vieira, situada na área média da Serra de Taquaritinga (não abrange a área do recorte da pesquisa). Em seguida, tem-se a Barragem das Queimadas, situada na área alta da Serra, a Barragem do Zamba e o Açude Santo Amaro, localizado em perímetro urbano na sede do município (Figura 21).

Figura 21: Açude Santo Amaro

Fonte: Camilla França, 2021.

[25] Wikiaves é um site de conteúdo interativo, direcionado à comunidade brasileira de observadores de aves, com o objetivo de apoiar, divulgar e promover a atividade de observação de aves e a ciência cidadã, fornecendo gratuitamente ferramentas avançadas para controle de registros fotográficos e sonoros, textos, identificação de espécies e comunicação entre observadores. Pode ser acessado através do link: <https://www.wikiaves.com.br/index.php>.

A Serra de Taquaritinga também apresenta centenas de nascentes localizadas principalmente nos topos serranos (Figura 22). Estas nascentes, popularmente chamadas de olho d'água são muito características para os habitantes, pois além de servirem para consumo, fazem parte de memórias afetivas, sendo um espaço contemplativo e de lazer. Além de serem importante recurso para o equilíbrio ecológico, pois são fontes imprescindíveis para os animais que vivem nesse habitat.

Figura 22: Nascente no sítio Cumbe, propriedade Yaguara Ecológico

Fonte: David Peebles, 2024.

Com base na análise dos elementos naturais, foi possível compreender a paisagem da Serra de Taquaritinga como resultado da interação de inúmeros processos físico geográficos, naturais e culturais no qual o homem modelou o território a partir de estratégias de aproveitamento dos seus recursos, estabelecendo uma relação intrínseca com o lugar.

4.3 CAMADAS DA PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

A paisagem da Serra de Taquaritinga se apresenta como uma superposição de camadas no espaço e no tempo, como um palimpsesto cultural. Desde sua origem até os dias atuais são observadas permanências e intervenções que precisam ser investigadas e interpretadas. Tendo isso em mente, o presente capítulo apresenta três camadas principais da paisagem da Serra de Taquaritinga que revelam tanto aspectos significativos da cultura, identidade e memória dos habitantes, como sérios conflitos de interesses com o acelerado e inadequado processo de urbanização.

4.3.1 TABA INDÍGENA

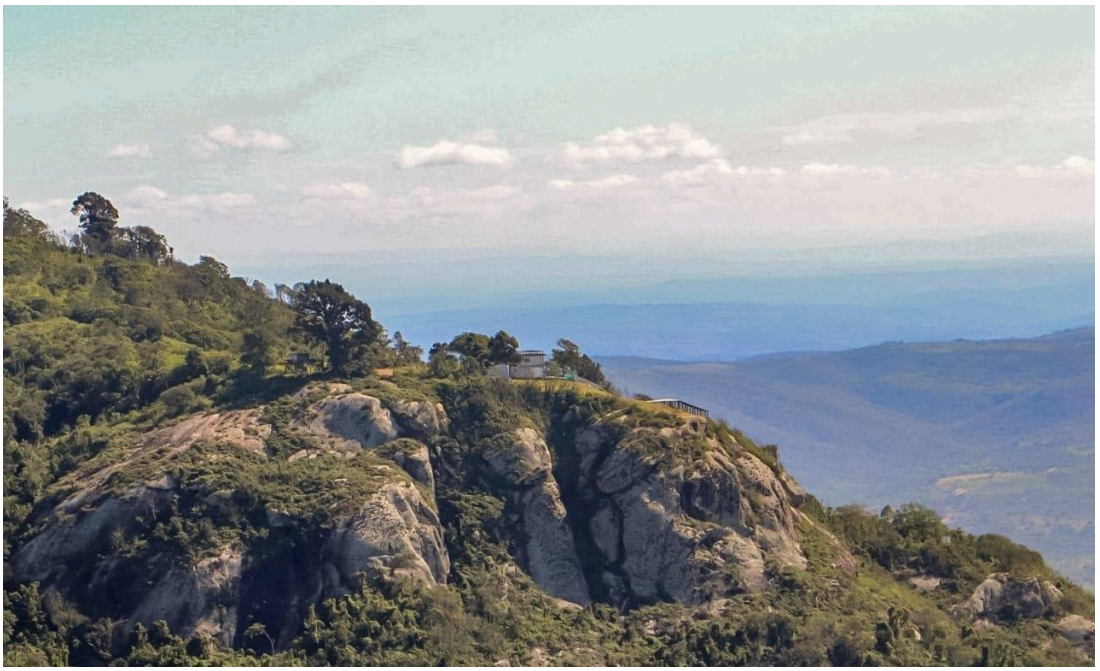
As terras que hoje correspondem ao município de Taquaritinga do Norte, assim como todo território brasileiro tiveram por seus primeiros habitantes os povos indígenas. Essa fase significativa da história ainda é pouco documentada, o que limitou os estudos para esta pesquisa. Algumas versões são apresentadas mas, ainda não existem dados contundentes que confirmem a origem dos povos indígenas que habitaram a Serra de Taquaritinga.

Monte (2014, p. 104), ao estudar a história dos povos indígenas no Agreste de Pernambuco, relata que os eventos sangrentos conduzidos pela Coroa portuguesa contra os povos nativos em meados do século XVII, levaram muitos indígenas que tinham o conhecimento das características geográficas da região a se refugiarem em setores de difícil acesso. Eles passaram a viver nas áreas úmidas de brejos, onde coletavam produtos das matas e se dedicavam à agricultura de subsistência. O autor aponta que,

> A luta contra os índios **cariris**, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de "guerra justa", não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às **serras, aos brejos altos menos acessívei**s aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado (Monte, 2014, p. 104, *apud*. Andrade, op. cit., p.153, grifo nosso).

Esta versão indica que os povos que possivelmente habitaram as serras de Taquaritinga tratavam-se dos indígenas Cariris. Já para Fontes (2013), tratavam-se dos indígenas Carapotós, que ocuparam os vales férteis para o plantio da mandioca e construíram sua taba no alto da Serra da Taquara, de onde se descortina uma vista esplêndida (Figura 23). O autor aponta que, para esses povos, a Serra de Taquaritinga representava um lugar sagrado e espiritual, imbuído de crenças e significados.

Figura 23: Vista do cume da Serra da Taquara



Fonte: Aldo Rocha, 2019.

Outro estudo a respeito dos povos indígenas de Pernambuco indica que entre os séculos XVIII e XIX, uma quantidade indeterminada de índios foi aldeada[26] sem nenhum registro de seus locais de origem,

> (...) são os aldeamentos: dos índios Garanhuns, próximo à cidade de mesmo nome, dos Carapatós ou Carnijós ou Fulni-ô, em Águas Belas, dos Xukuru, em Cimbres, na Serra do Ororubá, dos Porcás, em Nossa Senhora do Ó, a aldeia dos Paratiós, próxima de Cimbres, diversas aldeias dos índios Argus que se espalhavam desde a serra do limoeiro na atual cidade de mesmo nome, a aldeia de Arataqui na Freguesia de Tacoara, aaldeia de Barreiros ou do Um, a aldeia de Escada, o aldeamento terras do rei, em Altinho, a aldeia da tribo Arapoá-assu nas ribeiras dos rios Jaboatão e Gurjaú, a aldeia do Brejo dos Padres, de índios Pankaru ou Pankararu, e finalmente aldeamentos em **Taquaritinga**, Brejo da Madre de Deus, Caruaru e Gravatá (Torres, 2000, p. 2, grifo nosso).

Assim, é possível interpretar que, mesmo não sabendo a origem dos povos nativos que habitaram o território correspondente à Serra de Taquaritinga, estes, foram os primeiros a habitá-la e produzi-la, estabelecendo, com isso, a primeira camada da paisagem.

Outro vestígio que consta no âmbito acadêmico desses povos foi a descoberta de um sítio arqueológico em 1975, pelos pesquisadores Gabriela Martin, Alice Aguiar, Paulo Tadeu

[26] O aldeamento indígena era a realização do projeto colonial de ocupação do território, de reserva de mão de obra e de aculturação dos índios. Na segunda metade do século XVI, a política de aldeamentos esteve associada à ação dos jesuítas. (Arquivo Nacional, 19 de maio de 2022) Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/central-de-conteudo-glossario/letra-a/abome#:~:text=O%20aldeamento%20ind%C3%ADgena%20%C3%A9%20a,associada%20%C3%A0%20a%C3%A7%C3%A3o%20dos%20jesu%C3%ADtas.

e Plínio Victor[27], na Fazenda Boa Vista, a aproximadamente 10 km da Serra da Taquara. É nessa área que se encontra a Pedra da Figura, um grande bloco granítico de formas arredondadas com diversas pinturas rupestres, desenhos de emas, tejus, aves, marcas de mãos, desenhos esquemáticos e figuras antropomorfas (Figura 24). Estes desenhos representam a relação consciente dos povos indígenas com o meio, caracterizando fortemente os elementos conformadores da paisagem naquele período e região.

Figura 24: Painel de pinturas rupestres - Pedra da Figura, Taquaritinga do Norte-PE

Fonte: Mantin, Aguiar, et al, UFPE, 1975.

Os arqueólogos também identificaram a ausência de refugo arqueológico nas proximidades da Pedra da Figura, o que leva à interpretação de que o local não correspondia a uma habitação, mas a um lugar de santuário de culto. Fontes (2013) reforça a interpretação de

[27]Martin, Gabriela. Aguiar, Alice. Tadeu, Paulo. Victor, Plínio. "A Pedra da Figura em Taquaritinga do Norte". Clio: Revista de Pesquisa Histórica, 1980. v.3 nº1. Disponível em: < https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24652>.

que a Pedra da Figura remonta a um gigantesco altar natural, a única rocha no meio da planura e sua altura e imponência acaba por impressionar qualquer um que se aproxima (Figura 25). O autor acredita que esse é um verdadeiro resquício de que os primeiros habitantes de Taquaritinga do Norte foram os povos indígenas, que ali construíram sua taba, criaram seus filhos e adoravam seus deuses na Pedra da Figura.

Figura 25: Pedra da Figura

Fonte: Aldo Rocha, 2021.

Ainda como indício desses povos, no que tange a toponímia, a origem do nome Taquaritinga permite duas interpretações do vocábulo indígena. A primeira versão citada por Araújo (1992) é defendida pelo tupílogo Alfredo Carvalho, deriva da palavra indígena, Itacoaraetetinga, composto de itá = pedra; coara = buraco (gruta, furna), eté = grande; tinga = branca, que significa “buraco da grande pedra branca”. Essa versão pode ser verificada ao subir a serra pelo lado da cidade de Vertentes na PE 130, de onde se avista uma grande formação de pedra branca, o local também conhecido por Pedra de Boca (Figura 26), apresenta uma grande fenda de caverna, que pode ser associado ao “buraco grande”.

Figura 26: Pedra de Boca, entre os municípios de Taquaritinga do Norte e Vertentes-PE

Fonte: Damião, 2021.

A segunda versão trazido por Araújo (1992) é a de Mário Melo na Toponímia Pernambucana, na qual a interpretação do nome Taquaritinga teria origem da palavra “taquari”, uma espécie de bambu fino, vegetal oco, diminutivo de “taquara”, taboca de haste furada, conforme o vocabulário Tupi Guarani. Assim tem-se o significado, Taquari + tinga, “Taboca Branca”, ou carinhosamente, Taboquinha Branca.

Apesar dos poucos registros documentados dessa fase, foi possível identificar influências e permanências dessa primeira camada da paisagem que traz fortemente a relação estabelecida entre o homem e a Serra, revelando hábitos e crenças que perpetuam e fazem parte da identidade e cultura do povo nortetaquaritinguense.

4.3.2 TERRAS DE SANTO AMARO

Como citado anteriormente, Taquaritinga do Norte não fugiu a regra de ocupação pelos colonizadores e sua configuração espacial foi oriunda de guerras e massacres que resultaram no etnocídio e genocídio dos povos nativos brasileiros. Esse processo foi marcado pelas expedições de portugueses que se apossaram das terras e dos recursos naturais que encontravam para ser explorados.

Registros de documentos da Coroa Portuguesa datados do início do século XVIII, apontam que as primeiras terras que hoje correspondem ao município de Taquaritinga do

Norte pertenceram a Dona Maria Ferraz de Britto. Ainda na primeira década do século, as terras passaram para o Cap. Mor Domingues da Costa Araújo e André Pires de Moura, correspondendo a seis léguas de terra na parte do rio Capibaribe para o norte, e ao poente, as terras pertenciam a Amaro Ferreira Barbosa que, ao descobrir a serra da Taquara, juntamente com outros senhores, fundaram os primeiros engenhos de açúcar, passando mais tarde a se chamar Brejo de Amaro Ferreira (Araújo, 1992).

Aqui, nota-se que existiu um interesse prévio pela ocupação da Serra de Taquaritinga, no qual Amaro Ferreira ao perceber as singularidades do lugar decide fundar os primeiros engenhos de açúcar na Serra da Taquara. Mesmo sendo de difícil acesso, devido a topografia acidentada, a serra já indicava ser um lugar propício e fértil para a agricultura, pois apresentava grande quantidade de recursos naturais e aspectos morfoclimáticos distintos das regiões vizinhas.

Segundo Araújo (1992), a influência de ocupação da Serra de Taquaritinga também está associada a um milagre ocorrido no sítio de Amaro Ferreira que ao encontrar uma imagem de Santo Amaro em um rio, constroi uma ermida em seu sítio para homenagear o santo, surpreendentemente a ação repercutiu tanto que tomou proporções gigantescas de peregrinos e fieis em busca da tão famosa imagem do santo milagroso.

No final do século XVIII, chegaram aos vales e topos da serra as primeiras missões católicas, representadas por um frade da Congregação de São Felipe Nery, que considerando a ocorrência da imagem de Santo Amaro um sinal divino, resolve pôr em prática a construção de uma nova capela (Figura 27), prometendo a Santo Amaro um bom patrimônio de terras, casas e a honra de se tornar o padroeiro da cidade. Segundo Araújo (1992, p. 19), após a realização dessas missões, “cresce a ânsia pela criação da freguesia para a permanência de sacerdotes e pregadores indispensáveis ao culto e cultivo da Fé, na última década do século XVIII”.

Figura 27: Capela dedicada a Santo Amaro no vilarejo de Taquaritinga do Norte, por volta de 1970

Fonte: Acervo de Jânio Arruda.

Tendo como referência a capela de Santo Amaro e a permanência de padres para realização de missões católicas na região, pode-se dizer que o início do século XIX é marcado pela configuração do primeiro traçado urbano na Serra de Taquaritinga, pois várias construções de casas e comércios aparecem em seu entorno como estruturadores da primeira rua, a rua do Comércio (Figura 28).

Figura 28: As primeiras construções do vilarejo de Taquaritinga do Norte por volta de 1938

Fonte: Acervo Jânio Arruda.

Como observado na Figura 28, o local escolhido para as primeiras construções corresponde às áreas de encostas da Serra da Taquara, que pode ser vista no plano de fundo da imagem. Merece destaque ainda, a construção do mercado público logo em frente à capela, que teve caráter estruturador na povoação e desenvolvimento do vilarejo. Como já mencionado, a serra de Taquaritinga se apresentava como uma terra fértil e por isso teve seu primeiro caráter econômico provindo da agricultura. A Figura 29, exemplifica bem essa fase, onde pode-se identificar em primeiro plano as barracas de frutas e verduras na feira livre que se estendiam ao longo da rua do comércio em frente ao mercado público, em segundo plano o casario marcando o desenvolvimento do vilarejo e em plano de fundo os conjuntos de montanhas do Cumbe que individualizam e caracterizam fortemente a paisagem.

Figura 29: Feira livre em frente ao mercado público, por volta de 1980

Fonte: Acervo Jânio Arruda.

Ainda no início do século XIX, o Bispo diocesano de Olinda, Dom José da Cunha Azeredo Coutinho deferiu um pedido de petição dos moradores da Serra para elevação de Taquaritinga do Norte à categoria de Freguesia. O bispo também transformou a capela de Santo Amaro em paróquia Matriz, o que lhe atribuiu importante destaque como a primeira Igreja Matriz do Agreste Pernambucano que regia várias capelas da região (Araújo, 1992).

Esse fato histórico contribuiu para que Taquaritinga do Norte passasse a ser governada por diversos padres até o século XX. Uma das maiores contribuições para essa fase de liderança religiosa também está atrelada ao fato da devoção dos fieis ao padroeiro Santo Amaro que tem grande significado para a história e identidade dos habitantes, por ser atribuído a ele diversos milagres, alcance de graças e mistérios.

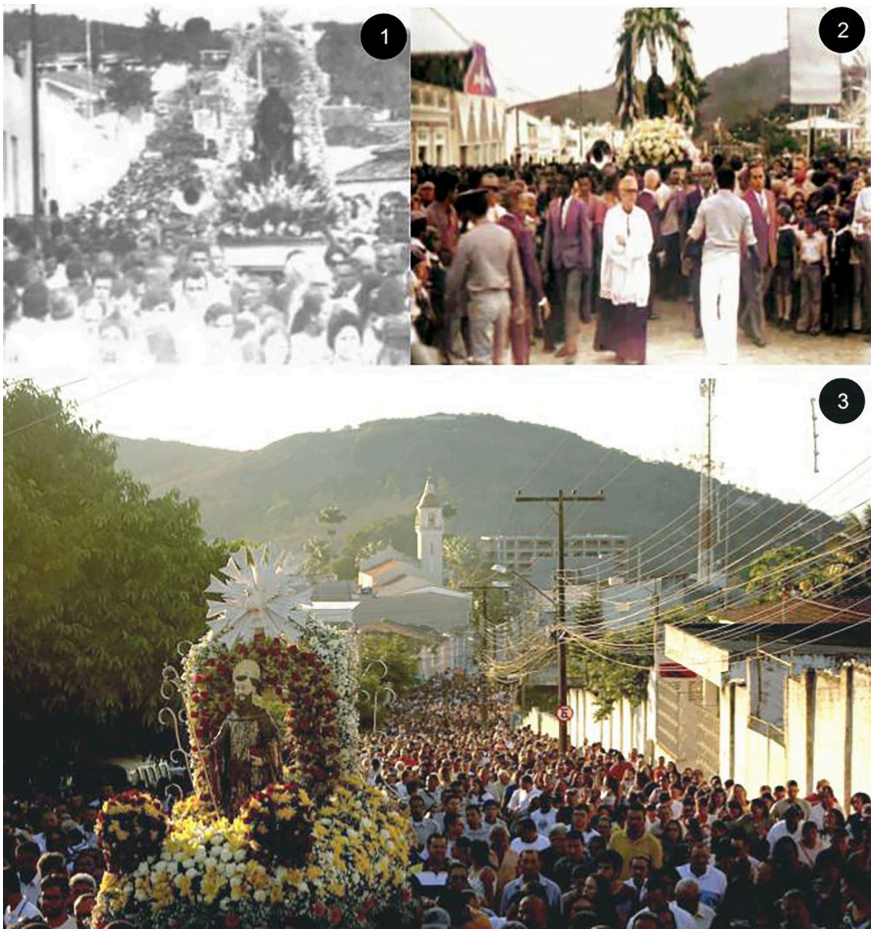
A festa do padroeiro acontece anualmente entre 06 e 15 de janeiro e é palco de celebrações que se tornaram tradicionais. Novenas, procissões, fogos, badalo dos sinos, louvores, shows artísticos, parques de diversão, doces e encontros familiares, são as principais características que a festa de Santo Amaro representa para os moradores e visitantes. Um

verdadeiro espetáculo de fé, luz e música, ao som da banda secular Dom Luiz de Britto. Gercino Araújo (1992) relata que:

> Festa de Stº Amaro, reverenciá-la é preciso, a luminosidade de que é revestida é a prova de amor dos seus filhos. A passagem do tempo jamais empanou o seu brilho, alerta, os taquaritinguenses se mantêm firmes, apegando-se ao que há de melhor para festejá-la: - a união, a harmonia e a confraternização de cada filho daqui e dos distantes, **marcando um encontro na igreja de Stº Amaro, nas esquinas e/ou nas ruas festivas da cidade**. Em qualquer lugar, ouve-se o estalar do abraço apertado, do aperto de mão e o sorriso largo dos irmãos**, no reencontro com a legítima identificação de Taquaritinga** – FESTA DE STº AMARO (Araújo, 1992, p. 52, **grifo nosso**).

No trecho citado, pode-se entender como a questão religiosa está intrinsecamente ligada à cultura, identidade e memória dos habitantes perpetuando até os dias de hoje. A igreja de Santo Amaro e a festa do padroeiro tem caráter muito significativo na história de ocupação e desenvolvimento da Serra de Taquaritinga, pois a cada ano, um número maior de visitantes, devotos e peregrinos enchem as missas, procissões, hoteis, bares e praças da cidade, tornando-se uma das maiores festas tradicionais da região, conforme pode ser observado na Figura 30.

Figura 30: Procissão de Santo Amaro no dia 15 de janeiro de 1- 1945, 2 - 1960 e 3 - 2020



Fontes: 1 e 2 - Acervo Jânio Arruda, 3 - Arquivo da autora, 2020.

Por volta de 1877, a Grande Seca castigou todo o interior de Pernambuco, dificultando o desenvolvimento do Estado e levando muitas famílias a abandonarem suas casas fugindo da fome e da miséria. A Serra de Taquaritinga, no entanto, parecia menos afetada devido às suas condições geográficas de altitude elevada que favorecem um clima ameno e formações de chuva durante o ano inteiro. Mesmo mantendo sua estrutura econômica provinda da agricultura, outros fatores começaram a afetar o contexto social e econômico da cidade, como o seu isolamento, devido à dificuldade de acesso no alto da Serra, o que impedia a chegada de instalações de infra estrutura e um crescimento vertiginoso, com a chegada de retirantes dos vilarejos circunvizinhos que fugiam da seca e procuravam em Taquaritinga um meio de sobrevivência através da agricultura (Fontes, 2013).

Ainda no início de 1877, Taquaritinga é elevada de Vila à Comarca. Nos anos seguintes, houveram várias mudanças da sede, sendo transferida para Vertentes, com a justificativa de que o acesso à Serra de Taquaritinga era difícil para os trabalhadores do judiciário, de fato, nesse período não existiam estradas e transportes adequados, era um lugar muito rudimentar. Como a região que hoje corresponde a cidade de Vertentes era localizada em região plana, e portanto mais fácil o acesso, tornou-se sede da Comarca de 1879 a 1886. Já no início de 1886, a sede voltou a se estabelecer em Taquaritinga e em 10 de maio de 1887, pela lei provincial nº 1895, Taquaritinga do Norte é elevada à categoria de Cidade, “da penumbra do tempo para a pernambucanidade” (Araújo, p. 19, 1992).

Em 1889, com a Proclamação da República, a liderança do governo da cidade passa a ser exercida por um prefeito e, em 1892, o Coronel Francisco de Assis Pereira Tejo tornou-se o primeiro prefeito da cidade. Segundo Araújo (1992, p. 68-69), Coronel Tejo, como era conhecido, era “sertanejo destemido e culto, fala fluentemente o francês, exímio violonista” e acrescenta, "conceituado e de livre trânsito nos diversos setores sociais, tem a simpatia e confiança da população”.

Coronel Tejo chefiou a cidade por três mandatos e sua atuação como chefe político e administrativo foi considerada um marco para o desenvolvimento da cidade, pois sua atuação primava pelas ações sociais ajudando os mais necessitados e as demandas urgentes da cidade, como saúde e educação. Em 1909, assumiu o cargo de Deputado na Assembleia Provincial o que elevou Taquaritinga a um cenário político no âmbito do Parlamento (Araújo, 1992). Importante citar, que o Cel. Tejo era proprietário de fazendas de café e engenhos que fabricavam rapadura, localizados no sítio Conceição (Figura 31).

Com o declínio do ciclo da cana-se-açúcar no século XVIII, o cultivo de café passou a adquirir grande valor cultural e econômico no Brasil e consequentemente em Pernambuco. A Serra de Taquaritinga que se encontrava em uma região de brejo de altitude com condições climáticas como umidade e sombra, tornou-se ideal para o cultivo de café. Pordeus (1997) aponta que,

> Apesar de introduzido desde os fins do século XVIII no Estado de Pernambuco, teve seu desenvolvimento no Agreste a partir de 1870 , ocupando a encosta da Borborema e os "brejos" de altitudes, onde teve grande destaque no município de Garanhuns-PE. Pelas suas exigências ecológicas, o café, se desenvolvia naqueles municípios agrestinos que apresentassem maior porção de "brejos" de altitudes ou encostas do planalto, como Garanhuns, **Taquaritinga do Norte**, Bezerros e Bonito (Pordeus, 1997, p. 03, grifo nosso).

Figura 31: Fazenda de café que pertencia a Coronel Tejo, no sítio Conceição - Serra de Taquaritinga

Fonte: Aldo Rocha, 2020.

Essa fase foi muito importante na estruturação social e econômica da Serra, pois começaram a surgir dezenas de fazendas de café que alimentavam a vida econômica, não só da região, mas do país. O café tornou-se o principal produto agrícola dos brejos do agreste,

> E a produção pernambucana de café era na sua quase totalidade proviniente do Agreste. Assim, é que: “em 1958, para uma produção nordestina de 26.200 toneladas, (...) que representava apenas 1,5 da produção brasileira, Pernambuco entrou com 20.976 toneladas, o que corresponde a 79,6% da produção regional (Pordeus, 1997, p. 03).

Destaca-se também o tipo de grão de café que se cultivava na Serra de Taquaritinga, uma variedade do arábica typica que é um grão introduzido no Brasil por volta de 1727, tendo sua origem na Etiópia. Um café raro e de qualidade superior, o typica é identificável por seu porte alto, cerca de cinco metros de altura e tronco fino, também pode ser identificado por suas folhas grandes com pontas cor bronze e formato alongado de seus frutos (Figura 32).

Outra qualidade atribuída aos cafés cultivados na Serra, está no fato de sua plantação ser em meio às densas florestas, protegido do sol pelas copas de árvores de grande porte que proporcionam o sombreamento adequado para a qualidade do grão (Figura 32). Esse fator com o passar dos anos agregou uma nova cultura de produção de café na Serra de Taquaritinga e atualmente alguns produtores têm destaque internacionalmente, sendo exportadas sacas de café para países como Japão, Estados Unidos, Chile e Portugal.

Figura 32: 1 - Folhas e fruto do café arábica typica, 2 - Plantação de café arábica typica em meio a floresta

Fonte: 1 - Café Terral Ecológico, 2019. 2 - Yaguara Ecológico, 2024.

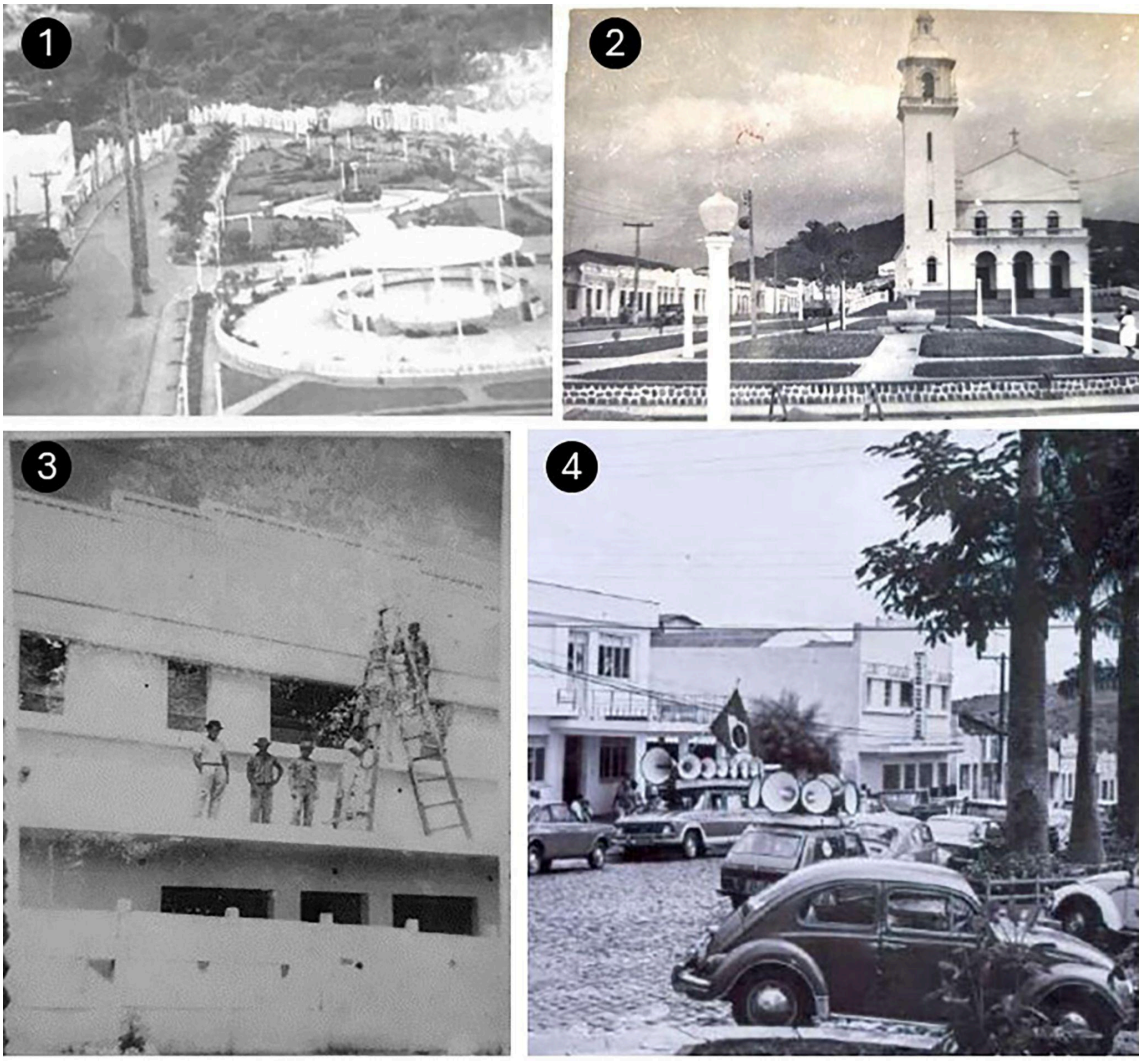
O início do século XX foi marcado por significativas transformações político-administrativas devido às disputas de sede da comarca entre Vertentes e Taquaritinga

que culminou com o desmembramento de Vertentes, instituída como município em 1929. Taquaritinga do Norte passou a ser constituída por 4 distritos, a sede em Taquaritinga, Pará, Torres e Santa Cruz, abrangendo uma área de aproximadamente 448 km².

Em meados do século XX, entre os anos de 1960-1980, Taquaritinga apresenta significativas mudanças na paisagem com as obras públicas e de infraestrutura trazidas por Severino Pereira da Silva, um importante pioneiro da industrialização no Brasil. Seu Pereira, como ficou conhecido, é natural de Taquaritinga do Norte, mas residia no Rio de Janeiro, de onde buscou grande inspiração para realização de obras na cidade interiorana. Dentre as obras destacam-se os edifícios públicos como a Maternidade Ana Luiza, o Cine Teatro Santo Amaro, as praças do centro histórico e projetos de saneamento básico, com pavimentação de ruas, abastecimento de água e instalação de rede elétrica (Figura 33). Fontes (2013), transcreveu um depoimento da carta escrita pelo próprio Severino Pereira, que dizia:

> Na parte social, mandei calçar várias ruas, ajardinei e construí a mais bela praça do interior, construí o melhor cinema, com 400 lugares, além de instalações completas para teatro, com palco, camarins, etc. Construí cerca de 40 modernas casas, instalei água potável para o abastecimento da cidade, construí a mais moderna maternidade do sertão e posto de puericultura (creche), com gabinete dentário, reformei a velha e querida Matriz e, finalmente, mandei construir e está quase concluído o maior e mais bem montado mercado do interior pernambucano. Construí também estradas, com pontilhões, além de ter construído três grandes açudes para a pobreza. (...) Tudo isso foi feito sem a menor preocupação de lucro e vantagens (Silva, Severino Pereira da, apud. Fontes, 2013, p. 598 -599).

Figura 33: Painel de fotos, 1- Construção das praças centrais 1960; 2 - Construção da praça Otto Sailer e reforma da Igreja Santo Amaro 1960; 3 - Construção do Cine Teatro Santo Amaro década de 1960; 4 - Inauguração do Hotel Jorge Eduardo, 1972

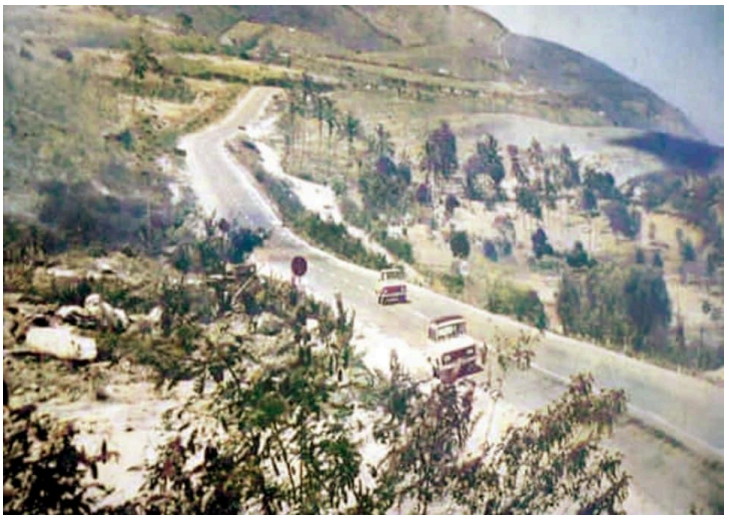


Fontes: Imagens 1,2 e 3 - Acervo Jânio Arruda. Imagem 4 - Arquivo Nacional[28], 1971.

Severino Pereira além de realizar as diversas obras citadas, foi um articulador político que visava colocar Taquaritinga do Norte no plano de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Em 1981, conseguiu trazer, juntamente com o governador do Estado, Dr. Marco Maciel uma das obras mais engenhosas para a região, a rodovia PE 130 (Figura 34). Essa fase marcou significativamente o desenvolvimento da cidade, que passou a ter acesso interligado com a cidade de Vertentes, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e as cidades da Paraíba, em um serpenteado dos dois lados da Serra.

[28] Vídeo, Taquaritinga do Norte, Pernambuco, em 1972. O governador Heraldo Gueiros participa da inauguração de um hotel na cidade. Studio 1000 nº 591. Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rAW3wySKOTs. Acesso em: julho de 2024.

Figura 34: Rodovia PE. 130 na cidade de Taquaritinga do Norte, 1981



Fonte: Acervo Jânio Arruda.

Em 1983, outra obra relevante é construída por Pereira, o Hospital Geral que carrega seu próprio nome. A inauguração contou com a presença de nomes importantes da época como o Governador do Estado, Dr. Roberto Magalhães, o Senador Dr. Marco Maciel e o Governador de Minas Gerais, Dr. Tancredo Neves (Figura 35).

Figura 35: Inauguração do Hospital Geral Severino Pereira da Silva em 1983

Fonte: Fontes, 2013.

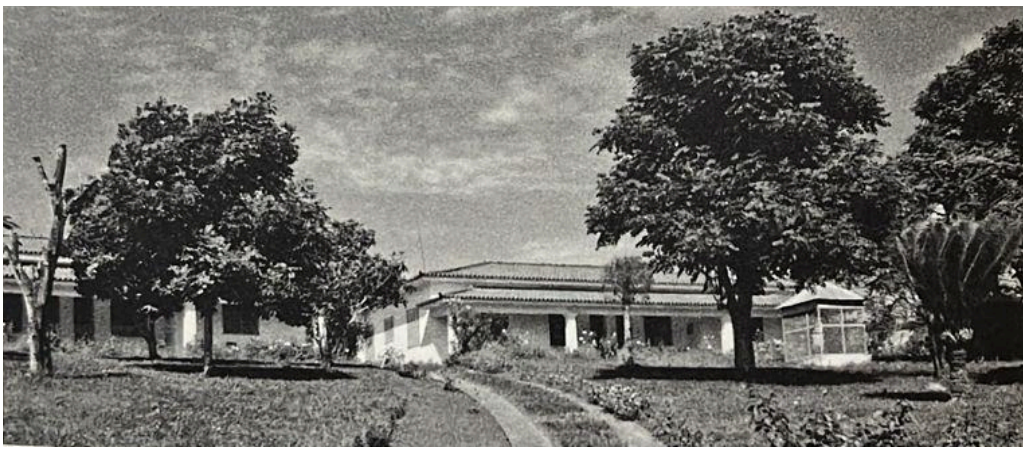
No final do século XX, a Serra de Taquaritinga passa por mudanças estruturais em sua paisagem, marcada pelo surgimento de diversos aglomerados espontâneos que se estenderam pelos morros e vales da Serra de Taquaritinga, configurando o que hoje corresponde ao centro da cidade (Figura 36).

Figura 36: Morfologia urbana nas encostas da Serra da Taquara, década de 1980

Fonte: Acervo Juarez Pereira.

Na imagem, pode-se perceber as configurações do casario dispostas sob os morros e encostas da Serra de Taquaritinga. Em primeiro plano, tem-se a visão bem demarcada da topografia através da composição das casas em níveis desiguais. Na parte superior, a construção em destaque trata-se da mansão de Severino Pereira, construída na década de 1960, abrangendo uma área de um quarteirão completo e que servia apenas para veraneio, provando seu poderio econômico (Figura 37).

Figura 37: Mansão de Severino Pereira em Taquaritinga do Norte



Fonte: Fontes, 2013.

Ainda no final do século XX e início do XXI, Taquaritinga do Norte é marcada principalmente por obras voltadas ao turismo, explorando a exuberante natureza circundante e as características de cidade pacata do interior de Pernambuco. Em maio de 1991, o prefeito à época Jânio Arruda desenvolveu um projeto que visava colocar Taquaritinga do Norte como rota turística no Estado, através da inauguração da Rampa do Pepê, localizada no topo da Serra da Taquara no sítio Cafundó.

A rampa, como é popularmente conhecida, é um local de práticas do esporte de voo livre de asa delta. No mesmo ano de sua inauguração, foi realizado o primeiro Circuito Asa Branca de Voo Livre, sendo implantado pelo governo municipal como um cartão de visitas para o desenvolvimento turístico do município (Figura 38). A rampa passou a ser nacionalmente divulgada e visitada tanto por amantes do esporte como pelos aventureiros de paisagens cênicas de montanha.

Figura 38: Inauguração da Rampa do Pepê em 1991

Fonte: Acervo Jânio Arruda.

O lugar é muito procurado até hoje por turistas e pelos moradores que sobem até o topo da Serra da Taquara para contemplar a deslumbrante vista que a Rampa proporciona. O evento de voo livre, mesmo passando por um longo período sem acontecer na gestão de José Pereira Coelho (2000 - 2006), atualmente foi reestruturado por empresários e é possível vivenciar novamente os espetáculos dos atletas ao colorirem os céus da Taquara, tornando a paisagem deste lugar única e particular.

Ao analisar esses contextos, é possível identificar que a segunda camada da paisagem da Serra de Taquaritinga foi com o passar do tempo ganhando diferentes formas e significados que fazem parte da memória e identidade dos habitantes. O processo de ocupação da Serra de Taquaritinga apesar de apresentar diferentes contextos, desde a chegada dos colonizadores

com os primeiros aglomerados até as obras urbanísticas de Severino Pereira, proporcionou leituras fortemente relacionadas, revelando a intrínseca relação que os habitantes estabeleceram e estabelecem com o território, pois a paisagem é dinâmica, está em constante transformação, seja pelos fenômenos naturais ou ações antrópicas, ou ainda pela nova perspectiva que cada um que a vivência lhe atribuir.

4.3.3 CIDADE ENTRE SERRAS

O município de Taquaritinga do Norte, como mencionado no item 4.2, foi um território que ao longo do tempo passou por diversas disputas político-administrativas, abrangendo distritos que atualmente correspondem aos municípios de Vertentes, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, totalizando uma área de 448 km². Em 1960, após uma série de desmembramentos destes distritos, os quais foram elevados à categoria de cidade, a área territorial de Taquaritinga do Norte caiu para 212 km². Atualmente o município cobre uma faixa de 475,18 km², sendo constituído pela sede, na Serra de Taquaritinga e pelos distritos de Gravatá do Ibiapina e Pão de Açúcar, além de uma vasta área rural e povoados como, Mateus Vieira, Jerimum, Vila do Socorro e Algodão.

Baseado no levantamento do Censo Demográfico do município de Taquaritinga do Norte, de 1920 até 2022[29], conforme Quadro 2, pode-se perceber que o município apresentava um índice de ruralização superior ao de urbanização até o ano de 1980. Esse cenário começou a mudar a partir do ano de 1991, apresentando uma taxa de urbanização de 53%. Nos anos seguintes, a taxa de urbanização continuou aumentando, chegando em 2010 a uma taxa de 72, 12%.

Quadro 2: Evolução Demográfica do Município de Taquaritinga do Norte 1920 – 2022

ANO	ÁREA	POPULAÇÃO GERAL	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	TAXA DE RURALIZAÇÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO
1920	s/i	37.410	s/i	s/i	s/i	s/i
1940	448 km²	18.891	15.164	3.727	80,27%	19,73%
1950	448 km²	24.159	17.347	6.812	71,80%	28,19%
1960	212 km²	13.244	9.609	3.625	72,55%	27,37%

[29] O último censo de 2022 não foi atualizado com as informações de população urbana e rural, constando até então apenas a população geral.

1970	212 km²	14.527	10.563	3.964	72,71%	27,28%
1980	212 km²	14.907	9.022	5.885	60,52%	39,47%
1991	475,18 km²	**17.093**	**7.883**	**9.210**	**46,12%**	**53,88%**
2000	475,18 km²	19.757	6.233	13.524	31,55%	68,45%
2010	475,18 km²	24.903	6.942	17.961	27,88%	72,12%
2022	475,18km²	24.736	s/i	s/i	s/i	s/i

Fonte: IBGE, *apud* Araújo, 1992 e Condepe Fidem, 2014. Elaborado pela autora, 2024.

A partir desses dados, e com o que se expôs nos itens anteriores, pode-se perceber que o processo de ocupação da Serra de Taquaritinga, devido principalmente à conformação geográfica e suas características climáticas se deu inicialmente com o surgimento de fazendas e sítios em todo o seu território, aproveitando os recursos naturais favoráveis às atividades agrícolas.

Posteriormente, surgiram aglomerados urbanos nas áreas de cumeada e morros da Serra de Taquaritinga, estendendo-se para as encostas e vales com a concentração de usos residenciais e comerciais na área central onde ainda se encontram as principais edificações estruturadoras do tecido urbano, a Igreja Matriz de Santo Amaro, o casario e o miolo central (Figura 39).

Figura 39: Traçado urbano na Serra de Taquaritinga, 1- 1945, 2 - 1960, 3 - 2022

Fonte: 1 e 2, Acervo Jânio Arruda, 3 - Camilla França, 2022.

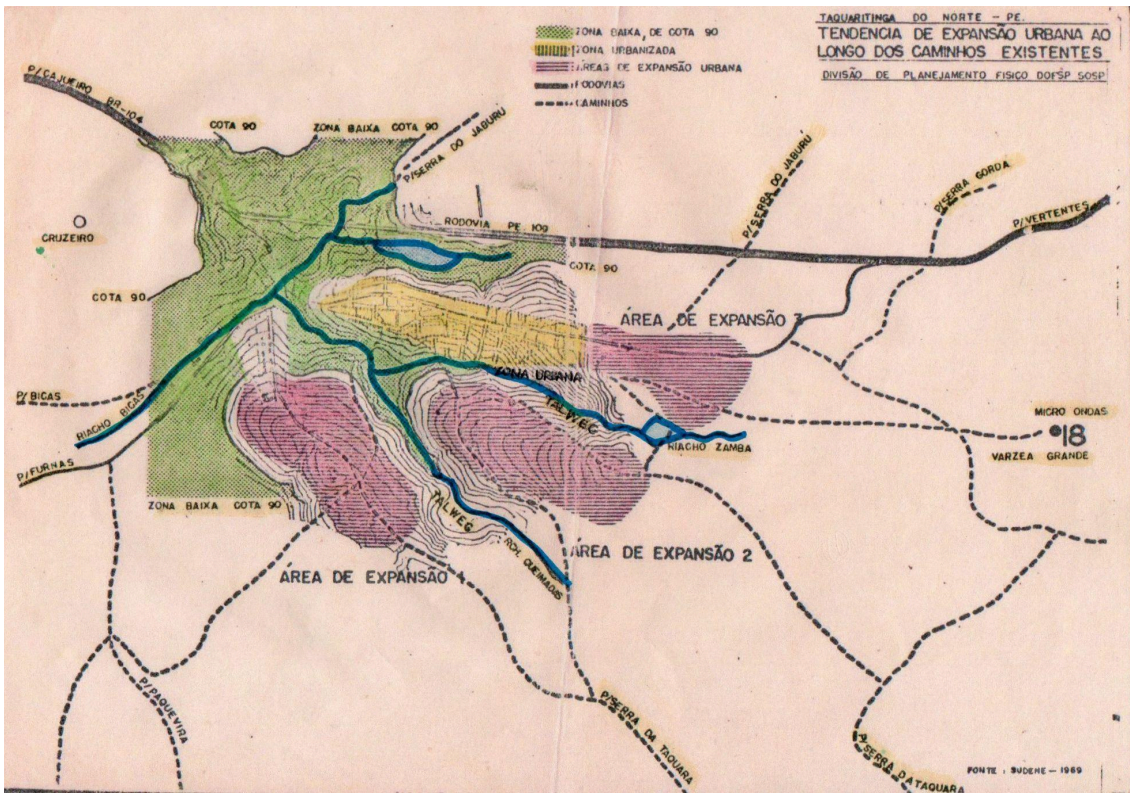
Na década de 1970, durante o mandato do prefeito Antônio Barboza de Lucena (1969-1973), conhecido por Coronel Lucena, foi proposto o Primeiro Plano de Desenvolvimento do Município de Taquaritinga do Norte elaborado pelo Departamento de Obras e Serviços Públicas de Pernambuco - DOFSP, em 1972.

Para esta pesquisa, foi possível o acesso dos mapas desenhados pela arquiteta e urbanista Mônica Raposo Andrade, que lançaram um olhar atento trazendo uma série de informações pertinentes para a análise de permanências e transformações na paisagem estudada. O material analisado conta com seis mapas, i) mapa de tendência de expansão urbana; ii) mapa de densidade populacional; iii) e iv) mapas da topografia urbana e das áreas *non edificandi*; v) mapa do zoneamento-circulação; e vi) mapa do plano geral proposto. Cabe destacar que esta pesquisadora para uma melhor compreensão e leitura do material, adaptou os mapas manchando com cores diferentes as áreas de interesse.

No mapa de Tendência de Expansão Urbana ao longo dos caminhos existentes (Figura 40) é possível ver em rosa as áreas previstas para setores em expansão da cidade. Essas áreas, quando comparadas com a malha urbana atual[30], são referentes aos Bairros Zamba e Brasília, assim como a continuação do miolo urbano central, demonstrando que a tendência urbana aconteceu para onde foi previsto. Também foi importante observar que esse crescimento aconteceu seguindo os caminhos que ligam Taquaritinga a outras localidades, o que facilitou a consolidação da rede urbana.

[30] Será tratada mais à frente.

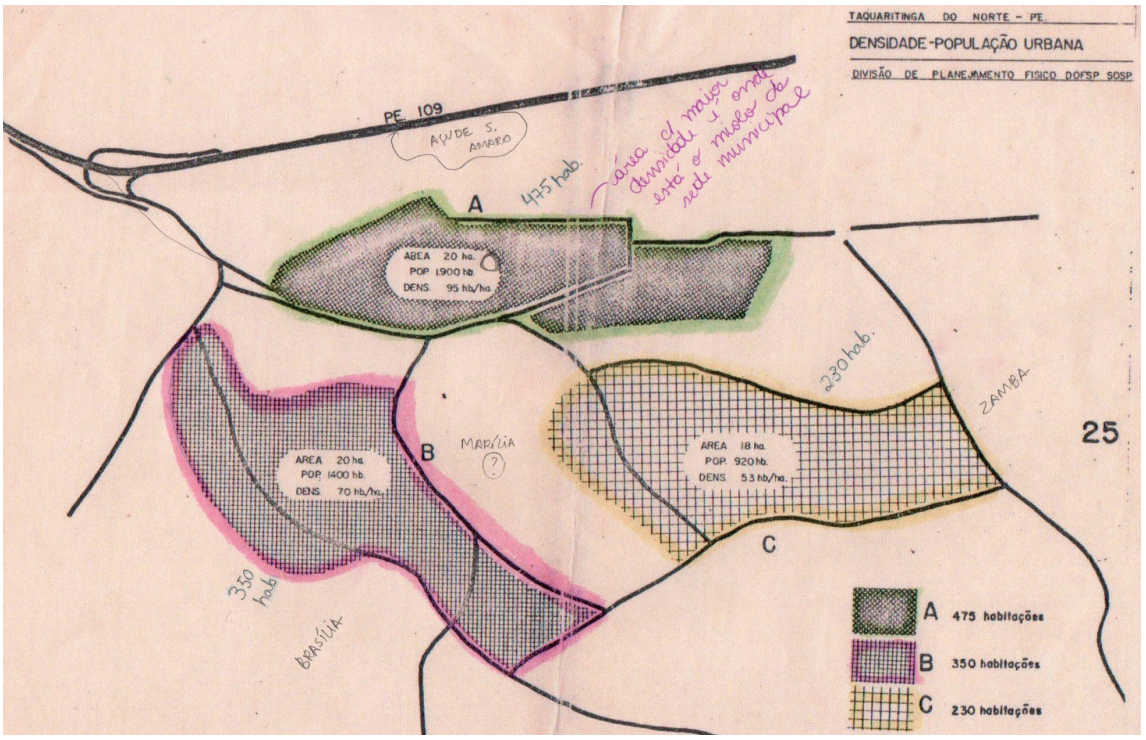
Figura 40: Mapa de Tendência de Expansão Urbana ao longo dos caminhos existentes



Fonte: DOFSP/DPF, 1970 / SUDENE, 1969. Editado pela autora, 2024.

O mapa de densidade Populacional (Figura 41), é complementar ao anterior, no qual são previstos a quantidade de habitações para cada área de expansão. Quando comparados ao mapa de evolução urbana atual, notou-se que a quantidade prevista de habitações é extrapolada, existindo um quantitativo muito maior de construções e população nessas áreas, que inclusive seguem em expansão.

Figura 41: Mapa de Densidade - População Urbana

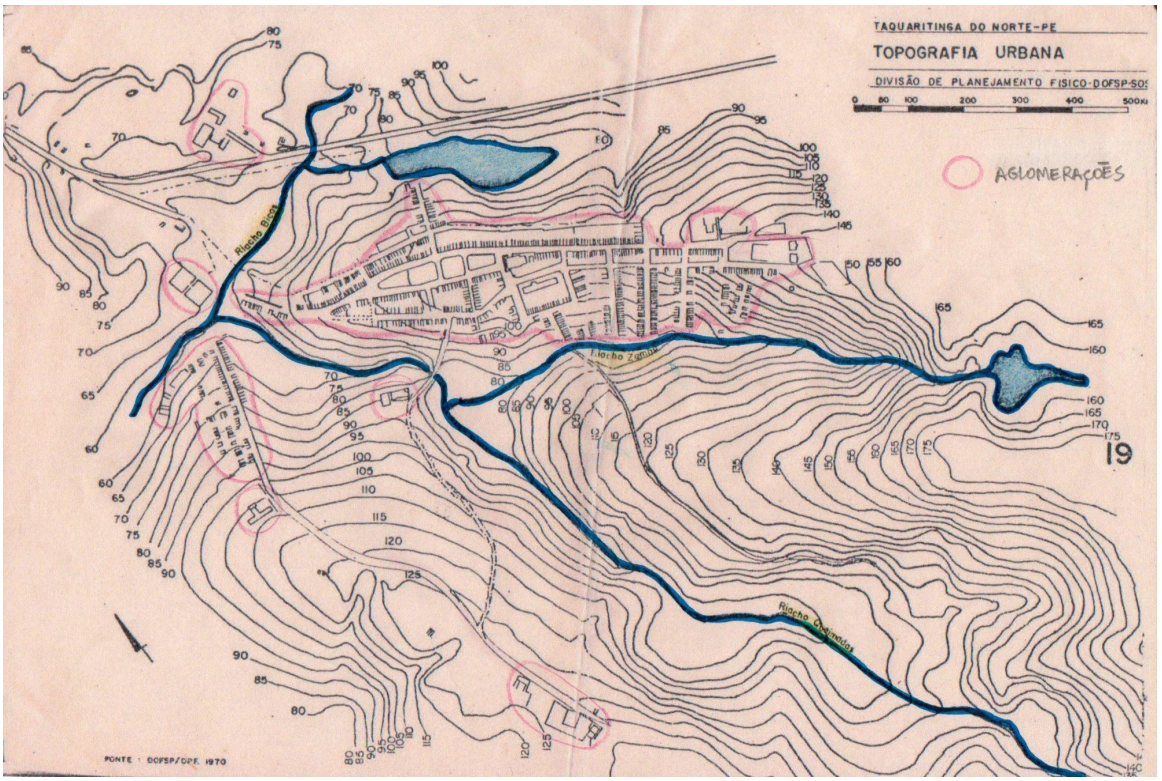


Fonte: DOFSP/DPF, 1970. Editado pela autora, 2024

Os mapas da topografia urbana trazem a demarcação das colinas que circundam o sítio urbano com suas respectivas cotas de altitude, facilitando a compreensão na escolha pela conformação da malha urbana nas áreas mais baixas que correspondem às áreas de vales e encostas. Também foi possível identificar a formação de aglomerações já existentes, nas áreas de expansão que estão circuladas na cor rosa (Figura 42). No segundo mapa (Figura 43), são demarcadas as áreas de talweg[31], correspondendo aos cursos de água que são conformados pelas micro bacias. Também são indicadas as áreas *"non edificandi"*, que correspondem às áreas de inclinação de 20% e 25% / 25% e 30% (marcadas em amarelo).

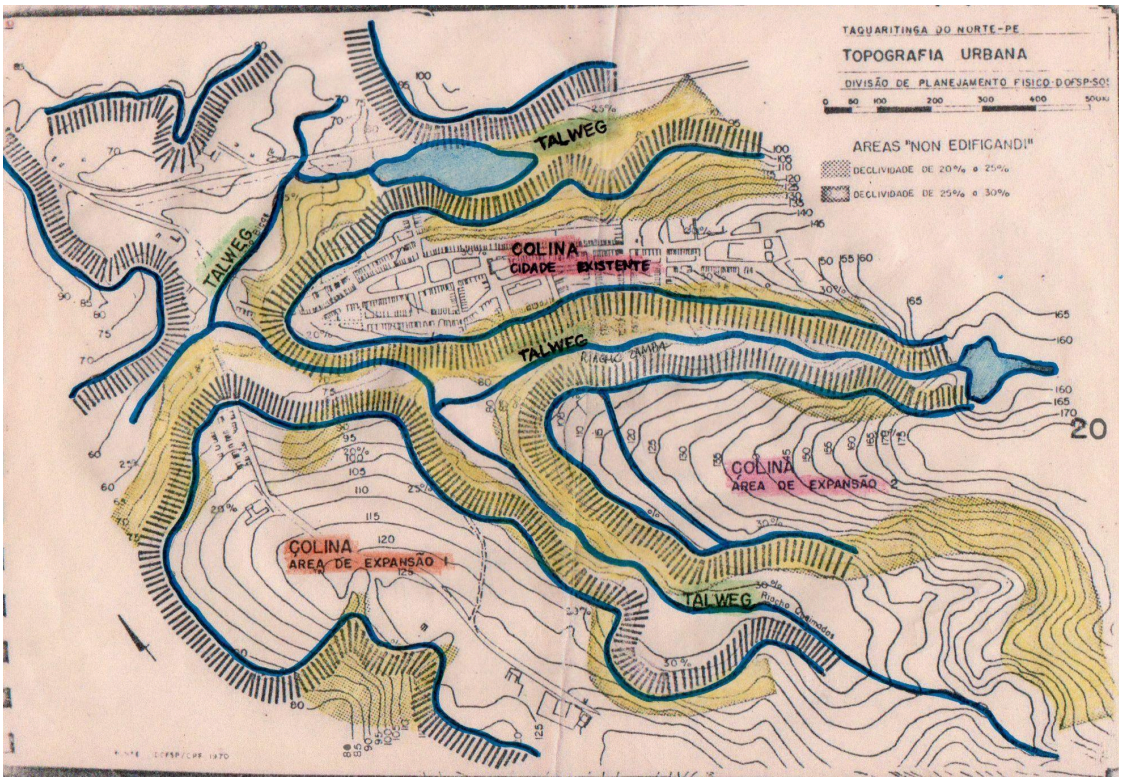
[31] Talweg é um termo alemão que significa "caminho do vale", também pode ser chamado de talvegue: linha de interseção de uma encosta e uma contra-encosta no plano inferior.

Figura 42: Topografia Urbana



Fonte: DOFSP/DPF, 1970. Editado pela autora, 2024

Figura 43: Topografia Urbana - Áreas “Non Edificandi”

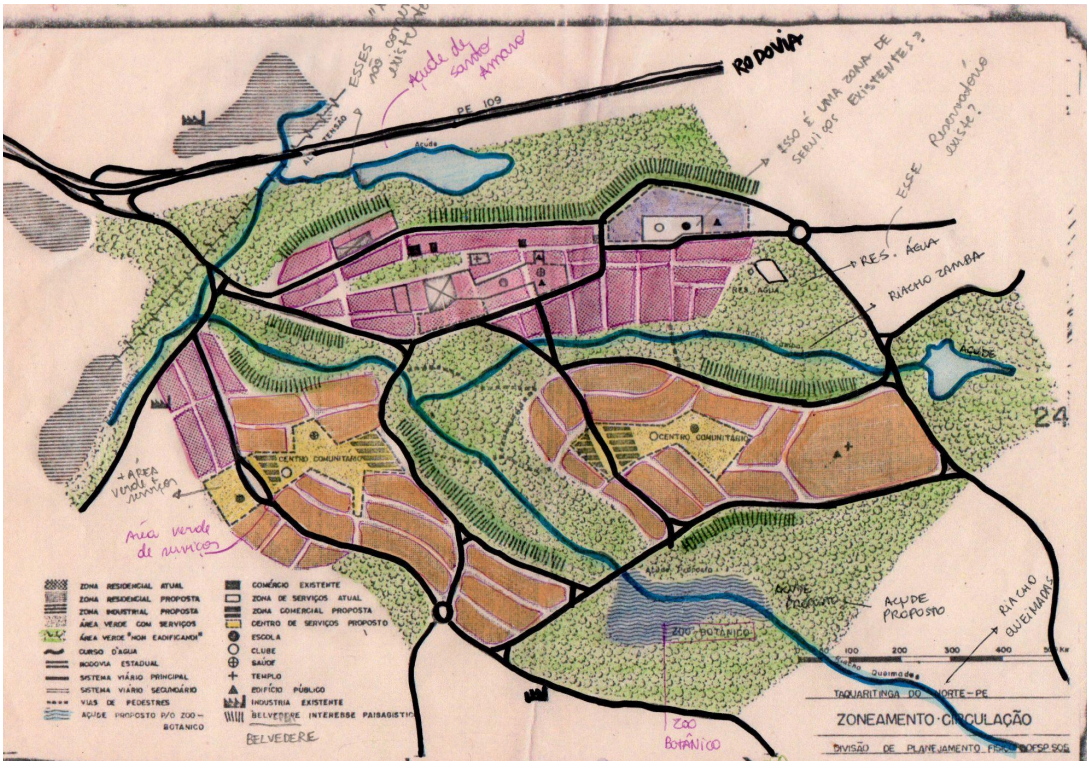


Fonte: DOFSP/DPF, 1970. Editado pela autora, 2024

No mapa do Zoneamento-Circulação (Figura 44), nota-se o detalhado planejamento pensado para o município. Dentre os pontos observados, destacam-se:

- três áreas previstas para indústria marcadas no mapa em tracejado na horizontal, que foram consolidadas;
- nas duas áreas de expansão são propostos centros comunitários (em amarelo) com clube e escola em cada, e áreas comerciais, o que permitiria o desafogamento do miolo central, essa proposta foi parcialmente consolidada, poi só existe tais estruturas no bairro que corresponde a Brasília;
- um açude proposto numa área de zoobotânico - provavelmente um jardim zoobotânico - uma área para reserva de fauna e flora - parque ecológico, que não foi consolidado;
- áreas de belvederes[32] com interesse paisagístico, estão marcados sete belvederes no mapa (tracejado na vertical), no entanto, nenhum foi consolidado.

Figura 44: Zoneamento - Circulação

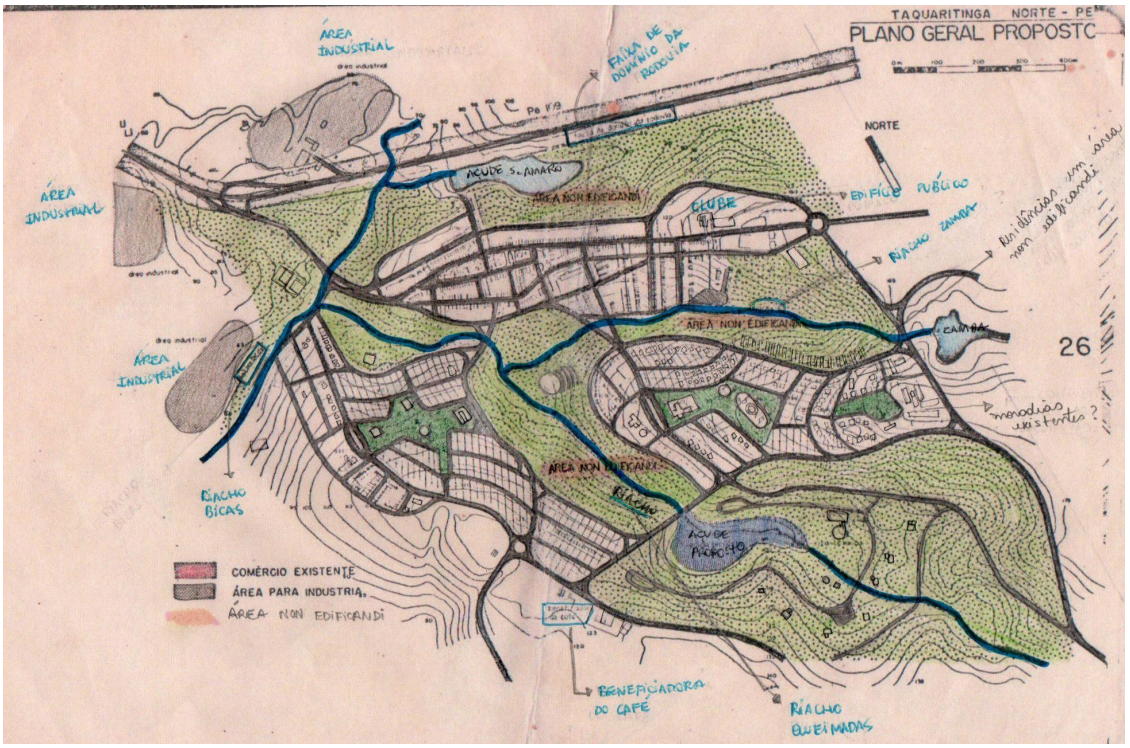


Fonte: DOFSP/DPF, 1970. Editado pela autora, 2024.

[32] Pequena construção isolada num jardim ou parque de onde se desfruta de um panorama; miradouro. Definições de Oxford Languages.

Por fim, o mapa do Plano Geral Proposto (Figura 45) apresenta uma síntese das propostas estabelecidas anteriormente, no qual as áreas de expansão se apresentam projetadas em ruas, lotes e com a demarcação das estruturas comunitárias. Vale ressaltar as áreas "*non edificandi"*, que são categoricamente previstas como áreas de conservação, devido ao grande potencial paisagístico e natural, correspondentes a formação geográfica do sítio.

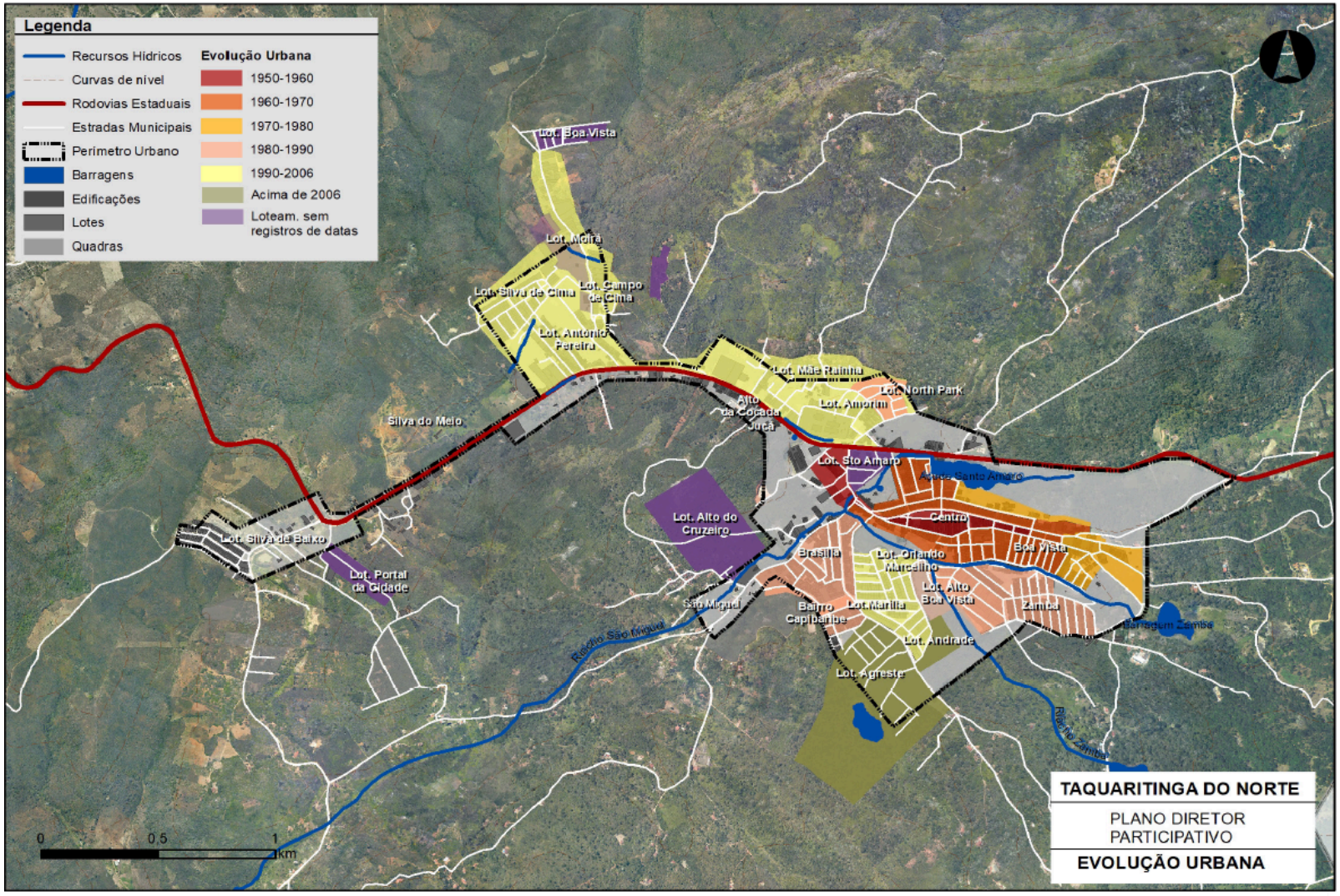
Figura 45: Plano Geral Proposto



Fonte: DOFSP/DPF, 1970. Editado pela autora, 2024.

Mesmo com a proposta de delimitação do Plano de 1972, a malha urbana da sede municipal seguiu se expandindo, principalmente em direção a rodovia PE 130 e o sítio Agreste. No ano de 1990, surgiram os loteamentos Silva de Baixo e Silva de Cima. Também foi iniciada a ocupação do Bairro Capibaribe, situado na porção sul, e do Loteamento Mãe Rainha e Amorim na porção norte. Em 2020, o Sítio Agreste começou a ser densamente ocupado dando origem aos Loteamentos Marília, Orlando Marcelino, Andrade e Agreste que ficam entre os bairros Brasília e Zamba (Figura 46).

Figura 46: Mapa de Evolução Urbana



Fonte: Plano Diretor, 2021.

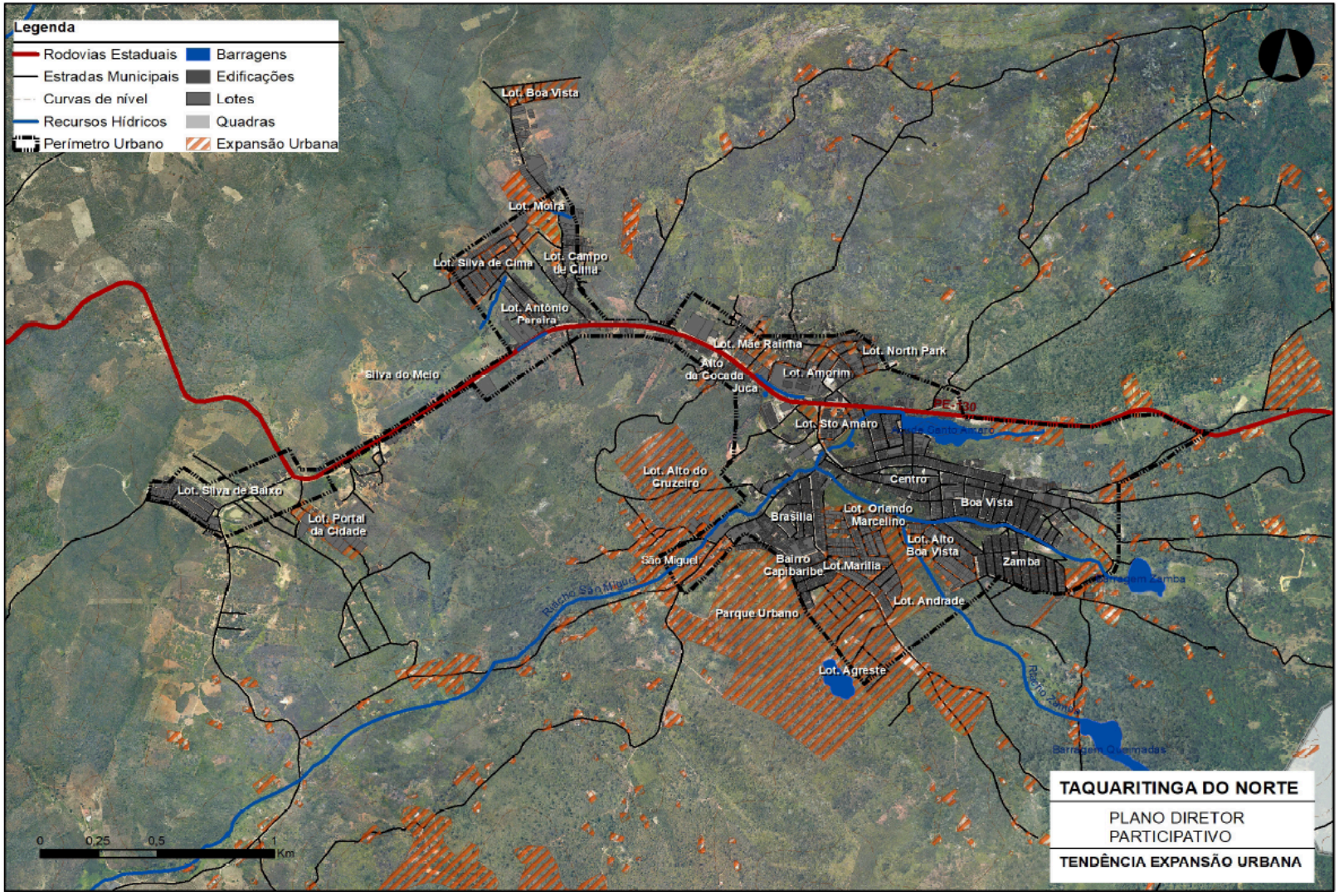
Em pesquisa feita ao Cartório de Taquaritinga do Norte, foi possível fazer o levantamento de todos os loteamentos inscritos e registrados no município, resultando em um total de 26 loteamentos. Destaca-se que alguns dos loteamentos identificados estão localizados em áreas de sítios e remanescentes de florestas, o que vai de encontro com a proposta do Plano de 1970 que estabeleceu as áreas "*non edificandi*". A Tabela 2 apresenta a relação destes loteamentos, seus respectivos proprietários e sua localização. Também é possível observar na Figura 47, o mapa de tendência de expansão urbana na Serra devido a abertura desses loteamentos.

Tabela 2: Loteamentos que se prolongaram aos sítios e áreas "*non aedificandi*" na Serra de Taquaritinga

LOTEAMENTO	***LOCALIZAÇÃO***	***PROPRIETÁRIO***	***REGISTRO E APROVAÇÃO***
Loteamento Marília	Bairro Brasília	Nelson Marcelino de Souza.	registrado nº R.1, - Mat. 4.374, fls. 145, do Livro 2-X, em 12/08/2003; aprovado em ato datado de 10/02/2003
Loteamento Orlando Marcelino Pessoa	Bairro Brasília	Josué Marcelino de Souza (falecido)	registrado sob nº R.1 – Mat. 4.935, fls. 180, do Livro 2-Z em 11/01/2006; aprovado em data de 20/09/2005
Loteamento Bela Vista	Localidade Mendes	Domingos Sávio Diniz Sobreira	registrado sob nº R.1 – Mat. 4.334, fls. 73/74, do Livro 2-U, em 26/02/1999. Aprovado em ato datado de 20/10/1998
Loteamento Alto do Cruzeiro	Localidade Bicas	Maurício Ferreira Lins	registrado sob nº R.1 – Mat. 5.121, fls. 97/99, do Livro 2-AA, em 23/01/2008; aprovado em ato datado de 17/09/2007.
Loteamento Alto da Boa Vista	Zamba	Arlinda Mahon Fernandes (falecida)	registrado sob nº R.1 – Mat. 3.156, fls. 210/211, do Livro 2-O, em 08/07/1988; aprovado em ato datado de 29/04/1988.
Loteamento Village de Taquara	Sítio Arroz	Domingos Sávio Diniz Sobreira	registrado sob nº R.2 – Mat. 4.320, fls. 55, do Livro 2-U, em 20/02/2001; aprovado em ato datado de 06/12/2000
Loteamento Andrade	Sítio Agreste	Pedro e Paulo Empreendimentos Imobiliários LTDA – Sócios Gerentes: Paulo Andrade de Castro e Pedro Andrade de Castro	registrado sob nº R.6-Mat.316, em 12/11/2013. Aprovado em ato datado de 09/07/2013
Loteamento Sítio Agreste	Sítio Agreste	Givanildo Bezerra da Silva	registrado sob nº R.1–Mat.6.461, em 28/03/2016; aprovado em ato datado de 05/08/2015
Loteamento Vale do Agreste	Sítio Agreste	Givanildo Bezerra da Silva	registrado sob nº R.1–Mat.6.465, em 19/04/2016; aprovado em ato datado de 05/08/2015

Fonte: Cartório de Taquaritinga do Norte, 2022. Elaborado pela autora.

Figura 47: Mapa de Tendência Expansão Urbana



Fonte: Plano Diretor, 2021

Em 2007, na gestão do prefeito José Pereira Coelho foi aprovado o Plano Diretor Municipal que contou com apoio técnico do Condepe/Fidem e consultoria técnica do UFC Engenharia[33]. Após um extenso trabalho de diagnóstico do município, o Plano Diretor estabeleceu subdivisões no território municipal, denominadas Macrozonas. Dentre elas, definiu-se a Macrozona da Serra de Taquaritinga como sendo a área que:

> (...) coincide com toda a área da Serra da Taquara, abrangendo desde as áreas mais altas, como os **cumes da Taquara, da Frexeira e do Cumbe**, até as áreas de menor altitude, mas que fazem parte do volume da serra, como Sitio Mateus Vieira, bem como as serras que se prolongam na parte sul do município (Amarela e do Exu). Esta combinação de elementos que fazem dessa área um lugar diferenciado no território municipal configura, também, um quadro de **elevada fragilidade ambiental**, o que torna necessária a adoção de um **manejo cuidadoso, adequado e que garanta a preservação das características locais** (Plano Diretor, 2007, p. 29, grifo nosso).

Além de definir e caracterizar a Macrozona da Serra de Taquaritinga, citando as principais serras que a compõem (Figura 48), nota-se uma preocupação quanto aos aspectos peculiares dessa área, ao apontar a necessidade de um plano de manejo que garanta a conservação da mesma. A sede municipal que também faz parte dessa macrozona é identificada como uma área de grande importância pois,

> O fato da sede municipal estar **encravada na Serra da Taquara**, numa **altitude de 774 metros** (o que causa baixas temperaturas no inverno), cercada de **matas** sob as quais se planta o **café orgânico**, de **belas paisagens** e trilhas, torna a cidade **diferenciada** no cenário regional e motivo de atração turística. Além disso, a cidade possui atividade industrial no ramo de confecções, principalmente de pequeno porte, que contribuem secundariamente na produção regional deste ramo (Plano Diretor, 2007, p. 33, grifo nosso).

[33] UFC Engenharia é uma empresa baiana, fundada em 1989, que atua no mercado de Engenharia Consultiva.

Figura 48: Skyline do conjunto de serras que compõem a Serra de Taquaritinga

Fonte: Arquivo da Autora. Elaborado pela Autora, 2024.

Merece ressalvas ainda o que consta nas premissas básicas do Plano Diretor de 2007, que confirma a importância e relevância da Serra de Taquaritinga como sendo:

> (...) o **patrimônio ambiental mais valioso do município** pelo fato de, inserida numa área de predominância da vegetação caatinga e de temperaturas elevadas, possuir características diferenciadas principalmente pelas baixas temperaturas, umidade acima da média micro-regional, presença de vegetação densa e de **alto valor paisagístico**, além dos recursos hídricos (Plano Diretor, 2007, p. 31, grifo nosso).

Em contrapartida ao que se expôs no Plano Diretor de 2007, a gestão municipal não chegou a aplicar este instrumento, sequer a Secretaria de Obras e Urbanismo e a de Meio Ambiente se apropriaram do documento, permanecendo engavetado até sua Revisão em 2017. Essa situação refletiu em anos de omissão e negligências com o que se identificou como "patrimônio ambiental". A Serra de Taquaritinga sofreu sérias modificações que comprometeram características singulares identificadas nas duas camadas da paisagem, principalmente com a descaracterização do centro histórico e as ocupações indevidas das serras.

Em 2016 aconteceu o maior incêndio da história do município na Serra da Taquara, devastando a vegetação nativa e ocasionando um grande desequilíbrio ecológico, tendo em vista que a mata também é o habitat de diferentes espécies de animais (Figura 49). Esse episódio trágico foi de grande comoção para os moradores, que assumiram o compromisso de combater o fogo através de mutirões voluntários coordenados pelo grupo dos Escoteiros Chefe Leandro (Figura 50). Durante dias as pessoas tentaram conter os focos de fogo, juntamente com brigadistas e bombeiros, o empenho demandado possibilitou o cessar do incêndio mas os danos causados persistem até os dias atuais, somando uma perda incalculável de área verde significativa.

Figura 49: Incêndio na Serra da Taquara em 2016

Fonte: Alexandre Soares, 2016.

Figura 50: Mutirões de combate ao incêndio na Serra da Taquara em 2016

Fonte: Aldo Rocha, 2016.

Durante o período de 2016-2021 sucessivas queimadas em áreas de serras e morros foram registradas. Os gestores públicos municipais e estaduais seguiram omissos e sem articulação para impedimento e minimização dos danos ambientais. No início de 2021, outro grande incêndio ocorreu no Morro do Cruzeiro, tratando-se de uma queimada para a abertura do loteamento Alto do Cruzeiro (Figura 51). Nenhuma medida de contenção foi acionada e não houve reparação após os danos por parte dos gestores. O loteamento seguiu "regularizado", bem como a venda de seus lotes.

Figura 51: Incêndio no Morro do Cruzeiro na Serra de Taquaritinga em 2021

Fonte: Fotos: 1 - Paulo Bossa, 2021, 2 - Arquivo da Autora, 2021.

Apesar da omissão dos gestores públicos, desde 2021, a equipe do Curta Taquary[34], juntamente com a Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento, passou a realizar anualmente ações de reflorestamento em áreas degradadas pelos desmatamentos e queimadas. É plantada uma muda de árvore nativa da região para cada filme inscrito. Já foram plantadas, aproximadamente, 3 mil mudas em escolas, praças públicas, assentamentos, áreas degradadas e regiões próximas ao rio Capibaribe[35].

Em março deste ano, antes do início do Festival de Cinema Curta Taquary, foi promovida uma chuva de sementes[36], com a parceria do piloto de parapente Robson Santos. Foram mais de 7 mil sementes jogadas nos arredores do Rio Capibaribe e nas áreas afetadas pelas queimadas de Taquaritinga do Norte, com o objetivo de reflorestar essa região com diversas espécies de árvores (Figura 52).

Figura 52: Ações de Reflorestamento do Curta Taquary

Fonte: Instagram do Curta Taquary, 2024.

O período de 2016-2021 também foi marcado por diversas descaracterizações no centro histórico, com a demolição e reformas de edificações históricas, bem como o surgimento de prédios irregulares com mais de dois pavimentos, indo mais uma vez contra as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor (2007), que determinava o limite máximo de dois pavimentos no centro da cidade. Tais descaracterizações impactaram diretamente na paisagem

[34] O Curta Taquary é um festival de curta metragens nacionais e internacionais realizado na cidade de Taquaritinga do Norte, no Agreste de Pernambuco, desde 2005. Além das exibições de filmes, que visam incentivar a produção independente e oferecer retratos de todos os estados do Brasil e de países da América Latina, a programação conta com ações de formação voltadas para diferentes técnicas do cinema.
[35] https://www.youtube.com/watch?v=yeN6L7lXUn4
[36] https://www.instagram.com/p/C4ydw55rKNB/

local, pois além da agressão às edificações históricas, os prédios de três, quatro ou mais pavimentos formaram uma barreira visual impedindo a relação harmônica que existem entre as serras e a morfologia urbana (Figura 53).

Figura 53: Prédio com mais de 2 pavimentos no centro histórico de Taquaritinga do Norte

Fonte: Arquivo da autora, 2020.

Nesse contexto, também pode-se destacar as atuações do Projeto Quem cuida Tem[37], que visa democratizar o entendimento e a valorização do patrimônio cultural nortetaquaritinguense. As atividades desenvolvidas por essa iniciativa acontecem de diversas formas, desde educação patrimonial com apresentação de palestras nas escolas, oficinas à deriva na cidade, buscando refletir sobre o espaço urbano, práticas artísticas (principalmente em grafite) em áreas precárias do município, produção e direção de artes visuais, etc.

Dentre tantos conflitos levantados pela população e pelas organizações citadas, outro fator crítico que vem acontecendo nos últimos 10 anos é o alto índice de exploração de água potável da Serra de Taquaritinga. Isso se deve principalmente à abertura de poços d'água dos lençois freáticos que se encontram em propriedades privadas e tem como objetivo a comercialização desordenada dos afluentes. Ainda mais crítico é que a maioria das empresas que comercializam estas águas além do custo alto, sendo uma média de R$ 200,00 a carga de um caminhão de 9m³, estão exportando para regiões vizinhas o que vem causando um déficit de água no próprio município e consequentemente o desequilíbrio ecológico e o empobrecendo do solo.

[37] Projeto sem fins lucrativos idealizado por esta pesquisadora. Conferir Apêndice B.

Ao final de 2021, após um longo período de revisão do Plano Diretor Municipal, que foi iniciado em 2017, na gestão do Prefeito Ivanildo Mestre Bezerra[38], foi aprovado um novo documento baseado no diagnóstico atual do município. O processo de revisão contou com o apoio técnico do Governo de Pernambuco, por meio da Agência CONDEPE/FIDEM, com a contratação da arquiteta e urbanista Thaís Rubens e formação do núcleo gestor local[39].

A partir do extenso volume de revisão, que contou com um diagnóstico mais detalhado que o PD anterior, notou-se que algumas alterações foram feitas no que corresponde à definição de zonas. Destacam-se: a identificação da Macrozona de Ambiente Natural (MAN) que foi definida conforme as macrozonas já estabelecidas no Plano Diretor anterior. E a Macrozona do Ambiente Construído (MAC) que foi dividida em três zona: Zona de Ambiente Construído Consolidado (ZAC), a Zona de Estruturação Urbana (ZEU), e as Zonas Especiais (Zona Especial de Interesse Produtivo - ZEIP, Zona Especial Histórico e Cultural – ZEHC e Zona Especial de Preservação Ambiental - ZEPA).

As Zonas de Ambiente Natural (ZAN) permanecem divididas e identificadas conforme suas características geomorfológicas, macrodrenagem e ocupação do solo. Dentre elas se apresenta a ZAN Serra da Taquara que foi definida e estabelecida diretrizes e ações voltadas para a mesma, conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Zona do Ambiente Natural - (ZAN) Serra da Taquara

10.7 Zona do Ambiente Natural - (ZAN) Serra da Taquara			
Zona do Ambiente Natural (ZAN)	Situação Atual	Diretrizes	Ações
ZAN Serra da Taquara	Compreende a região da sub bacia do riacho da Bica, onde localiza-se a Serra de Taquaritinga. Caracteriza-se pela combinação de elementos que fazem dessa área um lugar diferenciado no território municipal pela altitude elevada; presença de morros íngremes; vales úmidos de altitude, matas remanescentes e, sobretudo, floresta em regeneração/ "sítios"; e por configurar um quadro de elevada fragilidade ambiental, o que torna necessária a adoção de manejo cuidadoso, adequado e buscando garantir a	— Recuperar áreas degradadas, em especial áreas de preservação permanente, garantir padrões sustentáveis de ocupação e de sustentabilidade. — Fortalecer culturas agro florestais e da atividade turística como âncoras para a preservação ambiental e da cobertura vegetal da serra	• Criar a Unidade de Conservação da Serra da Taquara e elaborar plano de manejo; • Conter da expansão urbana da sede e povoados localizados nesta área, em especial Mateus Vieira; • Recuperar áreas degradadas em especial Áreas de Proteção Permanente (Código Florestal); • Garantir padrões sustentáveis de ocupação e assegurar a proteção da paisagem e do meio ambiente; • Apoiar o cultivo de pequeno porte e de produção local e ao cultivo agroflorestal; • Restringir o avanço das atividades agrícolas convencionais; • Avaliar a capacidade e estruturação dos atrativos naturais e construídos (mirantes,

[38] Atual prefeito do município de Taquaritinga do Norte, Partido PSB. Gestão de 2018-2021/2021-2024.
[39] Esta pesquisadora participou ativamente do processo de revisão, estando presente nas reuniões e articulando junto a sociedade civil pautas importantes sobre a conservação da Serra de Taquaritinga.

	preservação das características locais.		trilhas, áreas para esportes radicais, etc.) para a apropriação pela atividade turística; • Promover melhoria das estradas serranas com pavimentação de trechos críticos (apenas de faixas de rolamento).

Fonte: Plano Diretor Municipal de Taquaritinga do Norte, 2021.

Apesar da inversão de nomenclatura, no qual o Plano Diretor (2007) apresentava a Macrozona da Serra de Taquaritinga e na versão 2021, se apresenta como ZAN Serra da Taquara a caracterização da área e sua importância como um lugar peculiar e de elevada fragilidade ambiental seguem igualmente descritas. Importante citar que na Revisão foram estabelecidas as diretrizes e ações que visam a conservação da Serra de Taquaritinga através da criação de Unidade de Conservação e Plano de Manejo.

Destaca-se ainda as áreas de Preservação Permanentes (APP), definidas pelo Código Florestal Brasileiro, Lei Federal Nº. 4.771/65 que abrange as áreas com presença de recursos hídricos, serras e maciços vegetais a serem protegidos da ocupação urbana e direcionados à exploração sustentável, conforme se apresenta no Quadro 4 (Plano Diretor, 2021).

Quadro 4: Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA

10.14 Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA			
Zonas Especiais	Situação Atual	Diretrizes	Ações
Zonas Especiais de Preservação Ambiental - ZEPA	Compreendem as APPs (Código Florestal Lei nº 12.651/2012), áreas reservadas a instalação de Parques Urbanos, áreas de morros e serras, de valor ambiental e paisagístico e de fragilidade ambiental.	— Estimular a participação da sociedade nas ações de controle e valorização do meio ambiente; — Assegurar a preservação das áreas de reconhecido valor ambiental, buscando a conservação da biodiversidade e os ecossistemas naturais; — Viabilizar a implantação de ações no setor de saneamento básico; — Garantir oferta de recursos naturais para atender as demandas atuais e futuras de desenvolvimento, assegurando padrões sustentáveis de qualidade ambiental; — Elaborar plano específico para implantação de parques urbanos e instalação de mobiliário urbano compatíveis com as características ambientais da zona — Fortalecer as estruturas de controle ambiental, objetivando o equilíbrio do ecossistema e padrões sustentáveis de qualidade de vida da população; — Incentivar com atividades ecológicas e turísticas, compatíveis com a proteção da paisagem;	VER QUADRO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Fonte: Plano Diretor Municipal de Taquaritinga do Norte, 2021.

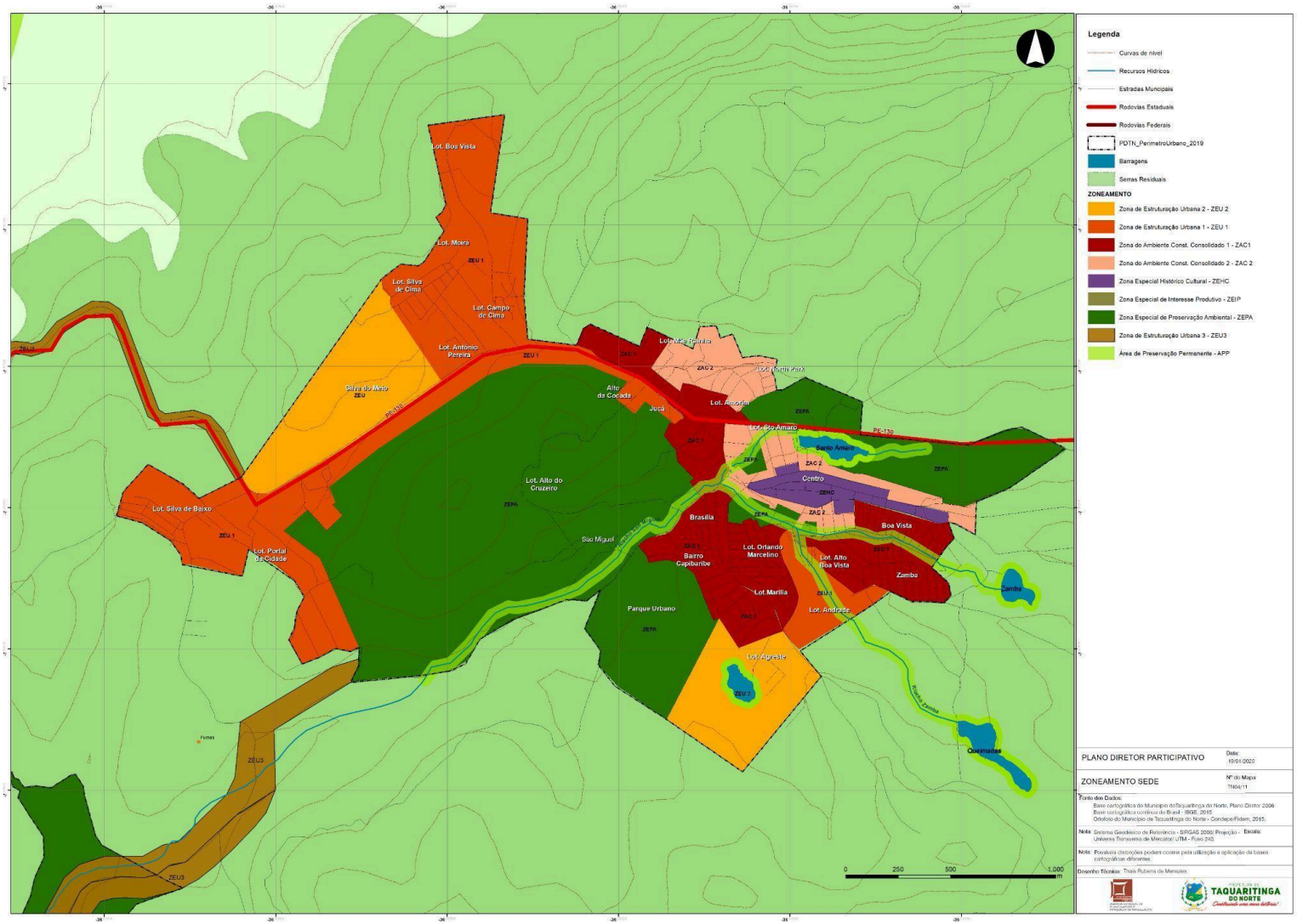
Como parte da ZAN Serra da Taquara, o tecido urbano que corresponde à sede do município é dividido por oito Zonas e áreas de APP conforme pode ser observado no Mapa de Zoneamento, Figura 54. Dentre as Zonas estabelecidas se apresenta a Zona Especial Histórica e Cultural - ZEHC, definida como um área de valor histórico, cultural e de paisagem, trazendo uma série de diretrizes conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5: Zonas Especiais Histórica e Cultural - ZEHC

10.15 Zonas Especiais Histórica e Cultural - ZEHC			
Zonas Especiais	Situação Atual	Diretrizes	Ações
Zonas Especiais Histórica e Cultural - ZEHC	Caracteriza-se pelo valor Histórico Cultural e de paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de Gravatá do Ibiapina	— Manter o traçado urbano, pavimentação original e a tipologia predominante; — Incentivar a instalação de atividades culturais usos de apoio turístico e habitação; — Preservar, manter e conservar as características arquitetônicas originais, no que se refere a implantação no solo, volumetria, composição de fachadas, manutenção dos telhados e suas empenas; — Análise Especial de reformas, novas construções e acréscimo de pavimentos, devendo ser garantido as orientações do item III citado anteriormente; — Controlar a verticalização para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 2 (dois) pavimentos (térreo+1), sendo o segundo pavimento construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote. — Manter as características de conjunto edificado histórico cultural, não sendo permitido que elementos construtivos como, varandas, balcões entre outros extrapolem a linha da fachada que se encontrar na testada da rua. — Desenvolver o Plano de Conservação Integrada do Patrimônio Histórico, Cultural e da Paisagem; — Definir mecanismos de arrecadação e ativar o Fundo de proteção do patrimônio cultural que deverá orientar seus recursos para a Preservação, conservação e recuperação do Patrimônio Histórico Cultural de Taquaritinga do Norte.	VER QUADRO DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Fonte: Plano Diretor Municipal de Taquaritinga do Norte, 2021.

Figura 54: Mapa de Zoneamento Sede



Fonte: Plano Diretor Municipal de Taquaritinga do Norte, 2021.

Apesar da efetiva participação popular para construção da Revisão do Plano Diretor Municipal de 2021, que debateu pautas importantes a respeito da conservação da Serra de Taquaritinga, o trâmite para aprovação pelo poder Legislativo foi totalmente de encontro a legitimidade e conquista da população na construção democrática do documento que tem como pilar fundamental a participação da mesma. Assim, inclinando-se às pressões dos interesses econômicos, especificamente do setor imobiliário, que teve como representantes proprietários de edificações no centro da cidade e corretores de imóvel, os vereadores Ronaldo César, José Ademir (presidente à época da Câmara de Vereadores), Geovane Cézar, José Eraldo, Alexandre Tietre e Amilton Cícero propuseram emendas ao Plano Diretor (2021) que foram aprovadas por maioria e deferido pelo Prefeito Ivanildo Mestre[40].

Notadamente a Emenda Modificativa nº 003/2021 (Anexo C), que altera os parágrafos 1º e 5º do artigo 73, estabelecendo a liberação de recapeamento asfáltico[41] e permitindo a construção de edificações com até 3 pavimentos no centro histórico e Emenda Aditiva nº 001/2021 (Anexo C), que determina a flexibilização de modificações parciais e totais das edificações históricas do centro da cidade e define compensações financeiras aos infratores que construíram edificações em desacordo com o Plano (2007); Tais emendas são diametralmente opostas aos anseios da população - que, por meio de uma construção democrática, pensaram e elencaram critérios de planejamento urbano para os próximos 10 anos - ferindo o princípio da participação popular e maculando o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Analisando a aplicabilidade desse instrumento, foi identificado a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, instituído em novembro de 2021 através da Portaria nº 371/2021 e composto por representantes de diversas áreas profissionais[42], pela gestão municipal, pelo poder legislativo, pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco e pelo CONDEPE-FIDEM. O conselho aprovou o Estatuto e segue vigente, no entanto desde o final do ano de 2023, não são realizadas reuniões.

---

[40] O Plano Diretor foi aprovado com as emendas propostas no dia 29 de outubro de 2021 através da Lei nº 2046/2021. Disponível em: https://www.taquaritingadonorte.pe.gov.br/utils/planodiretor/lei.pdf .

[41] A execução do projeto de recapeamento asfáltico no centro histórico de Taquaritinga do Norte foi embargada pelo Ministério Público, no ano de 2018 e segue em tramite. Acompanhar matéria em: <http://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/10280-mppe-obtem-decisao-judicial-para-proteger-o-sitio-historico-de-taquaritinga-do-norte>.

[42] Esta pesquisadora compõe o conselho de Desenvolvimento Urbano como membro titular no segmento de Arquitetura e Urbanismo.

Importante destacar que recentemente foi proposta a criação de uma APA[43] que abrange áreas significativas da Serra de Taquaritinga. Essa iniciativa partiu da necessidade de conservação de uma área que resguarda grande riqueza biológica, paisagística e cultural, inserida no bioma de Brejo de Altitude de Taquaritinga do Norte. Com uma área que corresponde a aproximadamente 539 hectares, a APA Cumbe/Várzea Grande/Conceição (Figura 55), tem como objetivo proteger os atributos bióticos, estéticos e culturais identificados como de grande importância para a qualidade de vida da população. O produto desenvolvido está em trâmite para aprovação na Câmara Municipal, no entanto, foi constatado que há resistência por parte de alguns vereadores o que tem dificultado a consolidação desta até o momento.

Figura 55: Delimitação da APA Cumbe/Várzea Grande, Conceição

Fonte: David Peebles, 2024.

Desse modo, com o que se apresentou nos itens anteriores, sobre os aspectos geomorfológicos da Serra de Taquaritinga e o contexto histórico de ocupação que revelaram duas camadas importantes da paisagem, foi possível perceber a necessidade de ordenação da cidade que, mesmo desenvolvendo uma política voltada ao planejamento e manejo dos recursos naturais, com o Plano de 1970, na prática este "instrumento" não foi aplicado, realidade essa que pode ser verificada principalmente pelo fato da cidade continuar se expandindo nas encostas da serra, sem as devidas limitações, contrapondo com as políticas de proteção que foram estabelecidas.

[43] A APA é uma iniciativa de David Peebles, proprietário da fazenda Yaguara Ecológico, que está localizada em boa parte da área proposta.

É perceptível também que a gestão municipal, além de negligenciar a Serra de Taquaritinga, sem a devida manutenção das camadas significativas da paisagem e sem o controle e fiscalização da expansão desordenada, é omissa quanto aos danos já evidentes que a Serra vêm enfrentando, comprometendo o meio ambiente ecológico, o modo de vida e as tradições que são tão caros aos habitantes e visitantes, como mencionados.

Nesse contexto, retomando o que se apresentou no terceiro capítulo, sobre as instituições de proteção das paisagens no âmbito estadual, tem-se uma síntese das ações e/ou políticas de conservação da paisagem direcionadas para a Serra de Taquaritinga com o intuito de elucidar que tais direções ainda não foram capazes de sanar tantos conflitos identificados nesta terceira camada da paisagem da Serra de Taquaritinga (Quadro 6).

Quadro 6: Síntese das ações/políticas de conservação da Paisagem voltadas à Serra de Taquaritinga

Ações/políticas de conservação da Paisagem - Serra de Taquaritinga				
Instrumentos	Órgãos	Âmbito	Legislação	Atuação/Gestão em Taq. do Norte
Tombamento/ Inventário	Iphan Fundarpe	Estadual	Lei	Sem atuação (a paisagem é desconsiderada)
Plano Diretor	Condepe/ Fidem Prefeitura Câmara Municipal	Estadual/ Municipal	Lei Municipal n° 2046/2021	Tem diretrizes voltadas para o município mas, são negligenciadas
UC/APA Brejos e Serras do Capibaribe	CPRH	Estadual	Decreto Estadual nº 49.976, em 16 de dezembro de 2020	Tem diretrizes voltadas para o município mas, são negligenciadas
APA Cumbe Várzea Grande Conceição	Particular (iniciativa de moradores locais)	Municipal	Na pauta legislativa para aprovação	Em desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Foto: George Cabral, 2018

5 OS ATRIBUTOS E SIGNIFICADOS DA PAISAGEM

Tendo em vista que esta pesquisa definiu como objetivo geral evidenciar os atributos da paisagem da Serra de Taquaritinga, foram adotados alguns passos para se alcançar essa premissa. Primeiramente foi estabelecida uma metodologia de apreensão das camadas da paisagem, como apresentado no capítulo anterior, em que ao longo das leituras foram se desvelando os atributos mais significativos da paisagem. Em seguida foram realizadas entrevistas a especialistas, essa etapa contou com a consolidação dos atributos percebidos pela autora ao longo da pesquisa. Por fim, foram selecionados alguns olhares artísticos que atribuem significados à paisagem da Serra, estes significados também contribuíram para evidenciar os atributos identificados.

Para a etapa de consolidação dos atributos, foram realizadas interlocuções semiestruturadas com três especialistas que residem, frequentam e/ou vivenciam a paisagem em questão, possuindo, desse modo, uma visão mais sensível e fidedigna acerca da mesma. A fim de elencar os atributos, foi aplicado um questionário[44] composto de perguntas objetivas e subjetivas. Como critério para a escolha dos especialistas, foram selecionadas três áreas com visões técnicas específicas: um especialista em patrimônio cultural[45], um especialista em planejamento urbano regional[46] e um especialista em planejamento agrícola regional[47].

As entrevistas foram realizadas presencialmente com os especialistas residentes de Taquaritinga do Norte e através de vídeo chamada com o entrevistado que reside em Recife. Em um primeiro momento foi indicado o tema da pesquisa e o objetivo da entrevista. Em seguida, foi apresentado o recorte espacial da área de estudo, por meio de mapas e imagens, e solicitado aos entrevistados citar pelo menos cinco atributos significativos da paisagem da Serra de Taquaritinga. Por fim, foi requerido que em uma frase os participantes pudessem dizer o que a Serra de Taquaritinga representava para eles.

[44] Questionário disponível no Apêndice A.

[45] A entrevistada é mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE, na linha da conservação Integrada e reside em Taquaritinga do Norte. Também é militante na causa de conservação da Serra de Taquaritinga e faz parte do Projeto Quem Cuida Tem.

[46] O entrevistado além de especialista de Planejamento Urbano Regional é proprietário do Yaguara Ecológico, a maior fazendo voltada para a agrofloresta na Serra de Taquaritinga.

[47] O entrevistado especialista em Planejamento Agrícola Regional é servidor do Estado, tendo participado das duas elaborações do Plano Diretor Municipal (2007 e 2021) como equipe técnica do Condepe/Fidem, além de ser uma visitante que frequenta constantemente a Serra de Taquaritinga.

A partir disso, as fichas com as seleções dos atributos e as frases respondidas foram transcritas pela pesquisadora e podem ser consultadas no Anexo A. Por meio dos dados obtidos e da análise conjunta com a pesquisa histórico-iconográfica feita anteriormente, foram identificados **doze atributos** mais significativos da paisagem. Estes foram sistematizados e agrupados em três categorias conforme o Quadro 7.

Quadro 7: Síntese dos atributos da Paisagem da Serra de Taquaritinga

ATRIBUTOS DA PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA			
ENTREVISTADO/ CATEGORIA	***ATRIBUTOS FÍSICOS***	***ATRIBUTOS BIOLÓGICOS***	***ATRIBUTOS ANTRÓPICOS***
Especialista em Patrimônio Cultural	Serras Açude Santo Amaro Neblina/clima	Cobertura vegetal Café arábica típica	Centro histórico (Casario, praças e Igreja)
Especialista em Planejamento Urbano Regional	Serras Perfil Arquipélago da Borborema (final da tarde)	Policultura Floradas Pássaros	Praças central
Especialista em Planejamento Agrícola Regional	Rampa do Pepê/ Serra da Taquara	Vegetação/ Floresta	Casario, Praças (miolo central) Igreja de Santo Amaro
Pesquisadora[48]	Nascentes de água, Solo, Topos das Serras	-	-
Síntese dos Atributos	Serras, Recursos hídricos, Solo, Clima, Vistas	Flora, Fauna, Policultura	Centro histórico (casario, praças e igreja)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

[48] A pesquisadora apenas acrescentou as lacunas que correspondiam aos atributos físicos considerados significativos a partir da leitura da paisagem feita no capítulo 4.

Tomando como base o que apresentam Sá Carneiro e Silva (2012), a primeira categoria corresponde aos **atributos físicos,** referentes aos aspectos da geodiversidade (serra, clima, solo, recursos hídricos e vistas); a segunda categoria compreende os **atributos biológicos,** referentes a biodiversidade (flora, fauna e policultura); e a terceira categoria aborda os **atributos antrópicos** referentes aos produtos da ação humana (centro histórico, casario, igreja e praças).

Os **atributos físicos** dizem respeito às características geomorfológicas mais evidentes da Serra, com as formações de vales e elevações formando uma topografia ondulada peculiar. Esta característica está intimamente associadas com os outros atributos citados, como os recursos hídricos, que são características presentes nas encostas e topos serranos, as vistas deslumbrantes que se tem a partir dessa topografia, bem como, o clima frio que é um condicionante da altitude e do posicionamento da serra que recebe os ventos do sudoeste.

Importante destacar que um dos entrevistados citou atributos físicos associados a atributos imateriais e que esta pesquisadora optou por apresentá-los sem induzir ou reduzir as respostas. Sendo assim, o que corresponde ao Perfil Arquipélago da Borborema ao final da tarde, o entrevistado quis trazer a vista que se tem da Serra de Taquaritinga, na qual, é possível contemplar no horizonte o relevo que corresponde ao Planalto da Borborema, sendo um verdadeiro espetáculo natural ao pôr do sol no fim da tarde (Figura 56).

Figura 56: Perfil do Arquipélago Borborema no final da tarde vista da Serra de Taquaritinga

Fonte: George Cabral, 2016.

Na categoria dos **atributos biológicos**, é citado prioritariamente a cobertura vegetal - correspondente a presença de mata atlântica - que é um elemento compositivo muito significativo da paisagem e que juntamente com os elementos topográficos, climáticos e edáficos, constituem uma cadeia natural de grande relevância para a biodiversidade. A Serra de Taquaritinga se apresenta como um verdadeiro berço biogenético, no qual podem ser encontradas como apresentadas no cap. 4, uma diversidade incalculável de árvores de grande e médio porte, merecendo destaque para a resposta de um dos entrevistados, no qual é citada a atividade tradicional da policultura, que caracteriza fortemente a identidade e modo de vida dos habitantes contribuindo ainda para a conservação da floresta, pois o cultivo se desenvolve em meio às densas matas.

A Serra também é um importante habitat da fauna, que apesar de se ter a presença de uma grande diversidade de animais, o que é citado como atributo é a convivência marcante dos pássaros nesse habitat, e novamente se vem acompanhado do atributo imaterial, o canto dos pássaros, identificando a intrínseca relação do ser humano com o meio natural, ambos homem-passarinho coexistindo no mesmo espaço. Desse modo, as matas da Serra de Taquaritinga representam uma área de grande valor ecológico não só para o município, mas para o estado de Pernambuco, o Brasil e o mundo, pois nela estão abrigados grande riqueza florística e faunística primordiais para o equilíbrio e a qualidade de vida no planeta Terra.

Por fim, os **atributos antrópicos** foram unanimemente representados pela área que corresponde ao núcleo original de ocupação da sede - o centro histórico. Caracteriza-se como um eixo que se desenvolveu nas encostas da Serra da Taquara a uma altitude de 775 metros, o que lhe confere um caráter estético de grande beleza. Seu traçado urbano original (em forma de miolo) se mantém com a disposição das seguintes ruas: Dom Moura, Professor Luis Carlos, Cel. Vigário Tejo, Agamenon Magalhães, Padre Berenguer, Aluizio Silvino Pereira, Duque de Caxias, Dom Moura, Cel. Vigário Tejo, Antônio Ferreira e Severino Tavares.

No centro estão localizados equipamentos importantes como a Igreja Matriz Santo Amaro, que teve caráter histórico significativo na formação e desenvolvimento da cidade, além de representar fortemente a cultura de caráter religioso da população. O conjunto das praças do miolo central, que são o cartão postal da cidade, atraindo visitantes de todos os lugares especialmente nos fins de semana e feriados, também são o espaço de convivência da comunidade que realiza diversas celebrações artísticas e culturais durante todo o ano, a exemplo da Festa de Santo Amaro, dos desfiles de 7 de setembro, do Festival Curta Taquary

de Cinema[49], do Festival Café Cultural, dentre outros. Apesar do centro histórico ter passado por significativas descaracterizações ao longo do tempo, principalmente no que corresponde ao conjunto arquitetônico, ainda é possível encontrar uma quantidade significativa de casas históricas que compõem o casario, principalmente as que estão concentradas entre a rua Cel. Vigário Tejo e Agamenon Magalhães.

Para a interpretação dos significados da paisagem, além do olhar dos entrevistados, foram acessados documentos e acervos pessoais de artistas locais que revelassem a importância dos atributos mencionados para a identidade e memória dos nortetaquaritinguenses. Foram selecionados quatro olhares artísticos de segmentos diferentes, sendo um pintor[50], um compositor de música[51] e dois poetas[52]. É importante destacar que a identificação dos atributos partiram de uma visão integrada da paisagem considerando seus componentes naturais e culturais conjuntamente.

O entrevistado que reside em Recife, aponta para o olhar de um visitante ao relatar que,

> Taquaritinga: natureza exuberante! Conforto para a alma, "colírio" para os olhos! Em cada estada volto para casa revigorado. Taquaritinga: Conjunto harmônico entre a natureza, com suas serras e sua arquitetura. Esse casamento me encanta! (Q02)

Já o entrevistado que reside em Taquaritinga, revela:

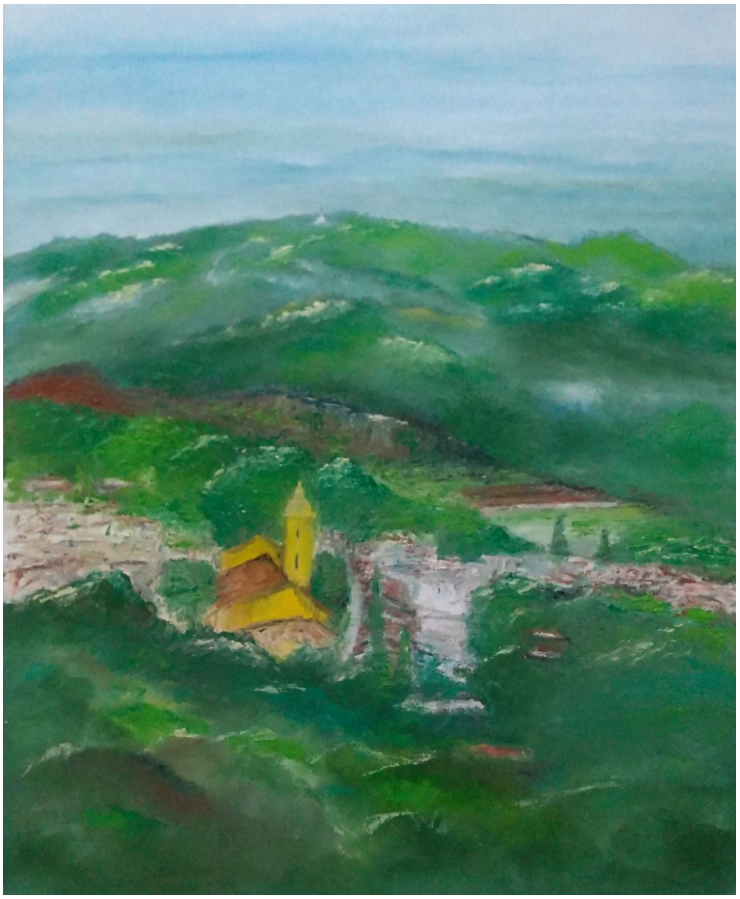
> A Serra de Taquaritinga é uma mistura rica de fauna, flora, construções e dinâmicas socioculturais diversas. É como uma pintura pincelada pelo horizonte, pela vegetação, pelas casas e pessoas. Uma composição paisagística única e notável para a memória. Mas que, infelizmente, já apresenta sinais impactantes de descaracterização. (Q01)

Nas pinturas selecionadas, o olhar do artista revelou principalmente os atributos físicos e antrópicos. Na Figura 57, pode-se perceber a característica marcante da composição das serras verdes de Taquaritinga se fundindo com a malha urbana e a imponência da Igreja Matriz Santo Amaro com seu campanário. Na Figura 58, se tem uma imagem histórica revelando a composição da paisagem a partir da conformação do vilarejo em meio às matas

[49] Na edição deste ano (2024), o Curta Taquary produziu um curta metragem que retrata os atributos mencionados ao longo da pesquisa, intitulado "Encantos da Taquara", disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=Mkcezu-A3yM>.
[50] Foram selecionadas duas pinturas em tela a óleo do artista local Jurandir Coelho.
[51] Hino de Taquaritinga do Norte, letra e música de Rafael de Lemos Araújo.
[52] Foi selecionado um poema do artista José Eleutério de Araújo, e um poema de Nezinho Santos, ambos do livro Fragmentos da História Norte Taquaritinguense, (Araújo, 1991 p. 94, 213).

das serras, merece destaque a localização e imponência da igreja confirmando seu caráter estruturador na composição do tecido urbano.

Figura 57: Pintura em tela, Serra de Taquaritinga



Fonte: Jurandir Coelho, 2019

Figura 58: Pintura em tela, releitura de Taquaritinga em 1970

Fonte: Jurandir Coelho, 2019

Na letra do Hino de Taquaritinga, o olhar do compositor revela a intrínseca relação dos habitantes com a Serra (meio natural) através dos atributos **físicos** e **biológicos** identificados pelos entrevistados, o que confirma a importância destes para a identidade e memória dos habitantes.

A quem chega aos **céus da Taquara**
Logo a **brisa** ameniza o calor
E avistando esta **verdura rara**
Esse oásis de grande valor
Reconhece de Deus a bondade
Gentileza do seu coração
Pois que as **fontes** da cidade
Abastecem de **água** o sertão.

Água aqui, **fruta** ali
Gado e **café**,
Tuas **flores** e mais a nobreza
Do teu povo de raça e de fé

Encravada bem na caatinga,
Tens na **altura** o fator de exclusão,
Do teu nome oh Taquaritinga
O Tupi vem nos dar a lição:

Da taboca se fez o instrumento
Com que o índio louvava Tupã,
Inspirando o sentimento
Dos que fazem o Brasil de amanhã

Refrão

Teu bom **clima**, teu céu sempre claro,
Que o turismo veio descobrir,
Tuas festas ao bom Santo Amaro,
Com as promessas que vêm cumprir,
São o orgulho da nossa **cidade**,
A grandeza de nosso torrão,
Pois pequena, na verdade
És bem grande em nosso coração.

Refrão

(Composição, Rafael de Lemos Araújo)

Importante destacar que a partir do Hino, é identificada a influência dos povos indígenas na composição da primeira camada da paisagem da Serra de Taquaritinga, revelando ainda que discretamente, essa importante herança histórica e identitária.

Já pelo olhar dos poetas, é possível identificar atributos que revelam a afetividade, o reconhecimento e o pertencimento dos habitantes com a Serra de Taquaritinga. No poema Evocação de Nezinho Santo (1961), é possível compreender a paisagem da Serra de Taquaritinga como o território produzido e habitado pelas sociedades, que mantêm uma relação harmoniosa com a natureza e lhe atribuem significados. Este poema em especial, traduz o entendimento da paisagem como patrimônio cultural.

atributos físicos atributos biológicos atributos antrópicos

Serras verdes de **águas** azuis,

Um céu transbordante de luz,

E no **alto da serra** – TAQUARITINGA.

Como relíquia preciosa engastada em **relicário verde**.

Pacata, pequenina e pitoresca.

Escondida, fugindo à profanação ruidosa dos grandes centros.

Postada a 785 metros de **altitude**, respirando ar puro,

impregnado do cheiro gostoso de **laranjeira e cafeeiro** – é

TAQUARITINGA

(Nezinho, 1961, *apud*. Araújo, 1992, p. 94, **grifo nosso**).

O poema Exaltação a Taquaritinga de José Eleutério, apresenta fortemente os significados dos atributos antrópicos, ao buscar descrever como a cidade de Taquaritinga apresenta uma paisagem peculiar por ter uma localização privilegiada entre as serras e a natureza. Neste poema são revelados os atributos referentes a fauna, que até então não haviam sido mencionados. Como representante da fauna o poeta traz o pirilampo, um vaga-lume que era muito comum na Serra, mas que hoje encontra-se em risco de extinção.

Dorme tranquila, a cidade onde nasci.
Sobre a **chapada da Serra da Taquara**.
Entre **muralhas de montanhas verdejantes**.
Qual **oásis** em meio ao seara.
Entre dois regatos de **água cristalina**.
Que mais parecem dois fios de prata.
A deslizarem com toda sutileza,
Num mavioso cântico de glória
Ao divino artesão da natureza,
Umas dezenas de ruas,
A linda **matriz de Santo Amaro**,
O **cruzeiro**, sentinela da cidade
E, o **açude** quase centenário,
Vai crescendo pendurada nas **colinas**,
Mais uma rua, mais uma casa se levanta,
Mais uma luz se acende
Mais um romance termina;
Minha **cidade** Tudo é mais belo em teu seio,
O teu sol tem mais calor,
O teu céu tem mais estrelas,
E, mais perfume em cada **flor**;
Teus pequenos **pirilampos**
Com lanterninhas azuis
Enchem de graça os teus **bosques**,
Com o seu bailado de luz
São operários divinos,
Que rasgam da noite o véu,
Para mostrar que de fato,
És um **subúrbio** do céu,
E, cada lua que desponta,
Enchendo a terra de luz,
Te encontra sempre mais forte,

Crescendo à sombra da cruz
E a verde placidez de tuas **matas**,
A pujança de tua juventude
O sorriso de cada criança,
Reflete teu futuro glorioso,
De progresso, de paz e esperança.

(José Eleutério. apud. Araújo, 1992, p. 213, **grifo nosso**)

O conjunto de atributos da Serra de Taquaritinga, aqui apresentado, traduz importantes significados desse lugar que precisam ser reconhecidos e protegidos. Esse arcabouço que partiu de um extenso estudo bibliográfico, iconográfico e cartográfico, também contou com entrevistas e uma coletânea de trabalhos artísticos realizados por residentes locais, podendo ser utilizado como ponto de partida para novos estudos. Tendo isso em mãos, é possível afirmar que a Serra de Taquaritinga se configura como um bem cultural, que deve contar com políticas e estudos para a sua conservação, visando a sua tutela e garantindo a sua perpetuação na memória coletiva da população.

Foto: George Cabral, 2015

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do conceito de paisagem é sempre muito instigante e desafiador. Por se tratar de um conceito abrangente e multidisciplinar, a pesquisa buscou trilhar um caminho de entendimento a partir do campo da geografia humana, ao identificar que a paisagem é um produto das sociedades. Compreendê-la implica um esforço em considerar que a ação conjunta da natureza e da cultura conformam a paisagem, em um incessante movimento, transformação e simbiose da materialidade e imaterialidade.

A paisagem lançada sobre a ótica patrimonial, percorre uma longa trajetória através das cartas e das recomendações que consideram seus diversos aspectos (natural, estético, ambiental, cultural). Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que, embora estes documentos se apresentem como um avanço contínuo acerca da importância do reconhecimento da paisagem como um bem passível de tutela, não alcançam mecanismos para assegurá-la.

Com a expansão dos debates acerca da paisagem no âmbito internacional, a paisagem foi incorporada pela UNESCO como bem passível de proteção a partir da categoria de Paisagem Cultural. Este instrumento, no entanto, reconhece apenas os sítios que expressem valor universal excepcional. Fato que o torna um meio distante para o reconhecimento de paisagens locais ou de pouca repercussão mundial, mas que traduzem grande riqueza de significados, como é o caso do objeto empírico desta pesquisa.

A CEP, por sua vez, reconhece a paisagem como elemento importante para a qualidade de vida da população e, portanto, engloba as paisagens da vida cotidiana - urbanas ou rurais. Ainda que não seja um instrumento, a CEP através de suas políticas de paisagem, que propõem a proteção e gestão das paisagens nas escalas nacional, regional e local, tem influenciado mecanismos exitosos no que diz respeito ao reconhecimento das paisagens como bem cultural.

No âmbito brasileiro, apesar da tentativa de aplicação de um instrumento legal de conservação da paisagem, a exemplo da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, ainda não existe uma legislação específica de proteção que considere as dimensões natural e cultural da paisagem em conjunto. No panorama estadual, a pesquisa analisou três órgãos responsáveis pela proteção da paisagem, a 5º superintendência do Iphan, a Fundarpe e a CPRH. Dentre suas respectivas práticas institucionais, a que mais tem se direcionado para a conservação da

paisagem é a CPRH, através da criação das APA's que reconhecem os atributos físicos, biológicos e antrópicos das paisagens. Contudo, quanto à efetividade de gestão e proteção, o órgão ainda apresenta fragilidades, principalmente pela ausência de mecanismos que sejam adotados conjuntamente pelos órgão locais, a fim de consolidar a conservação da paisagem dessas áreas.

Ao investigar a Serra de Taquaritinga, localizada no município pernambucano de Taquaritinga do Norte, a pesquisa lançou um olhar para uma paisagem singular, marcada fortemente pelas formações montanhosas e presença de mata atlântica, na qual também está inserido o sítio urbano da sede municipal. Por vivenciar esse meio, esta pesquisadora demonstrou a inquietude de levantar possibilidades de reconhecimento e proteção da paisagem da Serra de Taquaritinga como patrimônio cultural. A metodologia utilizada não pretendeu limitar tais possibilidades de reconhecimento, pois como preconiza Dardel (2011), a paisagem é uma janela sobre possibilidades ilimitadas, podendo ser posteriormente apresentados novos caminhos e metodologias sobre esta mesma paisagem.

Cabe pontuar que para a realização da pesquisa, diante as adversidades enfrentadas nos últimos anos com a pandemia da Covid-19 e a nova vivência remota, foram necessários realizar ajustes para a execução das etapas metodológicas, o que de certa forma impossibilitou uma análise mais abrangente com a população local, precisando ser trilhado caminhos possíveis e seguros para o momento vivido.

Ao buscar uma sensível leitura das três camadas da paisagem da Serra de Taquaritinga foi possível observar a espacialização da identidade do lugar, que mesmo enfrentando sérios conflitos ainda resguarda características singulares que permanecem como herança cultural para as gerações futuras. Desse modo, é perceptível que os elementos físico-geográficos e naturais condicionaram e condicionam o modo de vida e as tradições locais, que apresentam fortes características de ruralidade. Como bom exemplo, tem-se a cultura do café e da policultura, que estão no cerne das atividades agrícolas dessa região e nos últimos anos têm ganhado especial atenção dos habitantes e turistas. Essa cultura inclusive tem demonstrado um papel fundamental para a manutenção e conservação da paisagem da Serra.

Também foi analisado um panorama geral da terceira camada da paisagem (a paisagem contemporânea) a partir das ações humanas sob o território, constatando-se que desde 1972 com o Plano de Desenvolvimento do Município, existia a preocupação em

conservar as áreas vegetadas e de serras, além de direcionar a expansão urbana para setores estratégicos.

Apenas em 2007 foi aprovado o primeiro Plano Diretor Municipal, instrumento que nunca foi de fato aplicado, acarretando sérias descaracterizações no sítio histórico e impactos ambientais de grande proporção, a exemplo dos loteamentos em áreas de floresta e topos de serra e das queimadas. Já o Plano Diretor de 2021, por ser um documento recente, nota-se que vem sendo discutido e aplicado, mesmo que de uma forma ainda muito discreta e pontual, como exemplo tem-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Apesar de se ter o instrumento do Plano Diretor implementado, as ações voltadas para a preservação da paisagem não são seguidas.

Com essas análises foi possível confirmar a hipótese lançada por esta pesquisa: "de que a conservação da paisagem da Serra de Taquaritinga tem sido omitida, desconsiderada ou negligenciada pelos governos estaduais e municipais, reduzindo as possibilidades de seu reconhecimento como patrimônio cultural". Notou-se que os governos estadual e municipal negligenciam a Paisagem da Serra de Taquaritinga pois não utilizam os instrumentos já existentes de forma correta, como também não criam novos mecanismos que assegurem sua conservação.

O órgão estadual de preservação ambiental, CPRH, negligencia a paisagem da Serra de Taquaritinga, pois ainda que se tenha a criação da APA Serras e Brejos do Capibaribe, da qual a Serra faz parte, esse instrumento não atinge os objetivos e diretrizes propostos, já que não há o controle necessário para conservação dos aspectos significativos da mesma. Quanto ao governo municipal, por meio do Plano Diretor (2021), que é o único instrumento legal no qual a paisagem da Serra é considerada, notou-se que existe um sério descaso, uma vez que não há fiscalização da expansão urbana nas áreas de florestas e nos topos serranos, colocando em risco o meio ambiente, o modo de vida e as tradições locais. Evidencia-se que os órgãos estaduais públicos de salvaguarda do patrimônio cultural, a 5º superintendência do Iphan e a Fundarpe, desconsideram esta paisagem, não existindo estudos e medidas de reconhecimento voltados para a mesma.

Por fim, a pesquisa traz a identificação dos atributos e significados da paisagem da Serra de Taquaritinga que perpetuaram ao longo do tempo e fazem parte das referências culturais dos seus habitantes. Estes atributos são resultantes da relação intrínseca das ações do

ser humano com o sítio natural e é a partir deles que se pôde vislumbrar o reconhecimento da paisagem da Serra de Taquaritinga como patrimônio cultural. Desta forma, a pesquisa busca a partir desse ponto de partida subsidiar futuros estudos sobre a paisagem da Serra de Taquaritinga.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

ARAGÃO. Solange. **A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e na legislação brasileira.** Universidade São Judas Tadeu. usjt. arq.urb, número 16, segundo quadrimestre de 2016.

ARAÚJO. Gercino Pereira de; LUCAS, Iracema do Carmo Farias; SANTOS, Lindimaura Tavares; LIMA, Marinalva Barboza dos Santos. **Fragmentos da História Nortetaquaritinguense.** Taquaritinga do Norte-PE.1992.

ARAÚJO. Rafael de Lemos. **Hino do município de Taquaritinga do Norte.** Disponível em: https://www.taquaritingadonorte.pe.gov.br/hino.php.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS - ABAP. **CARTA BRASILEIRA DA PAISAGEM.** São Paulo, outubro de 2012.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: CORREA, 186 Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico**. In: Caderno de Ciências da Terra. No 13. São Paulo: Revista IG-USP, 1971.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BEZERRA, Onilda Gomes. **PAISAGEM E 'VALOR PAISAGÍSTICO': um instrumento de gestão para a conservação patrimonial.** 3° Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Brasil, 1937.

BRASIL. Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais – IPHAN. **Carta de Bagé**. Bagé: 2007.

Carta da Paisagem das Américas. **Seminário de Cultura Mexicana.** Congresso Internacional de Arquitetura da Paisagem da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas - IFLA-Américas. Cidade do México, 28 de setembro de 2018.

COLLOT, Michel. **Poética e Filosofia da Paisagem.** Tradução de Ida Alves et al. 1.Ed. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.4

CONDEPE/FIDEM. **Perfil Municipal de Taquaritinga do Norte**, 2013.

Council of Europe. "**European Landscape Convention**." Report and Convention Florence, 2000. Disponível em: <https://rm.coe.int/16807b6bc7>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de Fontes de Abastecimento por água subterrânea no Estado de Pernambuco. Diagnóstico do Município de Taquaritinga do Norte.** Recife, 2005.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra. Natureza da realidade geográfica**. Perspectiva, 2015.

DECRETO Nº 49.976, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020. **Cria a Área de Proteção Ambiental-APA Serras e Brejos do Capibaribe**. Recife, 2020.

DELPHIM. Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil.** IPHAN. Rio de Janeiro, 2004.

FONTES, Luís. **A passagem do Cometa: Severino Pereira da Silva, pioneiro da industrialização brasileira no século XX.** Rio de Janeiro, 2013.

FREIRE, Luciana Martins. SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Geografia e questão ambiental no estudo de paisagens de exceção: o exemplo da serra de Baturité – Ceará.** Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás - Brasil v. 26 n. 2 p. 129-150 jul./dez. 2006.

FUNDARPE. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Portaria nº 05**, de 24/08/2009.

GONÇALVES, Carla. CURADO, Maria José. **As Políticas da paisagem depois da Convenção Europeia da Paisagem.** Conference: I Colóquio Ibérico de Paisagem – O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico. Lisboa, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. LEI Nº 15.725, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Regulamento da Agência Estadual do Meio Ambiente – CPRH, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Município de **Taquaritinga do Norte – PE, 2010.** Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/taquaritinga-do-norte/panorama>. Acesso em: março de 2018.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural. Paisagem Cultural.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>. Acesso em: 28 de novembro de 2021.

_____. Portaria n° 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural**. Diário Oficial da União, 5 de maio de 2009. Seção 1, p. 17.

_____. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Coordenação da Paisagem Cultural, Brasília - DF, 2011.

_____. Cartas Patrimoniais. **Carta de Veneza (UNESCO, 1964).** Disponível em <www.iphan.gov.br/> Acesso: julho de 2024.

_____. Cartas Patrimoniais. Recomendação Europa. Conselho da Europa (UNESCO, 1995). Disponível em <www.iphan.gov.br/> Acesso: julho de 2024.

LAGE, Laura Beatriz. **Paisagem como ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: "Conservation Through Development".** Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2018. 473 f.: il.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de paisagem.** R. RA´E GA, Editora UFPR. Curitiba, 2004, n. 8, p. 83-91.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. **A contribuição da categoria paisagem cultural à preservação do patrimônio no Brasil e os seus desafios.** In: Anais do 1º Colóquio Ibero Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010, p. 91-103.

METZGER. Jean Paul. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotropical. v1 (n1) BN00701122001, 2001.

MONTE. Edmundo. **História Ambiental do(s) Agreste(s) de Pernambuco: As ações humanas no ambiente natural sob a ótica dos indígenas e dos estudos acadêmicos (Séculos XIX - XX).** Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.23, p.99-125, 2014.

NOGUÉ, Joan. SALA, Pere. GRAU, Jordi. **Os catálogos de paisagem da Catalunha: Metodologia.** Observatório da Paisagem Catalã. Barcelona: ATLL, 2018.

PEREIRA, Danilo Celso. **A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social.** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun.2020 – ISSN- 2177-4129.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL, **Taquaritinga do Norte**, Pernambuco, 2007.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL, **Taquaritinga do Norte**, Pernambuco, 2021.

PORDEUS, R. B. . **A Sazonalidade do Cultivo do Algodão e do Café no Agreste Pernambucano.** In: 6o. Encontro de Geógrafos da America Latina, 1997, Buenos Aires - Argentina. Anais do 6o. Encontro de Geógrafos da America Latina, 1997. v. CD-Rom.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES. Natalício. **Mudança de função nos brejos de altitude pernambucano. Os brejos ontem e hoje.** GEOESTUDOS. Maio de 2014. Disponível em: < https://natalgeo.blogspot.com/2014/01/mudanca-de-funcao-nos-brejos-de.html>. Acesso em: agosto de 2022.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline Figuerôa. **Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais.** ZANCHETI, S. M.; JOKILEHTO, J. (Org). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: CECI. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SALGADO. Marina. **Olhares sobre o patrimônio: a busca de significados da paisagem.** Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Desing da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora da Universidade de São Paulo, - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo, 2006.

SCHWERZ, João Paulo. **Patrimônio e Planejamento: Aproximações a partir da paisagem de Agudo-RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2017. f: 399.

SILVA. Jônatas Souza Medeiros da. **A paisagem do Campo de Jiquiá: patrimônio que revela o Recife do Zeppelin.** Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - UFPE. Recife, 2022.

SILVA. Sidney D. G. **A Região Serrana de Taquaritinga do Norte. A influência do quadro natural da ocupação do solo.** Dissertação - Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Geográficas. Recife -PE, 1982.

_____. **Possibilidades de subsistência nos "brejos"**. Anais I Simpósio Pré-Hist. Nordeste – CLIO, n4, 1997.

TORRES. Almir. **Índios de Pernambuco.** Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, Recife, 2000.

VERAS. Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Carta da Paisagem das Américas: um olhar sobre sua construção e desafios.** Revista Brasileira de Geografia Física v.14, n.01, 2021.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
QUESTIONÁRIO SOBRE A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

Nome: Q01	**Data:** 19.03.2024
Categoria: Técnico	
Cidade que mora: Gravatá do Ibiapina - Taq. do Norte	**Profissão/Formação:** Especialista em Patrimônio Cultural

1. Quais os atributos materiais/visuais que você identifica na Serra de Taquaritinga. Cite pelo menos 5.

1. Serras (vegetação)
2. Malha Urbana "Orgânica"
3. Centro Histórico (Casario + Praças)
4. Açude Santo Amaro
5. Café Arábica Typica

2. Em uma frase, o que você gostaria de citar sobre a Serra de Taquaritinga?

A Serra de Taquaritinga é uma mistura rica de fauna, flora, construções e dinâmicas socioculturais diversas. É como uma pintura pincelada pelo horizonte, pela vegetação, pelas casas e pessoas. Uma composição paisagística única e notável para a memória. Mas que, infelizmente, já apresenta sinais impactantes de descaracterização.

Suas respostas contribuirão para a pesquisa da mestranda Francelly Brito desenvolvida no âmbito da Conservação Integrada do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
QUESTIONÁRIO SOBRE A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

Nome: Q02	**Data:** 25.03.2024
Categoria: Técnico	
Cidade que mora: Recife	**Profissão/Formação:** Especialista em Planejamento Agrícola Regional

1. Quais os atributos materiais/visuais que você identifica na Serra de Taquaritinga. Cite pelo menos 5.

1. Igreja Matriz
2. Praça
3. Rampa do Pepê na Serra da Taquara
4. Casario
5. Vegetação (mata fechada)

6. Casa de Severino Pereira

2. Em uma frase, o que você gostaria de citar sobre a Serra de Taquaritinga?

Taquaritinga: natureza exuberante! Conforto para a alma, “colírio” para os olhos! Em cada estada volto para casa revigorado. Taquaritinga: Conjunto harmônico entre a natureza, com suas serras e sua arquitetura. Esse casamento me encanta!

Suas respostas contribuirão para a pesquisa da mestranda Francelly Brito desenvolvida no âmbito da Conservação Integrada do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO
QUESTIONÁRIO SOBRE A PAISAGEM DA SERRA DE TAQUARITINGA

Nome: Q03	**Data:** 04.04.2024
Categoria: Técnico	
Cidade que mora: Taquaritinga do Norte	**Profissão/Formação:** Especialista em Planejamento Urbano/Regional

1. Quais os atributos materiais/visuais que você identifica na Serra de Taquaritinga. Cite pelo menos 5.

6. Perfil Arquipélago Borborema (Fim do dia)
7. Florada/Policultura
8. Matas fechadas das serras
9. Praça Central
10. Pássaros (O canto principalmente)

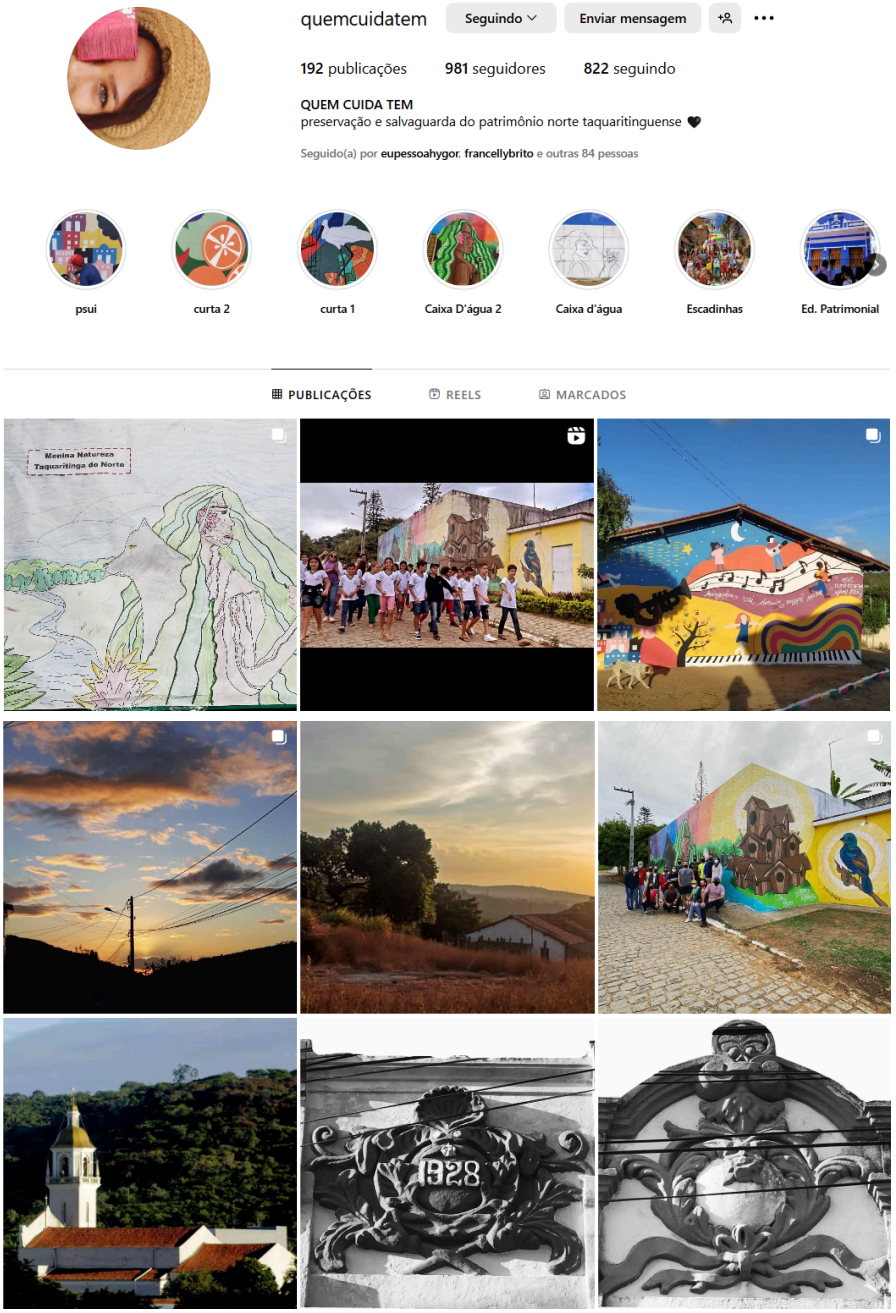
2. Em uma frase, o que você gostaria de citar sobre a Serra de Taquaritinga?

Área ecológica em transição: Sociedade, Economia, Meio Ambiente (ECO3).

Suas respostas contribuirão para a pesquisa da mestranda Francelly Brito desenvolvida no âmbito da Conservação Integrada do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE.

APÊNDICE B: “QUEM CUIDA TEM”

Registros do patrimônio de Taquaritinga do Norte, PE - conta criada em 2019 e monitorada pela proponente. É possível conferir as ações realizadas pelo projeto através do link <https://www.instagram.com/quemcuidatem/>. Foram desenvolvidas oficinas para observação, registro e desenho do patrimônio local. Além de murais urbanos produzidos com a comunidade local.



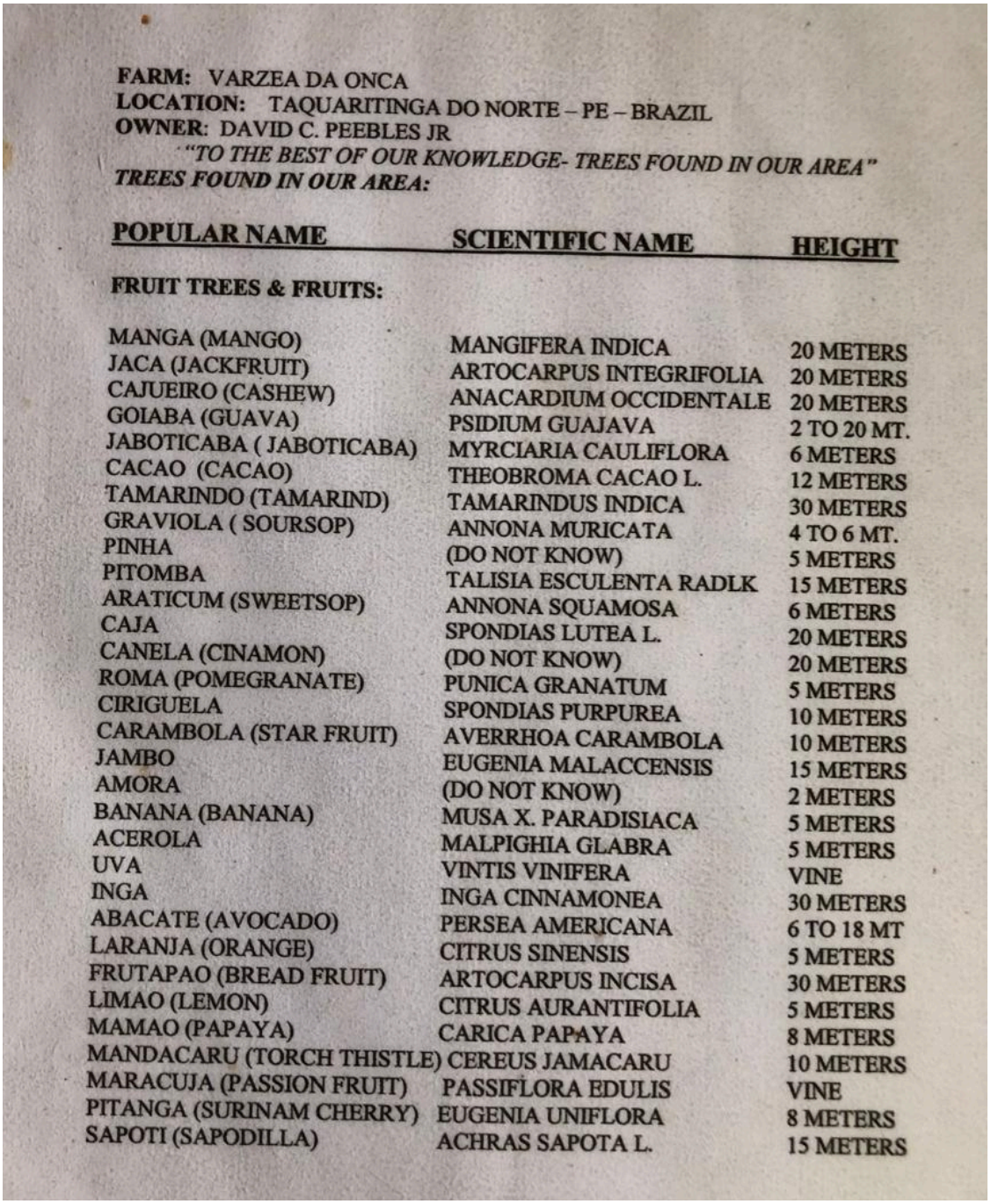
ANEXO A - TABELA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA - INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

LEGISLAÇÃO		
	CATEGORIA	CONTEÚDO
Cultural	Decreto-Lei Nº. 25, de novembro de 1937.	Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos.
	Lei Federal de 1988 Capítulo III	O Art. 216. constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.
	Decreto Nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000	Dispõe sobre o Registro de bens culturais de natureza imaterial.
	Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.	Estabeleceu os termos legais que oficializam a chancela da Paisagem Cultural Brasileira como instrumento de proteção cultural.
Ambiental	Decreto Nº. 89.336/84	Sobre as atividades que poderão ser exercidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE's.
	Lei Federal Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 e suas alterações: Medida Provisória Nº. 2.166-67, de 2001, Decreto Nº. 5.975, de 2006, Lei Nº. 7.803, de 1989, e Lei Nº. 11.284, de 2006.	Código Florestal Brasileiro: define as Áreas de Preservação Permanente (APP) como área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, **a paisagem**, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
	Lei Federal Nº. 6938/81 e Lei Federal Nº. 8028/90	Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
	Constituição Federal de 1988 - Capítulo VI	O Art. 255 todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o de defendê-lo e preservá-lo.
	Lei Federal Nº. 7.661, de 16 de maio de 1988.	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC que prevê, no artigo 3º, o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira dando prioridade à conservação e proteção dos sítios ecológicos de relevância cultural e naturais de preservação permanente, e monumentos que integrem o patrimônio natural, cultural e paisagístico.
	Resolução CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente Nº. 002, de 16 de março de 1988.	Sobre as atividades em área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
	Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990.	Criação de reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental.
	Decreto Nº. 1.696, de 13 de novembro de 1995.	Criou a Câmara de Política de Recursos Naturais
	Decreto Nº. 1.922, de 5 de junho de 1996.	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

	Lei Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.	Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos
	Lei Federal Nº. 9.985 18 de julho de 2000.	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades.
	Moção CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente Nº. 081, de 03 de maio de 2006	Pela incorporação dos resultados dos estudos de viabilidade eco-social e econômica dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o planejamento equitativo das paisagens.
	Lei nº 9984/2000 de 17 de julho de 2000.	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
	Lei nº 9985/2000 de 18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
	Lei nº 11428/2000 de 22 de dezembro de 2006.	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa a Mata Atlântica, e dá outras providências"
Uso solo	Lei Federal Nº. 6766, de 19 de dezembro de 1979.	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano
	Lei Federal Nº. 10.257 de 10 de julho de 2001.	Estatuto da Cidade

Fonte: Elaborado por Ana Paula Cittadin (2010). Adaptado pela Autora, 2021.

ANEXO B: FICHA CATALOGRÁFICA DE ESPÉCIES VEGETAIS DA FAZENDA YAGUARA - VÁRZEA DA ONÇA NA SERRA DE TAQUARITINGA



FARM: VARZEA DA ONCA
LOCATION: TAQUARITINGA DO NORTE – PE – BRAZIL
OWNER: DAVID C. PEEBLES JR
"TO THE BEST OF OUR KNOWLEDGE- TREES FOUND IN OUR AREA"
TREES FOUND IN OUR AREA:

POPULAR NAME	SCIENTIFIC NAME	HEIGHT
FRUIT TREES & FRUITS:		
MANGA (MANGO)	MANGIFERA INDICA	20 METERS
JACA (JACKFRUIT)	ARTOCARPUS INTEGRIFOLIA	20 METERS
CAJUEIRO (CASHEW)	ANACARDIUM OCCIDENTALE	20 METERS
GOIABA (GUAVA)	PSIDIUM GUAJAVA	2 TO 20 MT.
JABOTICABA (JABOTICABA)	MYRCIARIA CAULIFLORA	6 METERS
CACAO (CACAO)	THEOBROMA CACAO L.	12 METERS
TAMARINDO (TAMARIND)	TAMARINDUS INDICA	30 METERS
GRAVIOLA (SOURSOP)	ANNONA MURICATA	4 TO 6 MT.
PINHA	(DO NOT KNOW)	5 METERS
PITOMBA	TALISIA ESCULENTA RADLK	15 METERS
ARATICUM (SWEETSOP)	ANNONA SQUAMOSA	6 METERS
CAJA	SPONDIAS LUTEA L.	20 METERS
CANELA (CINAMON)	(DO NOT KNOW)	20 METERS
ROMA (POMEGRANATE)	PUNICA GRANATUM	5 METERS
CIRIGUELA	SPONDIAS PURPUREA	10 METERS
CARAMBOLA (STAR FRUIT)	AVERRHOA CARAMBOLA	10 METERS
JAMBO	EUGENIA MALACCENSIS	15 METERS
AMORA	(DO NOT KNOW)	2 METERS
BANANA (BANANA)	MUSA X. PARADISIACA	5 METERS
ACEROLA	MALPIGHIA GLABRA	5 METERS
UVA	VINTIS VINIFERA	VINE
INGA	INGA CINNAMONEA	30 METERS
ABACATE (AVOCADO)	PERSEA AMERICANA	6 TO 18 MT
LARANJA (ORANGE)	CITRUS SINENSIS	5 METERS
FRUTAPAO (BREAD FRUIT)	ARTOCARPUS INCISA	30 METERS
LIMAO (LEMON)	CITRUS AURANTIFOLIA	5 METERS
MAMAO (PAPAYA)	CARICA PAPAYA	8 METERS
MANDACARU (TORCH THISTLE)	CEREUS JAMACARU	10 METERS
MARACUJA (PASSION FRUIT)	PASSIFLORA EDULIS	VINE
PITANGA (SURINAM CHERRY)	EUGENIA UNIFLORA	8 METERS
SAPOTI (SAPODILLA)	ACHRAS SAPOTA L.	15 METERS

FARM: VARZEA DA ONCA
LOCATION: TAQUARITINGA DO NORTE – PE – BRAZIL
OWNER: DAVID C. PEEBLES JR

TREES FOUND IN OUR AREA:

POPULAR NAME	SCIENTIFIC NAME	HEIGHT
TREES:		
CAFE (COFFEE)	ARABICA TYPICA	4 METERS
CAMUNDONGO	UNKNOWN	20 METERS
GAMELEIRA	FICUS CALYPTROCERAS	12 METERS
BARAUNA	MELANOXYLON BRAUNA	25 METERS
MUGUBA	UNKNOWN	40 METERS
COPAIBA	COPAIFERA LANGSDORFFII	40 METERS
CANDIEIRO	UNKOWN	12 METERS
FREIJO	CORDIA TRICHOTOMA	30 METROS
IMBAUBA	CECROPIA PACHYSTACHYA	20 METERS
QUINA QUINA	MYROXYLON PERUIFERUM	20 METERS
IPE AMARELO	TABEBUIA SERRRATIFOLIA	40 METERS
IPE ROXO	TABEBUIA AVELLANEDAE	40 METERS
LACRE	VISMIA BRASILIENSIS	10 METERS
TAMBOR	ENTEROLOBIUM CONTORTISILIQUUM	35 METERS
CABOATA	CUPANIA OBLONGIFOLIA	18 METERS
FREI JORGE	CORDIA TRICHOTOMA	20 METROS
JATOBA	HYMENEA COURBARIL	20 METROS
BURANA	UNKOWN	10 METERS
AZEITONA BRAVA	VITEX MONTEVIDENSIS	20 METERS
AZEITONA ROXA	RADIUM ELAEOCARPUS	16 METERS
JUCA	CEASALPINIA FERREA	20 METERS
SANGUE DE NEGRO	UNKNOWN	45 METERS
ANGICO	ANADENANTHERA MACROCARPA	20 METERS
AROEIRA	SCHINUS TEREBINTHIFOLIA	20 METERS
BARBATIMAO	STRYPHNODENDRON POLYPHYLLUM	10 METERS
BERINJELA	SOLANUM LYCOCARPUM	6 METERS
BIRIBA	ESCHWEILERA OVATA	18 METERS
BRAUNA	SWARTZIA OBLATA	20 METERS
CAIBEIRA	UNKOWN	40 METERS
CARAIBA	SIMAROUBA VERSICOLOR	15 METERS
CHORAO	HIRTELLA CILIATA	30 METERS
CUMBARU	DIPTERYX ODORATA	30 METERS
FAVA DE BOI	PARKIA PLATYCEPHALA	20 METERS
URTIGA	CNIDOSCULUS PUBESCENS	8 METERS
PAU D'ALHO	CRATAEVA TAPIA	20 METERS
FLAMBOYANT	UNKONWN	20 METERS
PIACA	LONCHOCARPUS SERICEUS	20 METERS

FARM: VARZEA DA ONCA
LOCATION: TAQUARITINGA DO NORTE – PE – BRAZIL
OWNER: DAVID C. PEEBLES JR

TREES FOUND IN OUR AREA:

POPULAR NAME	SCIENTIFIC NAME	HEIGHT
TREES:		
CUNDURU	UNKNOWN	30 METERS
BUGAVILHA	BOUGAINVILLEA GLABRA	6 METROS
LOURO BRANCO	PORCELIA MACROCARPA	20 METERS
LOURO ROXO	UNKOWN	20 METERS
CARNE DE VACA	COMBRETUM LEPROSUM	15 METERS
PAU BRASIL	CAESALPINIA ECHINATA	20 METERS
SOMBRIAO	UNKNOWN	15 METERS
CANAFRISTA	CASSIA FERRUGINEA	15 METERS
SUCUPIRA	PTEROGYNE NITENS	20 METERS
CAMBARA	GOCHNATIA POLYMORPHA	8 METERS
CEDRO	CEDRELA FISSILIS	30 METERS
INGA FEIJAO	INGA CYLINDRICA	18 METERS
INGA PRETA	UNKNOWN	15 METERS
INGA TRIPA	UNKNOWN	15 METERS
INGA COMMUN	INGA URUGUENSIS	10 METERS
EUCALIPTO	UNKNOWN	35 METERS
BUSLEITEIRA	UNKNOWN	30 METERS
MARIA MOLE	GUAPIRA OPPOSITA	20 METERS
BARRIGUDA	CHORISIA SPECIOSA	25 METERS
JUREMA PRETA	MIMOSA TENUIFLORA	6 METERS
JUREMA BRANCA	MIMOSA ARTEMISIANA	14 METERS
MEMELEIRA	UNKNOWN	4 METERS
ANGELIM LISO	ANDIRA INERMIS	20 METERS
FAVINHA	UNKNOWN	20 METERS
JUAZEIRO	ZIZYPHUS JOAZEIRO	10 METERS
LIMAOZINHO	UNKNOWN	15 METERS
MASSARANDUBA	POUTERIA RAMIFLORA	30 METERS
AMARELO	PLATHYMENIA RETICULATA	20 METERS
PAU PERREIRA	ASPIDOSPERMA MACROCARPON	20 METERS
POROROCA	RAPANEA FERRUGINEA	13 METERS
QUIRI	UNKNOWN	20 METERS
RABO DE CAVALO	LONCHOCARPUS ARARIPENSIS	14 METERS
SABONETE	SAPINDUS SAPONARIA	9 METERS
SASSAFRAS	OCOTEA ODORIFERA	20 METERS
BABACU	ORBIGNYA SPECIOSA	15 METERS
ALELUIA	SENNA MULTIJUGA	10 METERS
ANGELIM MORCEGO	COUEPIA GRANDIFLORA	6 METERS
ANGELIM	ANDIRA ANTHELMA	18 METERS

ANEXO C: EMENDAS Nº 003/2021 E Nº 001/2021

Art. 73- A ZECH caracteriza-se pelo valor Histórico Cultural e de paisagem que fazem parte da memória e identidade do município, e compreende o núcleo original da ocupação na sede e no centro de gravatá do Ibiapina.

~~**§1º** - Manutenção do traçado e da tipologia predominante;~~
Redação alterada conforme emenda modificativa nº 03/2021 do Poder Legislativo, conforme redação abaixo:

§1º - Na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, fica permitido o recapeamento asfáltico das vias públicas, assim como, em relação à área de entorno do conjunto da Praça Central (Praça Padre Otto Sailer, Praça Antônio Pereira e Praça da Bíblia);

§2º- Incentivo a instalação de atividades culturais, usos de apoio turístico e habitação;

§3º- Preservação, manutenção e conservação das características arquitetônicas originais, no que se refere a implantação no solo, volumetria, composição de fachadas, manutenção dos telhados e suas empenas;

§4º- Reformas, novas construções e acréscimo de pavimentos deverão passar por analise especial, devendo ser garantido as orientações do item III citado anteriormente;

~~**§5º-** Controle da verticalização e do gabarito para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 2 (dois) pavimentos, sendo o segundo pavimento construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote.~~

Redação alterada conforme emenda modificativa nº 03/2021 do Poder Legislativo, conforme redação abaixo:

§5º - Controle da verticalização e do gabarito para novas construções, com gabarito máximo permitido de até 3 (três) pavimentos, sendo o segundo e terceiro construído com afastamento frontal de 1,5m a partir da testada do lote;

§6º- Manter as características de conjunto edificado histórico cultural, não sendo permitido que elementos construtivos como, varandas, balcões entre outros extrapolem a linha da fachada que se encontrar na testada da rua;

§7º- A ZECH deverá seguir as orientações do Plano de Conservação Integradado patrimônio histórico, cultural e da paisagem;

§8º- Definição dos mecanismos de arrecadação e ativação efetiva do Fundo de proteção do patrimônio cultural que deverá orientar seus recursos para a Preservação, conservação e recuperação do Patrimônio Histórico Cultural de Taquaritinga do Norte.

Fica acrescentado os parágrafos nº 9º,10º e 11º a Emenda Aditiva nº 001/2021 do Poder Legislativo, conforme redação abaixo:

§9º - No caso de implantação de empreendimento comercial e residencial na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, fica

Prefeitura de Taquaritinga do Norte – PE | CNPJ: 10.091.593/0001-00
Rua Padre Berenguer Centro | CEP 55790.000 | Fone/Fax (81) 3733-2173
E-mail: segabpmtn@gmail.com | www.taquaritingadonorte.pe.gov.br
Blog: www.imprensataqdonorte.blogspot.com

flexibilizado as regras previstas no Art. 73, em seus parágrafos §3º, §4º e §6º, e nas demais normas aplicáveis neste plano, quanto a modificação de fachada arquitetônica, histórica e original, deve ser mantido o mesmo padrão mediante reforma ou reconstrução da mesma, sempre que possível, exceto para os imóveis tombados, nos termos da lei;

§10º - Em casos específicos na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, o Município de Taquaritinga do Norte, poderá autorizar a modificação total da fachada arquitetônica, histórica original e de suas características, exceto os imóveis tombados nos termos da lei. A autorização será dada mediante avaliação técnica prévia e submetida a decisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

§11 - Os prédios que iniciaram suas construções anteriormente a sanção desta lei na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, e que não atende diretrizes e requisitos construtivos previstos na legislação vigente, têm sua regularização condicionada:

I - Ao atendimento de medidas compensatórias financeiras, a fim reparar os danos causados na Zona Especial Histórico e Cultural – ZECH, no Distrito Sede, que compreende características urbanísticas, histórico-cultural, fixadas proporcionalmente ao respectivo descumprimento e nos termos desta lei;

II – A compensação financeira será definida de acordo com o valor de mercado do imóvel em sua totalidade e será feita por profissional habilitado no Conselho Regional de Corretores de Imóveis, com alíquotas variáveis entre 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), de acordo com danos causados, como condição de regularização:

a) Construção que excede 1 (um) pavimento dos 3 (três) permitidos – 1% (um por cento);

b) Construção que excede 2 (dois) pavimentos dos 3 (três) permitidos – 2% (dois por cento);

c) Construção que excede 3 (três) pavimentos dos 3 (três) permitidos – 3% (três por cento);

Prefeitura de Taquaritinga do Norte – PE | CNPJ: 10.091.593/0001-00
Rua Padre Berenguer Centro | CEP 55790.000 | Fone/Fax (81) 3733-2173
E-mail: segabpmtn@gmail.com | www.taquaritingadonorte.pe.gov.br
Blog: www.imprensataqdonorte.blogspot.com

d) Construção que excede 4 (quatro) pavimentos dos 3 (três) permitidos – 4% (um por cento);

e) Construção que excede 5 (cinco) pavimentos dos 3 (três) permitidos – 5% (cinco por cento).

III - A compensação financeira referente aos imóveis construídos até sanção desta lei, tem caráter temporal e deverá ser feita administrativamente, extrajudicialmente e judicialmente mente por iniciativa do Poder Público através de levantamentos ou voluntariamente pelos interessados. O pagamento será à vista ou parcelado em no máximo 24 (vinte e quatro) meses, firmando em termos formal e escrito.

IV – Os valores arrecadados através das compensações deverão ser revertidos para a preservação, conservação e recuperação do Patrimônio Histórico Cultural de Taquaritinga do Norte, e a arrecadação depositada no Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural.

V - Os recursos decorrentes da compensação financeira que trata o inciso II do §11 deste artigo, só poderão ser utilizados após discussão com a sociedade em audiência pública e aprovação de um Plano de Ação Integrado voltado ao Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da ZECH.